



Rumo S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	16
Balanços patrimoniais	23
Demonstrações de resultados	25
Demonstrações do resultado abrangente	26
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	27
Demonstrações dos fluxos de caixa	29
Demonstrações do valor adicionado	31
Notas explicativas às demonstrações financeiras	32
Pareceres e declarações	134

RUMO S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Rumo S.A. (“Rumo” ou “Companhia”) submete à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório do auditor independente, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, preparado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Companhia também disponibiliza uma versão detalhada das Demonstrações Financeiras e seu relatório de resultados no site: <http://ri.rumolog.com>

APRESENTAÇÃO

A Rumo S.A. (“Rumo” ou “Companhia”) é a maior operadora independente de logística ferroviária do Brasil, listada no Novo Mercado da B3, com atuação estratégica no principal corredor de exportação agrícola do país.

A Companhia opera um portfólio de ativos ferroviários de longa duração, composto por cinco concessões e uma autorização ferroviária, que totalizam aproximadamente 13,5 mil quilômetros de linhas férreas, conectando as principais regiões produtoras do Centro-Oeste e Sul do Brasil aos portos de Santos, Paranaguá, São Francisco do Sul e Rio Grande. Esse posicionamento confere à Rumo papel relevante na competitividade da logística brasileira e no escoamento de grande parte da produção nacional de commodities agrícolas.

Ao final de 2025, a Companhia contava com cerca de 1.200 locomotivas e 33 mil vagões, além de 10 terminais de transbordo estrategicamente distribuídos ao longo da malha, atendendo aproximadamente 500 municípios em nove estados.

Complementando sua infraestrutura ferroviária, a Rumo oferece serviços logísticos integrados, que incluem operações de transbordo com armazenagem e classificação de produtos e transporte de contêineres, além de participação em operações portuárias.

A atuação da Rumo está diretamente conectada à expansão estrutural do agronegócio brasileiro, com destaque para Mato Grosso e Goiás, regiões que exercem papel central no comércio global de grãos.

CARTA DO PRESIDENTE

O ano de 2025 nos consolidou em um novo patamar operacional. Demonstramos a robustez do nosso sistema ferroviário, a eficiência da gestão e a força de uma equipe apaixonada pela ferrovia, e com isto atingimos o volume de 84,2Bi TKU, novo recorde histórico e 5,4% acima do ano passado.

Avançamos na diversificação da base de cargas, com expansão no transporte de celulose, bauxita e combustíveis líquidos. Esse movimento contribuiu para maior ocupação da capacidade instalada e demonstrou a flexibilidade operacional do nosso sistema. Ao longo do ano, essa flexibilidade também foi colocada à prova com o transporte simultâneo de soja, milho e farelo de soja, exigindo elevada coordenação e capacidade de adaptação à dinâmica da demanda.

A safra recorde de grãos no centro-oeste salientou o papel estratégico da ferrovia no escoamento da produção agrícola. Não foi, contudo, uma jornada linear. Após um ciclo de três anos de importantes reajustes de preços, voltados à captura do valor justo do nosso serviço, enfrentamos nesta temporada uma dinâmica atípica na comercialização das commodities, que reduziu a pressão logística esperada sobre o sistema e demandou um reposicionamento comercial para defendermos a nossa participação de mercado. Reforçamos que a nossa estratégia comercial permanece clara: ser a logística mais competitiva nos nossos principais mercados e maximizar a geração de valor através da utilização eficiente da nossa capacidade ferroviária.

Alcançamos novos patamares de produtividade, que nos permitiram navegar um ambiente de preços menores com margens estáveis. Em termos unitários, reduzimos nominalmente em 6% os nossos custos e despesas fixas. No custo variável, melhoramos em 3% a eficiência energética da ferrovia, refletindo a operação de trens mais longos e mais pesados, além de melhorias contínuas em infraestrutura e processos. Seguimos comprometidos com a disciplina operacional e a captura permanente de ganhos de eficiência.

Na frente de segurança pessoal, reestruturamos o time e o modelo de gestão, reforçamos a governança e adotamos novas ferramentas de acompanhamento, o que resultou em uma melhoria expressiva no indicador de frequência de acidentes. Em segurança ferroviária, enfrentamos no segundo semestre desafios associados a fatores

específicos e não recorrentes, que foram devidamente investigados e tratados com rigor técnico. Seguimos empenhados em alcançar padrões cada vez mais elevados de segurança operacional.

Encerramos o exercício com receita líquida de R\$ 13,8 bilhões, EBITDA Ajustado de R\$ 8,0 bilhões e lucro líquido ajustado de R\$ 2,1 bilhões. Investimos R\$ 6,1 bilhões no período, com destaque para a construção da Ferrovia do Mato Grosso, que atingiu cerca de 80% de avanço físico ao final de 2025, além de obras de recapacitação e aumento de segurança na Malha Paulista e da ampliação da capacidade de acesso ferroviário ao Porto de Santos. Nosso portfólio de projetos evoluiu conforme o planejado para o período, demonstrando disciplina na execução e consistência na alocação de capital.

Fomos ativos na gestão do nosso endividamento. Aproveitamos janelas favoráveis de mercado para captar no ano R\$ 3,8 bilhões, alongando o prazo médio da dívida e reduzindo o custo médio do portfólio. Remuneramos os nossos acionistas com a distribuição extraordinária de R\$ 1,5 bilhão em dividendos. Ao final do ano, a Rumo estava com alavancagem financeira equilibrada em 1,9x e com posição robusta de liquidez, com mais de R\$ 7,5 bilhões em caixa e perfil de vencimentos bem distribuído, sem concentrações relevantes nos próximos dois anos.

Agradeço o empenho de todos os nossos colaboradores e a confiança dos nossos parceiros de negócios, que foram essenciais para atingirmos estes resultados.

Em novembro, após as ofertas públicas primárias de ações da Cosan, e a entrada de veículos ligados ao BTG Pactual e a Perfin no seu respectivo acordo de acionistas, houve uma reestruturação no Conselho de Administração da Rumo e em seus comitês de assessoramento. A nova formação do colegiado e a atuação mais próxima e frequente dos comitês fortalecem a nossa governança corporativa e reforçam o alinhamento estratégico nas decisões de longo prazo.

Ao completarmos 10 anos, iniciamos uma nova década ainda mais confiantes na nossa capacidade de crescer gerando valor de forma sustentável. Seguiremos ampliando capacidade, eficiência, segurança e competitividade, consolidando a ferrovia como o principal modal para atender o agronegócio brasileiro.

Pedro Palma

Presidente da Rumo

DESTAQUES DE 2025

- Volume transportado de 84,2 Bi TKU, crescimento de 5,4%
- EBITDA Ajustado¹ de R\$ 8.021 milhões em 2025, aumento de 4%.
- Lucro Líquido Ajustado¹ de R\$ 2.093 milhões
- O Capex totalizou R\$ 6.112 milhões em 2025.
- A alavancagem financeira encerrou 2025 em 1,9x dívida abrangente líquida/EBITDA Ajustado.

PROJEÇÕES E ESTIMATIVAS

Em 20 de fevereiro de 2025, a Companhia divulgou projeções para o exercício social de 2025 relativas a Volume Transportado, EBITDA e Capex. Os resultados efetivamente apurados no exercício foram:

Indicador	2025 Realizado	2025 Projetado
Volume Transportado (TKU bilhões)	84,2	82 - 86
EBITDA (R\$ milhões)	8.021	8.100 – 8.700
Capex (R\$ milhões)	6.112	5.800 – 6.500

O EBITDA apresentou desvio inferior a 1% em relação ao piso do intervalo estimado. O desvio observado decorreu, principalmente, de preços realizados abaixo das expectativas da Administração, em razão das condições mercadológicas verificadas ao longo do exercício.

RESULTADO CONSOLIDADO

Sumário das informações financeiras (Valores em R\$ MM)	12M25	12M24	Var. %
Volume transportado total (TKU milhões)	84.198	79.847	5,4 %
Volume de solução logística (TU mil)	3.681	4.814	-23,5 %
Receita operacional líquida	13.848	13.936	-0,6 %
Custo dos serviços prestados	(7.562)	(7.534)	0,4 %
Lucro bruto	6.286	6.403	-1,8 %
Margem bruta (%)	45,4%	45,9%	-1 p.p.
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(696)	(711)	-2,1 %
Outras receitas (despesas) operacionais	123	(147)	>100%
Impairment Rumo Malha Sul	(1.228)	(3.149)	-61,0 %
Equivalência patrimonial	94	33	>100%
Lucro operacional	4.580	2.429	88,5 %
Depreciação e amortização	2.213	2.303	-3,9 %
EBITDA	6.793	4.732	43,5 %
Margem EBITDA (%)	49,1%	34,0%	15 p.p.
Ajustes não recorrentes ¹	1.228	2.980	-58,8 %
EBITDA ajustado	8.021	7.713	4,0 %
Margem EBITDA ajustada (%)	57,9%	55,0%	3 p.p.
Lucro (prejuízo) líquido	865	(949)	>100%
Margem líquida (%)	6%	-7%	13,1 p.p.
Ajustes não recorrentes ¹	1.228	3.037	-59,6 %
Lucro líquido ajustado	2.093	2.088	0,3 %
Margem líquida ajustada	15,1%	15,0%	0 p.p.
Capex	6.112	5.523	10,7 %

¹Para melhor comparabilidade, o resultado foi ajustado por efeitos não-recorrentes, a saber: 2024 – Impairment Malha Sul, sem efeito caixa R\$ 2.980 mi (12M); Complemento de preço na alienação da participação de 80% da Rumo nos terminais T16/T19 R\$ 169 mi | 2025 – Impairment Malha Sul, sem efeito caixa R\$ 1.228 mi (12M)

²Conforme explicado na nota 4.11 demonstração financeira do exercício de 2024, foram identificados indicadores para testes de recuperabilidade de ativos não financeiros na Rumo Malha Sul, levando ao teste e provisão para ajuste ao valor recuperável dos ativos permanentes daquela unidade geradora de caixa. Com isto, a partir do 2T24, foram reconhecidos valores de impairment no resultado, sem efeito caixa.

UNIDADES DE NEGÓCIO

As unidades de negócio (segmentos reportáveis) estão assim organizadas:

Operação Norte: Malha Norte, Malha Paulista, Malha Central e Malha Oeste

Operação Sul: Malha Sul

Operação de Contêineres: Operações de Contêineres, incluindo a Brado Logística

A partir de 1º de janeiro de 2025, a administração da Companhia reestruturou seus segmentos operacionais, com a Rumo Malha Oeste sendo transferida da Operação Sul para a Operação Norte, em função de ajustes internos na estrutura organizacional. Por se tratar de alteração imaterial, os valores comparativos de 2024 não foram reapresentados.

Resultado por Unidade de Negócio 12M25	Operação Norte	Operação Sul	Operação Contêiner	Consolidado
Volume transportado (TKU milhões)	68.181	11.782	4.235	84.198
Receita operacional líquida	11.112	1.942	794	13.848
Custo dos serviços prestados	(5.642)	(1.277)	(643)	(7.562)
Lucro bruto	5.470	665	151	6.286
<i>Margem bruta (%)</i>	49,2%	34,2%	19,0%	45,4%
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(519)	(107)	(69)	(696)
Outras receitas (despesas) op. e eq. Patrimoniais	61	156	1	218
<i>Impairment Malha Sul</i>	-	(1.228)	-	(1.228)
Depreciação e amortização	1.905	200	109	2.213
EBITDA	6.916	(315)	192	6.793
<i>Margem EBITDA (%)</i>	62,2%	-16,2%	24,2%	49,1%
Ajustes não recorrentes	-	1.228	-	1.228
EBITDA ajustado	6.916	913	192	8.021
<i>Margem EBITDA ajustada (%)</i>	62,2%	47,0%	24,2%	57,9%

Operação Norte

O volume transportado na Operação Norte atingiu 68,2 bilhões de TKU em 2025, crescimento de 7%. No acumulado do ano, o segmento agrícola apresentou crescimento de 2%, e o avanço foi sustentado principalmente pelo crescimento das cargas industriais, com aumento de 41%. Esse desempenho decorre da entrada em operação de contratos firmados em 2024 e 2025, especialmente nos segmentos de celulose, bauxita e combustíveis.

A receita operacional líquida foi de R\$ 11.112 milhões, estável na comparação anual. A retração de preço médio em 6% no ano, devido a um ambiente competitivo mais desafiador, foi compensada pelo maior volume transportado.

Os custos variáveis totalizaram R\$ 2.436 milhões, aumento de 4% no acumulado anual, refletindo o maior volume transportado. Esse efeito foi parcialmente compensado por

menores despesas com combustível, decorrentes da redução do custo unitário médio no período, além de ganhos estruturais de eficiência energética associados à operação com trens mais longos e pesados. Os custos fixos e as despesas gerais e administrativas, líquidos de depreciação, somaram R\$ 1.823 milhões, redução de 2% no ano em termos nominais, reafirmando o compromisso da Companhia com a disciplina na gestão de custos.

Em outras receitas e despesas operacionais, a Rumo reconheceu o montante de R\$ 80 milhões referente à créditos fiscais.

O EBITDA Ajustado atingiu R\$ 6.916 milhões em 2025, crescimento de 2%, com margens estáveis em 62%. O resultado reflete o equilíbrio entre maior volume transportado e gestão eficiente de custos e despesas, que compensaram a redução nos preços médios do período.

Operação Sul

No ano de 2025, o volume transportado foi de 11,8 bilhões de TKU, redução de 2,4%. A variação reflete a interrupção dos fluxos do Tronco Sul e um início mais fraco no transporte agrícola, anterior aos ajustes comerciais que reforçaram o posicionamento competitivo da Companhia, implementados ao longo do exercício.

A receita líquida foi de R\$1.942 milhões, retração de 10% frente a 2024, refletindo o menor volume transportado no ano e redução de 9% na tarifa média anual.

Em 2025, os custos variáveis permaneceram estáveis em R\$ 460 milhões, evidenciando trajetória consistente de ganhos de eficiência operacional e melhora no consumo específico de combustível ao longo do exercício. Os custos fixos e as despesas gerais e administrativas encerraram o ano com redução nominal de 3%, totalizando R\$ 725 milhões.

Adicionalmente, ao longo de 2025, foram reconhecidos em Outras Receitas R\$ 125 milhões relacionados à indenização por lucros cessantes, decorrente de eventos climáticos no Rio Grande do Sul em 2024.

Como resultado, o EBITDA Ajustado foi de R\$ 913 milhões, crescimento de 19%.

Operação de Contêineres

As operações da Brado transportaram 119.486 contêineres no ano, avanço de 2%. O desempenho foi impulsionado principalmente pelo Corredor Norte, com destaque, nas importações, para defensivos agrícolas e, nas exportações, para carne bovina e algodão. Além do maior volume, observou-se aumento da distância média percorrida, especialmente com o início das operações no terminal de Davinópolis, no Maranhão.

A expansão em carteiras de maior valor agregado contribuiu para o aumento da receita líquida da operação de contêineres, que totalizou R\$ 794 milhões no ano, crescimento de 16%.

As despesas variáveis somaram R\$ 397 milhões, elevação de 10%, acompanhando a maior atividade e o novo mix de cargas, com maior participação de fluxos mais longos e operações com ponta rodoviária. As despesas fixas, comerciais, gerais e administrativas totalizaram R\$ 206 milhões, aumento de R\$ 16 milhões, refletindo principalmente a incorporação dos custos operacionais do terminal de Davinópolis/MA.

O EBITDA atingiu R\$ 192 milhões, crescimento de 34% no período.

INVESTIMENTOS

O Investimento Total no ano foi de R\$ 6.112 milhões, em linha com o guidance da Companhia. Em 2025, o Capex recorrente somou R\$ 1.964 milhões, com reforços principalmente em manutenção de via e rodante. O Capex de expansão, desconsiderando a Expansão da Rumo no MT, atingiu R\$ 2.124 milhões, com foco em obras na Malha Paulista e aumento de capacidade.

O projeto de extensão da ferrovia no Mato Grosso totalizou R\$ 2.023 milhões em investimentos ao final de 2025. Ao longo do ano, as obras avançaram em linha com o cronograma físico-financeiro, encerrando o período com aproximadamente 80% de conclusão.

ALAVANCAGEM

Ao final de 2025, a dívida líquida encerrou o período em R\$ 15,5 bilhões refletindo o consumo de caixa no período.

A Companhia captou no ano R\$ 3,8 bilhões no mercado local, com alongamento de prazos e custo competitivo, reforçando a liquidez e a estrutura de capital.

Além disso, contamos com aproximadamente R\$ 2,7 bilhões em linhas contratadas e não sacadas, o que reforça ainda mais nossa posição de liquidez.

O portfólio de dívida permaneceu majoritariamente indexado ao CDI, seja contratualmente ou por meio de instrumentos derivativos, com custo médio de 102,1% do CDI e duration média de 5 anos, assegurando previsibilidade ao serviço da dívida e adequada gestão dos riscos financeiros.

A alavancagem financeira, medida pela relação entre o endividamento abrangente líquido e o EBITDA Ajustado, foi de 1,9x em 31 de dezembro de 2025, permanecendo dentro dos parâmetros considerados adequados para o perfil de risco de negócio da Companhia.

Endividamento total da dívida bruta (Valores em R\$ MM)	2025	2024	Var%
Bancos comerciais	1.328	1.213	9%
NCE	0	277	<100%
BNDES	1.482	1.862	-20%
Debêntures	15.168	10.722	41%
Senior notes 2028 e 2032	5.146	5.050	2%
Endividamento bancário	23.124	19.123	21%
Arrendamento financeiro ¹	11	30	-63%
Instrumentos derivativos líquidos	-47	270	<100%
Endividamento abrangente bruto	23.087	19.423	19%
Caixa equiv. de caixa e títulos e valores mobiliários	-7.434	-8.274	-10%
Caixa restrito vinculados a dívidas bancárias	-131	-117	12%
Endividamento bancário líquido	15.522	11.032	41%
EBITDA LTM comparável ²	8.021	7.713	4%
Alavancagem (dívida abrangente líquida/ EBITDA LTM ajustado)	1,9x	1,4x	36%

¹Não inclui arrendamentos operacionais IFRS 16.

²O EBITDA LTM Ajustado refere-se à soma dos últimos doze meses do EBITDA Ajustado.

SUSTENTABILIDADE

Reafirmando nosso compromisso com a sustentabilidade, reduzimos em 3% as emissões específicas de carbono (gCO₂ e/TKU) de nossos trens em relação a 2024, evitando a emissão de 7,3 milhões de toneladas de CO₂ equivalente (tCO₂ e) no ano, caso todo o volume de 2025 fosse transportado por caminhões.

Além disso, permanecemos na posição de primeira e única empresa brasileira de logística a integrar as carteiras World e Emerging Markets do Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI), referência global na avaliação de critérios ambientais, sociais e de governança. Seguimos também na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE) desde 2021 e no FTSE4Good da Bolsa de Londres, reforçando a consistência de nossas práticas.

No âmbito da agenda de Diversidade, Equidade e Inclusão (DE&I), a Companhia manteve avanços consistentes na ampliação da representatividade feminina em posições de liderança, alcançando 32,19% em 2025, ante 30,23% em 2024 e 25,75% em 2023. Em um setor historicamente caracterizado por predominância masculina, reconhecemos a importância de refletir de forma progressiva a diversidade da sociedade brasileira, fortalecendo a qualidade do ambiente de trabalho e mitigando riscos associados à ausência de representatividade, como discriminação, assédio e aumento de rotatividade.

POLÍTICA DE EQUIDADE

As pessoas são parte central da estratégia da Companhia e fundamentais para a geração de valor sustentável no longo prazo. Nosso modelo de gestão é estruturado para atrair, desenvolver e reter talentos, promovendo um ambiente de trabalho pautado por ética, respeito, inclusão e alto desempenho.

Nesse contexto, prezamos pela diversidade de talentos e pelo respeito à singularidade dos indivíduos. Adotamos métodos de recrutamento estruturados para mitigar vieses inconscientes, assegurando processos seletivos justos e inclusivos.

Adicionalmente, ao longo de 2025 fortalecemos políticas e práticas que promovem um ambiente inclusivo e estimulam a diversidade em todos os níveis organizacionais. Entre as iniciativas, destacam-se programas de sensibilização e capacitação para os colaboradores e a definição de meta específica para a representatividade de gênero na liderança, com o objetivo de avançar em condições mais equitativas e no respeito às diferenças.

Ao final do período, a Companhia contava com 8.255 colaboradores, dos quais 17% eram mulheres. Em relação ao ano anterior, houve incremento de 130 mulheres no quadro, com destaque para posições de liderança inicial e funções operacionais.

Mulheres empregadas por nível hierárquico	2024		2025	
	Total	%	Total	%
Conselho de Administração	3	43%	2	22%
Diretoria Estatutária	0	0%	0	0%
Total Companhia	1385	17%	1515	18%
Presidência e VP	0	0%	2	22%
Diretor	1	6%	1	5%
Gerente Executivo e Gerentes	61	32%	67	31%
Coordenador	110	31%	120	34%
Especialistas	141	29%	139	28%
Administrativo	356	47%	388	45%
Operacional	552	9%	626	10%
Estagiários e Aprendizes	164	62%	172	58%

Proporção da remuneração total entre gêneros por nível hierárquico	2024		2025	
	Razão entre o salário-base de mulheres e homens	Razão entre a remuneração de mulheres e homens	Razão entre o salário-base de mulheres e homens	Razão entre a remuneração de mulheres e homens
Presidência e Vice-presidência			0,86	50
Diretor			0,91	1,00 ^{II}
Gerente Executivo e Gerentes	1,02	102	1,01	95
Coordenador	1	101	1,02	97
Especialistas	1,02	102	1,03	97
Administrativo	0,97	86	0,93	90
Operacional	0,9	90	0,93	78

Nota: Em observação à lei nº 15.177, que estabelece a demonstração da proporcionalidade da remuneração entre homens e mulheres, informamos:

- (1) A remuneração reflete valores caixa pagos no exercício do ano fiscal.
- (2) Não houve mulher no cargo de Diretor no quadro da Companhia durante o período de 12 meses considerado para a base comparativa.
- (3) A proporção de remuneração apresentada reflete a composição atual do quadro de colaboradores, podendo conter variações entre período em exercício, níveis hierárquicos e funções. Assim, as diferenças observadas podem decorrer dessa distribuição, não permitindo conclusões isoladas sobre tratamento desigual, em linha com o compromisso da companhia com equidade e transparência

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A Rumo é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão) sob o ticker RAIL3. Em 31 de dezembro de 2025 o capital social estava representado por 1.858.828.617 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O relacionamento da Rumo com a comunidade financeira e com os investidores é pautado pela transparência e respeito aos princípios dos mais altos níveis de governança, legais e éticos. A área de Relações com Investidores realiza contatos frequentes com investidores e analistas de mercado através da participação em conferências, visitas a investidores, eventos promovidos para a divulgação de informações relativas ao desempenho da companhia e os mais diversos atendimentos diários respondendo às demandas do mercado. Além disto, mantém um site de relações com investidores com informações atualizadas, específicas, segmentadas e direcionadas para públicos distintos.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES EXTERNOS

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gestão no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes.

Em atendimento à Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022 (“Resolução CVM nº 162/22”), informamos que não houve outros serviços contratados junto aos nossos auditores independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. e suas partes relacionadas durante o exercício de 2025, além do exame das demonstrações financeiras da Companhia e que não tiveram qualquer implicação no princípio de independência descrito no parágrafo acima.

AGRADECIMENTOS

A Administração da Rumo agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e instituições financeiras pela colaboração e confiança depositados e, em especial, aos seus colaboradores pela dedicação e esforço empreendidos durante o ano de 2025.

Para detalhes da análise dos resultados de 2025, visite o nosso site: <http://ri.rumolog.com>.

Curitiba, 04 de março de 2026.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Rumo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Rumo S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações de resultado, de resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas de resultado, de resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

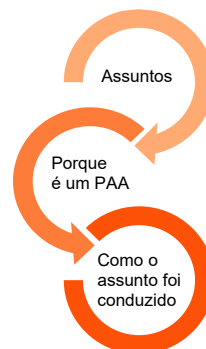
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Passivos contingentes (Nota 5.15) A Companhia e suas controladas possuem assuntos de natureza contingente relevantes cuja determinação do prognóstico de perda dos processos administrativos e judiciais, bem como a determinação dos respectivos prazos e valores de liquidação, dependem de julgamentos críticos da administração em conjunto com seus assessores jurídicos. Desta forma, para determinadas contingências e tratamentos fiscais incertos da Companhia não há provisão constituída, em virtude de sua respectiva avaliação de prognóstico ser considerada como de "perda possível". Sendo assim, este assunto foi considerado na auditoria do exercício corrente como uma área de risco, e dessa forma, um principal assunto de auditoria, devido ao alto grau de julgamento e incertezas inerentes ao processo de determinação de estimativas, a relevância dos valores envolvidos e a subjetividade no processo de classificação de riscos de perda. Quaisquer eventuais mudanças nas estimativas ou premissas adotadas pela administração e/ou assessores jurídicos podem influenciar a determinação do prognóstico de perda e trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas.	Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Reuniões com os representantes-chave do departamento jurídico interno da Companhia. • Entendimento e a avaliação do processo e dos controles internos estabelecidos pela administração para garantia da integridade dos processos em análise classificação e respectiva divulgação nas demonstrações financeiras. • Obtivemos confirmações dos assessores jurídicos externos e internos contemplando os prognósticos de perda para os processos (bem como suas respectivas quantificações) para cada perspectiva de risco de perda envolvida. • Avaliação, das estimativas e critérios utilizados pela administração, tais como probabilidade de êxito, prazo e aceitação pela autoridade tributária para os principais processos tributários em andamento, com o objetivo de avaliarmos a razoabilidade de prognósticos determinados pelos assessores jurídicos da Companhia, bem como os argumentos e jurisprudências por eles mencionados.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
	• Revisamos as divulgações realizadas pela Companhia em suas demonstrações financeiras. Consideramos que os critérios adotados pela administração e seus assessores jurídicos para a determinação dos passivos contingentes tributários e tratamentos fiscais incertos, bem como as consequentes divulgações em notas explicativas da Companhia e suas controladas, estão consistentes com os dados e informações recebidos ao longo da nossa auditoria.
Instrumentos financeiros designados em contabilidade de hedge (Nota 3.1) A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de minimizar a volatilidade dos índices e taxas em seus fluxos de caixa e em seu resultado. Para atingir seus objetivos, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos e passivos financeiros não derivativos e designa como instrumento de hedge na aplicação da política de contabilidade de proteção (hedge accounting), realizando periodicamente, testes de efetividade sobre as relações de hedge designadas. A designação desses instrumentos financeiros como hedge accounting, assim como a mensuração de sua efetividade, requerem o cumprimento de certas obrigações formais, julgamentos em relação à proteção efetiva do risco de variação cambial e ao alinhamento dos objetivos de proteção à sua estratégia de gestão de riscos do negócio. Dada à complexidade envolvida na designação e periódica mensuração da efetividade das relações de contabilidade de proteção mantidas pela Companhia, consideramos esse assunto como área de foco em nossa auditoria.	Nossos principais procedimentos de auditoria em resposta a esse assunto consideram, entre outros: • Entendimento do processo e dos controles internos relacionados à contabilidade de proteção (hedge accounting). • Com o auxílio de nossos especialistas em instrumentos financeiros, avaliamos a suficiência da documentação preparada pela Companhia que suporta a designação dos instrumentos de proteção como hedge accounting, especificamente as designações contendo as descrições de todas as estratégias e metodologias utilizadas para mensuração de efetividade. • Revisão da efetividade das relações de hedge accounting e a reciclagem dos montantes contabilizados em outros resultados abrangentes, os quais afetaram o resultado do exercício. • Recálculo, em base amostral, da valorização do valor justo dos instrumentos financeiros. • Obtenção de confirmação externa junto às instituições financeiras dos saldos dos instrumentos financeiros contratados.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
	Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia envolvendo as transações de contabilidade de proteção (hedge accounting). Com base nas evidências obtidas, consideramos aceitáveis as designações mantidas como contabilidade de proteção (hedge accounting) no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 2.2 (c), foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 20 de fevereiro de 2025, sem ressalvas.

Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 2025, examinamos também os ajustes descritos na Nota 2.2 (c) que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2024, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2024 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações financeiras de 2024 tomadas em conjunto.

Rumo S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria

Rumo S.A.

sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.



Rumo S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 4 de março de 2026

A handwritten signature in dark ink that reads 'PricewaterhouseCoopers' in a cursive script.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Alessandro Marchesino de Oliveira
Contador CRC 1SP265450/O-8

Balanços patrimoniais
(em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	799.494	2.403.629	7.018.132	7.461.618
Títulos e valores mobiliários	5.3	6.946	95.912	416.287	812.795
Contas a receber de clientes	5.4	8.260	32.412	660.428	568.577
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	—	—	157.257	706.550
Estoques	5.10	5.006	1.556	263.489	282.580
Recebíveis de partes relacionadas	4.1	80.037	76.002	118.275	102.665
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		41.241	—	256.390	117.416
Outros tributos a recuperar	5.9	166.827	132.856	654.030	548.807
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber		117.988	567.867	541	17
Outros ativos		14.799	80.297	175.028	210.742
		1.240.598	3.390.531	9.719.857	10.811.767
Ativos mantidos para venda	4.6	—	60.792	—	60.792
Ativo circulante		1.240.598	3.451.323	9.719.857	10.872.559
Contas a receber de clientes	5.4	—	—	6.863	14.772
Caixa restrito	5.3	94	84	173.733	117.885
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		56.596	193.719	62.611	216.614
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.14	—	—	1.681.258	1.709.521
Recebíveis de partes relacionadas	4.1	63.941	51.941	20.348	21.452
Outros tributos a recuperar	5.9	67.818	—	1.446.915	977.285
Depósitos judiciais	5.15	72.425	66.926	331.190	301.726
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	1.123.464	650.868	1.647.584	941.427
Outros ativos		9.387	16.887	84.604	76.661
Investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas	5.11	19.560.239	19.768.695	445.658	321.985
Imobilizado	5.12.1	4.629.740	2.314.044	23.948.573	20.435.467
Intangíveis	5.12.2	156.375	194.209	6.421.681	6.545.890
Direito de uso	5.12.3	26.259	31.522	7.792.217	8.039.779
Ativo não circulante		25.766.338	23.288.895	44.063.235	39.720.464
Total do ativo		27.006.936	26.740.218	53.783.092	50.593.023

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Balanços patrimoniais
(em milhares de Reais - R\$)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	52.620	46.912	846.430	1.241.113
Passivos de arrendamento	5.6	12.328	11.368	663.849	658.203
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	538.307	515.583	1.479.408	1.362.291
Fornecedores	5.7	279.371	489.845	1.138.378	1.777.918
Ordenados e salários a pagar		28.446	19.092	361.583	376.475
Imposto de renda e contribuição social correntes		381	7.461	16.955	49.477
Outros tributos a pagar	5.13	38.338	27.648	98.163	84.132
Dividendos a pagar		202.267	5.440	206.977	11.314
Arrendamentos e concessões em litígio e parcelados	5.16	—	—	189.076	166.273
Pagáveis a partes relacionadas	4.1	29.602	38.807	215.166	366.186
Receitas diferidas		—	—	2.234	2.540
Outros passivos financeiros	5.1	229.895	25.970	672.231	338.759
Outras contas a pagar		62.740	79.460	291.077	234.121
Passivo circulante		1.474.295	1.267.586	6.181.527	6.668.802
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	8.204.834	6.730.332	22.277.407	17.882.105
Passivos de arrendamento	5.6	20.396	25.933	3.481.299	3.373.987
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	19.746	53.639	310.301	555.913
Imposto de renda e contribuição social correntes		3.412	—	3.412	—
Outros tributos a pagar	5.13	—	—	—	13
Provisão para demandas judiciais	5.15	78.271	148.541	1.053.673	1.098.418
Arrendamentos e concessões em litígio e parcelados	5.16	—	—	3.799.169	3.554.917
Provisão para passivo a descoberto	5.11	2.933.989	3.507.571	—	—
Pagáveis a partes relacionadas	4.1	4.733	4.733	—	—
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.14	422.284	265.014	2.595.315	2.477.267
Receitas diferidas		—	—	14.355	16.589
Outras contas a pagar		2.337	5.625	18.196	29.857
Passivo não circulante		11.690.002	10.741.388	33.553.127	28.989.066
Total do passivo		13.164.297	12.008.974	39.734.654	35.657.868
Patrimônio líquido	5.17				
Capital social		12.579.726	12.560.952	12.579.726	12.560.952
Ações em tesouraria		(67.242)	(92.220)	(67.242)	(92.220)
Reservas		1.358.427	2.224.225	1.358.427	2.224.225
Ajustes de avaliação patrimonial		(28.272)	38.287	(28.272)	38.287
		13.842.639	14.731.244	13.842.639	14.731.244
Patrimônio líquido atribuível aos:					
Acionistas controladores		13.842.639	14.731.244	13.842.639	14.731.244
Acionistas não controladores	5.11	—	—	205.799	203.911
Total do patrimônio líquido		13.842.639	14.731.244	14.048.438	14.935.155
Total do passivo e patrimônio líquido		27.006.936	26.740.218	53.783.092	50.593.023

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações de resultados do exercício
(em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	6.1	890.149	1.064.286	13.847.776	13.936.389
Custos dos serviços prestados	6.2	(611.823)	(828.698)	(7.562.149)	(7.533.536)
Lucro bruto		278.326	235.588	6.285.627	6.402.853
Despesas comerciais	6.2	(4.112)	384	(58.352)	(49.006)
Despesas gerais e administrativas	6.2	(32.205)	(46.425)	(637.450)	(661.678)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	6.3	5.514	139.670	123.459	(146.741)
Perda por redução ao valor recuperável	4.2	—	—	(1.227.872)	(3.149.244)
Despesas operacionais		(30.803)	93.629	(1.800.215)	(4.006.669)
Resultado antes da equivalência patrimonial e do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social		247.523	329.217	4.485.412	2.396.184
Equivalência patrimonial	5.11	1.355.223	(755.170)	94.252	32.903
Resultado de equivalência patrimonial		1.355.223	(755.170)	94.252	32.903
Resultado antes do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social		1.602.746	(425.953)	4.579.664	2.429.087
Despesas financeiras		(834.683)	(858.727)	(3.281.087)	(3.242.246)
Receitas financeiras		464.545	411.412	1.468.558	1.102.136
Variação cambial, líquida		3.911	(16.475)	686.037	(1.455.848)
Derivativos e valor justo		(232.743)	26.534	(1.898.690)	1.018.114
Resultado financeiro líquido	6.4	(598.970)	(437.256)	(3.025.182)	(2.577.844)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		1.003.776	(863.209)	1.554.482	(148.757)
Imposto de renda e contribuição social	5.14				
Corrente		—	—	(486.750)	(556.221)
Diferido		(156.719)	(96.038)	(202.607)	(244.264)
		(156.719)	(96.038)	(689.357)	(800.485)
Resultado do exercício		847.057	(959.247)	865.125	(949.242)
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores		847.057	(959.247)	847.057	(959.247)
Acionistas não controladores		—	—	18.068	10.005
Resultado por ação:	6.6				
Básico		—	—	0,4562	(0,5185)
Diluído		—	—	0,4559	(0,5185)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações de resultados abrangentes
(em milhares de Reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado do exercício	847.057	(959.247)	865.125	(949.242)
Itens que não serão subsequentemente reclassificados para o resultado				
Ganhos atuariais com plano de pensão	—	1.394	—	1.394
Tributos sobre ganhos atuariais	—	—	—	(1)
Valor justo de passivos financeiros atribuível a alterações no risco de crédito	10.274	—	10.274	—
Impostos de renda e contribuição social diferidos sobre valor justo de passivos financeiros atribuível a alterações no risco de crédito	(3.588)	—	(3.588)	—
	6.686	1.394	6.686	1.393
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado				
Resultado com <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	(109.425)	—	(109.510)	—
Impostos de renda e contribuição social diferidos sobre <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	37.234	—	37.234	—
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	(1.054)	(94)	(1.054)	(94)
	(73.245)	(94)	(73.330)	(94)
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social	(66.559)	1.300	(66.644)	1.299
Resultado abrangente total	780.498	(957.947)	798.481	(947.943)
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	780.498	(957.947)	780.498	(957.947)
Acionistas não controladores	—	—	17.983	10.004

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Em milhares de Reais - R\$)

	Atribuível aos acionistas da Companhia							Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Resultados acumulados	Total		
Saldo em 01 de janeiro de 2025	12.560.952	(92.220)	205.892	2.018.333	38.287	—	14.731.244	203.911	14.935.155
Resultado do exercício	—	—	—	—	—	847.057	847.057	18.068	865.125
Outros resultados abrangentes:									
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para o resultado									
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	—	—	—	—	(1.054)	—	(1.054)	—	(1.054)
Resultado com <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	—	—	—	—	(72.191)	—	(72.191)	(85)	(72.276)
Itens que não poderão ser classificados subsequentemente para o resultado									
Valor justo de passivos financeiros atribuível a alterações no risco de crédito	—	—	—	—	6.686	—	6.686	—	6.686
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	—	—	—	—	(66.559)	847.057	780.498	17.983	798.481
Contribuição e distribuições para os acionistas									
Transações com pagamento baseado em ações	—	—	34.460	—	—	—	34.460	170	34.630
Exercício de opção de ações	—	24.978	(38.035)	—	—	—	(13.057)	—	(13.057)
Constituição de reserva legal	—	—	—	42.353	—	(42.353)	—	—	—
Efeito da distribuição de dividendos para não controladores	—	—	(179)	—	—	—	(179)	179	—
Constituição de reserva de lucro	—	—	—	603.528	—	(603.528)	—	—	—
Dividendos (nota 4.5)	—	—	—	(1.500.000)	—	(201.176)	(1.701.176)	(5.595)	(1.706.771)
Total das transações com e para acionistas	—	24.978	(3.754)	(854.119)	—	(847.057)	(1.679.952)	(5.246)	(1.685.198)
Transações com os acionistas									
Resultado transação com não controladores (nota 4.3)	—	—	(7.925)	—	—	—	(7.925)	7.925	—
Reorganização societária (nota 4.3)	18.774	—	—	—	—	—	18.774	(18.774)	—
Total das transações com os acionistas	18.774	—	(7.925)	—	—	—	10.849	(10.849)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2025	12.579.726	(67.242)	194.213	1.164.214	(28.272)	—	13.842.639	205.799	14.048.438

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Em milhares de Reais - R\$)

	Atribuível aos acionistas da Companhia						Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Resultados acumulados			
Saldo em 01 de janeiro de 2024	12.560.952	(118.577)	214.409	2.977.580	36.988	—	15.671.352	199.703	15.871.055
Resultado do exercício	—	—	—	—	—	(959.247)	(959.247)	10.005	(949.242)
Outros resultados abrangentes:									
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	—	—	—	—	(94)	—	(94)	—	(94)
Ganhos atuariais com plano de pensão	—	—	—	—	1.393	—	1.393	—	1.393
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	—	—	—	—	1.299	(959.247)	(957.948)	10.005	(947.943)
Contribuição e distribuições para os acionistas									
Transações com pagamento baseado em ações	—	—	34.717	—	—	—	34.717	783	35.500
Exercício de opção de ações	—	26.357	(43.096)	—	—	—	(16.739)	—	(16.739)
Transferência para lucros acumulados	—	—	—	(959.247)	—	959.247	—	—	—
Efeito de distribuição de dividendos para não controladores	—	—	(138)	—	—	—	(138)	138	—
Dividendos	—	—	—	—	—	—	—	(6.718)	(6.718)
Total das transações com e para acionistas	—	26.357	(8.517)	(959.247)	—	959.247	17.840	(5.797)	12.043
Saldo em 31 de dezembro de 2024	12.560.952	(92.220)	205.892	2.018.333	38.287	—	14.731.244	203.911	14.935.155

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa

(Em milhares de Reais - R\$)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.003.776	(863.209)	1.554.482	(148.757)
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	6.2 100.909	99.925	2.213.331	2.303.380
Perda por redução ao valor recuperável	4.2 —	—	1.227.872	3.149.244
Equivalência patrimonial em controladas e associadas	5.11 (1.355.223)	755.170	(94.252)	(32.903)
Provisão para participações nos resultados e bônus	18.744	10.132	186.588	234.960
Resultado nas alienações de ativo imobilizado e intangível	6.3 (5.216)	150	19.055	(2.773)
Provisão de demandas judiciais	6.3 (1.060)	20.347	99.025	224.437
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(50)	(527)	29	1.518
Transações com pagamento baseado em ações	20.125	15.334	21.573	18.761
Créditos fiscais extemporâneos	6.3 —	—	(151.758)	(6.030)
Provisão de <i>Take or pay</i>	(12.975)	(105.749)	(14.090)	(188.059)
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	741.758	757.823	3.848.920	3.315.712
Outros	(6.217)	112	(4.803)	2.213
	504.571	689.508	8.905.972	8.871.703
Varição em:				
Contas a receber de clientes	24.466	(2.358)	(5.256)	36.847
Partes relacionadas, líquidas	(34.475)	(31.929)	(183.272)	102.155
Imposto de renda e contribuição social pagos	—	—	(96.280)	(46.440)
Outros tributos, líquidos	(4.536)	(130.746)	(727.596)	(609.622)
Estoques	11.441	(418)	13.408	(15.789)
Ordenados e salários a pagar	(10.727)	(4.845)	(207.361)	(187.812)
Fornecedores	(30.360)	16.540	(48.392)	112.062
Arrendamentos e concessões em litígio e parcelados	—	—	(261.539)	(246.821)
Provisão para demandas judiciais	(64.436)	(13.860)	(256.661)	(242.229)
Instrumentos financeiros derivativos	—	—	(13.381)	—
Outros passivos financeiros	(5.228)	1.693	75.417	(25.982)
Outros ativos e passivos, líquidos	4.889	(54.275)	(53.248)	(83.345)
	(108.966)	(220.198)	(1.764.161)	(1.206.976)
Caixa líquido gerado pelas atividades de operacionais	395.605	469.310	7.141.811	7.664.727
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aumento de capital em controlada e coligadas	5.11 (1.745.000)	(110.003)	(15.000)	(29.998)
Redução de capital em controlada	5.11 1.476.000	—	26.000	—
Títulos e valores mobiliários	96.464	145.682	545.107	761.568
Caixa restrito	(9)	(7)	(57.086)	(2.133)
Dividendos recebidos de controladas e coligadas	1.684.385	956.121	45.660	39.464
Adições ao imobilizado e intangível	(1.979.472)	(1.479.260)	(6.096.341)	(5.492.724)
Caixa líquido na alienação de investimentos	—	—	—	(5)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(467.632)	(487.467)	(5.551.660)	(4.723.828)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5 892.642	307.066	3.872.810	3.019.702
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5 —	(64.227)	(1.198.849)	(2.671.274)
Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5 (387.226)	(376.250)	(1.225.589)	(1.243.258)
Amortização de principal de arrendamento mercantil	5.6 (7.632)	(6.018)	(592.842)	(573.320)
Pagamento de juros de arrendamento mercantil	5.6 (5.565)	(6.351)	(235.548)	(201.401)
Pagamento instrumentos financeiros derivativos	(525.228)	(375.659)	(1.749.537)	(915.538)
Recebimento instrumentos financeiros derivativos	—	—	603.175	44.453
Dividendos pagos	(1.499.099)	(170.817)	(1.506.065)	(174.244)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(1.532.108)	(692.256)	(2.032.445)	(2.714.880)
Impacto da variação cambial nos saldos de caixa e equivalente de caixa	—	—	(1.192)	1.606
Acréscimo (decréscimo) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(1.604.135)	(710.413)	(443.486)	227.625
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.403.629	3.114.042	7.461.618	7.233.993
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	799.494	2.403.629	7.018.132	7.461.618

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

- **Transações que não envolveram caixa (Consolidado)**

A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa condensada da controladora e consolidado:

- (i) Registro de direitos de uso em contrapartida ao passivo de arrendamento no montante de R\$ 492.745 (R\$ 951.056 em 31 de dezembro de 2024), relativo a reajustes contratuais e a novos contratos enquadrados na norma de arrendamento mercantil (nota 5.12.3).
- (ii) Ativos imobilizados e intangíveis adquiridos com pagamento a prazo que montam R\$ 603.318 (R\$ 1.092.136 em 31 de dezembro de 2024).
- (iii) Subscrição de capital por meio de aporte de ativos para a controlada em conjunto Terminal Multimodal de Grãos e Fertilizantes S.A. no montante de R\$ 25.805 (nota 5.11).

- **Apresentação de juros e dividendos**

A Companhia classifica os dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos como fluxo de caixa das atividades de investimento, com o objetivo de evitar distorções nos seus fluxos de caixa operacionais em função do caixa proveniente destas operações.

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa nas atividades de financiamento, pois são considerados os custos de obtenção de recursos financeiros para aplicação em ativos imobilizados e intangíveis.

Demonstrações do valor adicionado
(Em milhares de Reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado Nota 2.2.c)	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado o Nota 2.2.c)
Receitas				
Receita bruta	951.090	1.119.349	14.692.319	14.610.500
Outras receitas operacionais, líquidas	31.199	180.585	233.180	216.007
Receita de construção de ativos para uso próprio	2.251.565	1.510.011	3.743.923	3.269.215
Provisão para perdas de crédito esperadas	50	527	(29)	25.279
	3.233.904	2.810.472	18.669.393	18.121.001
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados	(1.212.464)	(1.197.827)	(6.787.994)	(5.542.257)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.306.630)	(901.961)	(2.556.478)	(2.390.576)
Perda por redução ao valor recuperável	—	—	(1.227.872)	(3.149.244)
	(2.519.094)	(2.099.788)	(10.572.344)	(11.082.077)
Valor adicionado bruto	714.810	710.684	8.097.049	7.038.924
Retenções				
Depreciação e amortização	(100.909)	(99.925)	(2.213.331)	(2.303.380)
	(100.909)	(99.925)	(2.213.331)	(2.303.380)
Valor adicionado líquido produzido	613.901	610.759	5.883.718	4.735.544
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial em controladas e associadas	1.355.223	(755.170)	94.252	32.903
Receitas financeiras	468.456	411.412	1.468.558	1.102.136
	1.823.679	(343.758)	1.562.810	1.135.039
Valor adicionado total a distribuir	2.437.580	267.001	7.446.528	5.870.583
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	61.949	73.372	1.321.057	1.269.579
Remuneração direta	50.322	59.078	1.006.560	930.589
Benefícios	9.563	12.225	265.842	292.705
FGTS	2.064	2.069	48.655	46.285
Impostos, taxas e contribuições	164.612	236.433	319.967	1.665.468
Federais	164.117	166.760	511.722	1.333.471
Estaduais	—	—	(244.366)	204.349
Municipais	495	69.673	52.611	127.648
Remuneração de capitais de terceiros	1.363.962	916.443	4.940.379	3.884.778
Juros	1.354.557	908.295	4.861.834	3.775.161
Aluguéis e arrendamentos do contrato de concessão	9.405	8.148	78.545	109.617
Remuneração de capitais próprios	847.057	(959.247)	865.125	(949.242)
Dividendos	201.176	—	201.176	—
Participação dos acionistas não-controladores	—	—	18.068	10.005
Resultado do exercício	645.881	(959.247)	645.881	(959.247)
	2.437.580	267.001	7.446.528	5.870.583

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

1 Informações da companhia e do Grupo

1.1 Contexto operacional

A Rumo S.A. (“Companhia” ou “Rumo S.A.”), é uma companhia de capital aberto com ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob o código RAIL3, e tem sua sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Brasil.

A Companhia é prestadora de serviços no setor de logística (transporte ferroviário e multimodal), principalmente destinados à exportação de commodities, oferecendo uma solução integrada de transporte, movimentação, armazenagem e embarque desde os centros produtores até os principais portos do sul e sudeste do Brasil, além de participar em outras sociedades e empreendimentos, cujos objetos são relacionados com logística.

A Companhia opera no segmento de transporte ferroviário na região Sul do Brasil, por meio da controlada Rumo Malha Sul S.A. (“Rumo Malha Sul”), e na região Centro-Oeste e Estado de São Paulo por meio da Companhia, das controladas Rumo Malha Paulista S.A. (“Rumo Malha Paulista”), Rumo Malha Norte S.A. (“Rumo Malha Norte”), Rumo Malha Oeste S.A. (“Rumo Malha Oeste”) e Rumo Malha Central S.A. (“Rumo Malha Central”) alcançando os estados de Goiás e Tocantins. Além disso, a controlada Brado Logística e Participações S.A. (“Brado”) opera no segmento de contêineres.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

1.2 Concessões de operações ferroviárias e terminais portuários

A Companhia detém, diretamente ou por meio de subsidiárias ou coligadas, autorizações e concessões de serviços de ferrovia e terminais portuários, cuja abrangência e término estão descritos a seguir:

Empresas	Término da concessão	Área de abrangência
Rumo S.A.	Setembro de 2066	Estado de Mato Grosso
Controladas		
Rumo Malha Paulista S.A.	Dezembro de 2058	Estado de São Paulo
Rumo Malha Sul S.A.	Fevereiro de 2027	Sul do Brasil e Estado de São Paulo
Rumo Malha Oeste S.A.	Junho de 2026	Centro-Oeste e Estado de São Paulo
Rumo Malha Norte S.A.	Maio de 2079	Centro-Oeste
Rumo Malha Central S.A.	Julho de 2049	Norte, Centro-Oeste e Estado de São Paulo
Coligadas e controladas em conjunto		
CLI Sul S.A.	Março de 2036	Porto de Santos-SP
Terminal XXXIX S.A.	Outubro de 2050	Porto de Santos-SP
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	Agosto de 2027	Porto de Santos-SP
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	Agosto de 2027	Porto de Santos-SP
Associação Gestora da Ferrovia Interna do Porto de Santos (AG-FIPS)	Outubro de 2058	Porto de Santos-SP

As controladas, coligadas e controladas em conjunto acima, estão sujeitas ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de concessão das malhas ferroviárias e terminais portuários. Na medida em que não há controle substantivo para quem deve ser prestado o serviço e de preço, a ICPC 01(R1) / IFRIC 12 – Contratos de concessão não é aplicável à Companhia e, portanto, os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos e CPC 27 / IAS 16 – Ativo Imobilizado.

Em dezembro de 2025 encerrou o contrato com o último cliente que operava na Malha Oeste, de forma que a Administração está desmobilizando a operação para o mínimo necessário à manutenção dos ativos até a devolução no encerramento do contrato de concessão em junho de 2026.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

1.3 Informações sobre o Grupo

a) Subsidiárias:

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem:

Controladas	Participação direta e indireta	
	31/12/2025	31/12/2024
Logisport Armazéns Gerais S.A.	51 %	51 %
Rumo Luxembourg Sarl	100 %	100 %
Rumo Intermodal S.A.	100 %	100 %
Rumo Malha Oeste S.A.	100 %	100 %
Rumo Malha Paulista S.A.	100 %	100 %
Rumo Malha Sul S.A.	100 %	100 %
Rumo Malha Norte S.A. ⁽ⁱ⁾	100 %	99,72 %
Rumo Malha Central S.A.	100 %	100 %
ALL Argentina S.A.	100 %	100 %
Paranaguá S.A.	100 %	100 %
ALL Armazéns Gerais Ltda.	100 %	100 %
Rumo Serviços Logísticos Ltda.	100 %	100 %
Brado Logística e Participações S.A.	77 %	77 %
Brado Logística S.A.	77 %	77 %
ALL Mesopotâmica S.A.	71 %	71 %
Terminal São Simão S.A.	51 %	51 %
ALL Central S.A.	74 %	74 %
Servicios de Inversión Logística Integrales S.A.	100 %	100 %
Rumo Energia	100 %	100 %
Rumo Terminais S.A.	100 %	100 %

(i) Conforme nota 4.3, em 14 de agosto de 2025 a Companhia se tornou controladora integral da Rumo Malha Norte S.A. (99,72% em 31 de dezembro de 2024).

b) Coligadas e controladas em conjunto:

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui participação de 30% na Rhall Terminais Ltda. (30% em 2024), 20% na Termag S.A. (20% em 2024), 10% na TGG S.A. (10% em 2024), e 20% na CLI Sul S.A. (20% em 2024), nas quais a Administração entende que existe influência significativa decorrente: (i) dos percentuais de participação detidos; (ii) da participação de representante da Companhia no conselho das coligadas; e ou (iii) da relevância dos serviços de logística prestados pela Companhia às coligadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os investimentos de 50% no Terminal XXXIX, 50% no Terminal Alvorada S.A. e 50% no Terminal Multimodal de Grãos e Fertilizantes S.A., bem como a participação na Associação para Gestão da Ferrovia Interna do Porto de Santos (“AG-FIPS”), são geridos por regras de governança que conferem controle compartilhado aos investidores.

c) Controle do Grupo:

A Companhia é controlada direta da Cosan S.A. (“Cosan”), que detém poder de voto sobre 20,33% do seu capital, incluindo ações em tesouraria, além de manter exposição econômica adicional de 9,94% via instrumentos derivativos. A Cosan tem suas ações negociadas tanto na B3, a bolsa de valores brasileira, quanto na Bolsa de valores de Nova York (NYSE), onde é listada sob o *ticker* CSAN. Trata-se de uma sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo. O Sr. Rubens Ometto Silveira Mello é o principal acionista controlador da Cosan.

2 Bases de preparação e políticas contábeis gerais

Essa seção fornece informações sobre bases gerais de preparação, que a Administração julga úteis e relevantes para o entendimento destas demonstrações financeiras.

2.1 Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incorporam integralmente os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas contábeis internacionais (IFRS® *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (IFRIC® *Interpretations*), observadas as disposições da Lei nº 6.404, de 27 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), e as normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*®), essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras consolidadas são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 04 de março de 2026.

2.2 Políticas contábeis gerais

As políticas contábeis específicas estão incluídas nas notas explicativas, enquanto práticas gerais estão descritas abaixo:

a) Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas individuais.

Julgamentos:

Os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que no entendimento da Administração têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras envolvem os seguintes temas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

- **Nota 5.1 – Outros passivos financeiros:** O fluxo de liquidação do saldo de créditos cedidos por fornecedores à agentes financeiros é classificado na Demonstração de fluxos de caixa em atividades operacionais ou de investimentos, de acordo com a classificação do objeto da compra, por melhor representar o dispêndio de caixa sob a ótica da operação da Companhia;
- **Nota 5.6 – Passivos de arrendamento:** Na avaliação de parcelas virtualmente fixas, se os arrendamentos forem variáveis, e do prazo do arrendamento, se a Companhia tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação;
- **Nota 5.11 – Investimentos em coligadas e controladas em conjunto:** Na avaliação da existência de influência sobre a investida e ou controle compartilhado;

Incertezas sobre estimativas e premissas chave:

As incertezas relacionadas a estimativas e premissas chave em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.4 – Contas a receber de clientes:** Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda esperada;
- **Nota 5.6 – Passivos de arrendamento:** Na estimativa da taxa incremental sobre empréstimos, elaborada usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponíveis, e considerando nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o *rating* de crédito);
- **Notas 5.12.1 e 5.12.2 – Imobilizado e intangível:** Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados, intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota 5.14 – Imposto de renda e contribuição social:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota 5.15 – Provisão para demandas e depósitos judiciais:** Avaliação de demandas judiciais e o reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota 6.5 - Pagamentos com base em ações:** Estimativa de perda de instrumentos durante o período de “*vesting*”;

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

- **Nota 2.3 – Mensuração do valor justo:** Mensuração dos valores justos de ativos e passivos financeiros com base em dados observáveis em mercado.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia e suas subsidiárias, localizadas no Brasil, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual elas operam, geram e consomem recursos. A principal moeda funcional das subsidiárias localizadas fora do Brasil é o peso argentino.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais de cada subsidiária, utilizando as taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio apurada na data de apresentação.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

As diferenças de moeda estrangeira são reconhecidas e apresentadas em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. No entanto, se a operação no exterior for uma subsidiária não integral, então a proporção relevante da diferença de conversão é alocada para os interesses de não controladores. Quando uma operação no exterior é alienada ou ocorre perda de controle, o valor acumulado na reserva de conversão relacionada àquela operação no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na alienação.

As taxas de câmbio do Real (R\$) para as moedas funcionais de suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são:

Moeda	31/12/2025	31/12/2024
Dólar americano (USD)	5,5024	6,1923
Peso argentino (ARS)	0,0037	0,0060

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

c) Reapresentação das cifras comparativas (DVA)

Algumas rubricas da DVA do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram reapresentadas com os efeitos da receita de ativos de construção própria para permitir a comparabilidade com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, no que tange à:

(i) alteração da política contábil referente a ativos construídos pela empresa para uso próprio, que passou a incluir como receita na DVA a edificação de novos ativos e a ampliação estrutural de ativos existentes, que resulte em expansão de capacidade; e,

(ii) R\$ 195.168 indevidamente classificados na DVA das cifras comparativas, valor que deveria integrar a linha de receita bruta.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2024			31/12/2024		
	Reportado	Reclassificação	Reapresentado	Reportado	Reclassificação	Reapresentado
Receitas						
Receita bruta ⁽ⁱⁱⁱ⁾	1.119.349	—	1.119.349	14.415.332	195.168	14.610.500
Outras receitas operacionais, líquidas ⁽ⁱⁱ⁾	180.585	—	180.585	221.868	(5.861)	216.007
Receita de construção de ativos para uso próprio ⁽ⁱ⁾	—	1.510.011	1.510.011	—	3.269.215	3.269.215
Insumos adquiridos de terceiros						
Custos dos serviços prestados ^{(i) (ii)}	(724.814)	(473.013)	(1.197.827)	(3.754.729)	(1.787.528)	(5.542.257)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros ⁽ⁱ⁾	6.947	(908.908)	(901.961)	(909.284)	(1.481.292)	(2.390.576)
Valor adicionado total a distribuir	138.911	128.090	267.001	5.680.881	189.702	5.870.583
Pessoal e encargos						
Remuneração direta ⁽ⁱ⁾	58.804	274	59.078	921.728	8.861	930.589
Benefícios ⁽ⁱ⁾	12.214	11	12.225	292.114	591	292.705
Impostos, taxas e contribuições						
Municipais ⁽ⁱ⁾	5.000	64.673	69.673	49.860	77.788	127.648
Remuneração de capitais de terceiros						
Juros ⁽ⁱ⁾	848.668	59.627	908.295	3.679.980	95.181	3.775.161
Aluguéis e arrendamentos do contrato de concessão ⁽ⁱ⁾	4.643	3.505	8.148	102.336	7.281	109.617
Valor adicionado total distribuído	138.911	128.090	267.001	5.680.881	189.702	5.870.583

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

2.3 Mensuração do valor justo

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que tem a responsabilidade geral de supervisionar todas as mensurações significativas de valor justo, e reporta diretamente ao Conselho.

A Administração regularmente revisa premissas não observáveis significativas e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível de hierarquia.

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base na origem dos dados usados nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** Os dados usados se originam em preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- **Nível 2:** Os dados usados incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado.
- **Nível 3:** São usadas técnicas de avaliação para as quais a informação significativa para mensuração do valor justo de nível mais baixo não esteja disponível (*inputs* não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Todas as estimativas resultantes de valor justo da Companhia estão incluídas no nível 2.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no nível da hierarquia de valor justo com mais subjetividade.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- i. [6.5](#) - Pagamento com base em ações;
- ii. [5.8](#) - Instrumentos financeiros derivativos.

Os títulos das Sênior Notes cotados na Bolsa de Valores de Luxemburgo ("LuxSE") apresentaram o seguinte comportamento, em percentual do valor nominal de face:

Empréstimo	Empresa	31/12/2025	31/12/2024
<i>Sênior Notes 2028</i>	Rumo Luxembourg	99,98 %	97,32%
<i>Sênior Notes 2032</i>	Rumo Luxembourg	92,04 %	84,30%

Os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros são os seguintes:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	7.018.132	7.461.618	7.018.132	7.461.618
Títulos e valores mobiliários	416.287	812.795	416.287	812.795
Contas a receber de clientes	667.291	583.349	667.291	583.349
Instrumentos financeiros derivativos	1.804.841	1.647.977	1.804.841	1.647.977
Recebíveis de partes relacionadas	138.623	124.117	138.623	124.117
Caixa restrito	173.733	117.885	173.733	117.885
Total	10.218.907	10.747.741	10.218.907	10.747.741
Passivos				
Empréstimos e financiamentos e debêntures	(23.123.837)	(19.123.219)	(23.111.153)	(18.987.550)
Passivos de arrendamento	(4.145.148)	(4.032.190)	(4.145.148)	(4.032.190)
Instrumentos financeiros derivativos	(1.789.709)	(1.918.204)	(1.789.709)	(1.918.204)
Fornecedores	(1.138.378)	(1.777.918)	(1.138.378)	(1.777.918)
Dividendos a pagar	(206.977)	(11.314)	(206.977)	(11.314)
Arrendamentos e concessão parcelados	(805.884)	(940.215)	(805.884)	(940.215)
Pagáveis a partes relacionadas	(215.166)	(366.186)	(215.166)	(366.186)
Outros passivos financeiros	(672.231)	(338.759)	(672.231)	(338.759)
Parcelamento de débitos tributários	(3.959)	(902)	(3.959)	(902)
Total	(32.101.289)	(28.508.907)	(32.088.605)	(28.373.238)

Os saldos com prazos curtos têm valor justo que se aproxima ao valor contabilizado.

2.4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2.4.1 Novos pronunciamentos, interpretações e alterações

As interpretações e alterações que passaram a vigorar no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não geraram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

As novas normas, interpretações e alterações emitidas pelo CPC e pelo IASB, que ainda não são efetivas em 31 de dezembro de 2025 — exceto o IFRS 18 (CPC 51) — não devem ter impacto significativo no resultado consolidado ou na posição financeira, com base na avaliação inicial da Companhia

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1. O IFRS 18 estabelece novos requisitos para a apresentação da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais específicos, classificação das receitas e despesas por categoria (operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, sendo que as três primeiras categorias são novas), dentro de novos requisitos para a agregação e desagregação das informações financeiras, com base nas “funções” identificadas nas demonstrações financeiras primárias e nas notas explicativas.

A norma passará a exigir a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração.

Além disso, foram feitas alterações pontuais ao IAS 7, modificando o ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, que passa de "lucro ou prejuízo do exercício" para "lucro ou prejuízo operacional", e a remoção da opção de classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.

As alterações do IFRS 18 entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, devendo ser aplicado retrospectivamente. Atualmente, o Grupo está trabalhando para identificar todos os impactos que essas alterações terão nas suas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas para estar em vigor com o novo requerimento dentro do prazo estabelecido.

A Companhia não adotou, de forma antecipada, nenhum pronunciamento, interpretação ou alteração emitida que ainda não esteja em vigor.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

3 Negócios, operações e administração da Companhia

3.1 Objetivos e políticas da gestão de riscos de instrumentos financeiros

Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o desempenho financeiro futuro do grupo. As informações de lucros e perdas do exercício atual foram incluídas, quando relevantes ao contexto.

Risco	Exposição decorrente de:	Mensuração	Gestão
Risco de mercado - câmbio	(i) Transações comerciais futuras. (ii) Ativos e passivos financeiros reconhecidos não denominados em reais.	(i) Fluxo de caixa futuro (ii) Análise de sensibilidade	Moeda estrangeira
Risco de mercado - juros	Caixa e equivalentes de caixa, títulos de valores mobiliários, caixa restrito, empréstimos e debêntures, Arrendamentos e instrumentos financeiros derivativos.	(iii) Análise de sensibilidade	Swap de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito, contas a receber, derivativos, contas a receber de partes relacionadas.	(i) Análise por vencimento (ii) Ratings de crédito	Disponibilidades e linhas de crédito
Risco de liquidez	Empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar a fornecedores, outros passivos financeiros, outros tributos a pagar, arrendamentos, derivativos e contas a pagar a partes relacionadas.	Fluxo de caixa futuro	Disponibilidades e linhas de crédito.

O gerenciamento de risco da Companhia é predominantemente controlado por um departamento central de Tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, que fornece princípios para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de *hedge* é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de *hedge* e o item coberto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia pode optar pela designação formal de novas operações de dívidas para as quais possua instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo ("*Fair Value Option*") tem o intuito de eliminar ou reduzir as inconsistências no resultado decorrentes de diferenças entre os critérios de mensuração de determinados passivos e seus instrumentos de proteção. Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo. Tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação.

A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio.

A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir.

a) Risco de Mercado

O objetivo do gerenciamento de riscos de mercado é manter as exposições aos riscos de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para administrar riscos de mercado. Todas as transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela política de gerenciamento de risco. Geralmente, a Companhia procura aplicar a contabilidade de *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade nos lucros ou prejuízos.

i. Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em moeda estrangeira:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	10.463	3.001
Fornecedores	(406)	(74.257)
Empréstimos e financiamentos	(5.165.421)	(5.113.840)
Derivativos de taxa de câmbio	6.240.818	5.157.289
Passivo de arrendamento	(213.501)	(102.364)
	871.953	(130.171)

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos e euros, levantados em 31 de dezembro de 2025, a Companhia sensibilizou o efeito positivo ou negativo no resultado (e resultado abrangente), antes dos impostos, decorrente de um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível do Real em relação às moedas estrangeiras, como segue:

Instrumento	Fator de risco	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa	Flutuação do câmbio	(5)	2.611	5.226	(2.620)	(5.235)
Fornecedores	Flutuação do câmbio	(1)	(103)	(205)	101	203
Derivativos de taxa de câmbio	Flutuação do câmbio	(2.482)	1.557.103	3.116.687	(1.562.066)	(3.121.650)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Flutuação do câmbio	2.016	(1.288.836)	(2.579.687)	1.292.867	2.583.718
Passivo de arrendamento	Flutuação do câmbio	96	(53.256)	(106.607)	53.447	106.798
Impactos no resultado do exercício		77	(42.947)	(85.971)	43.100	86.124
Resultados abrangentes (i)		(453)	260.466	521.385	(261.371)	(522.290)

- (i) Swap de câmbio utilizado como instrumento em um *hedge* de fluxo de caixa com efeitos registrados em outros resultados abrangentes.

O cenário provável utiliza o dólar e euro projetados por consultoria especializada para 31 de dezembro de 2026. Cenários estressados foram definidos aplicando variações (positivas e negativas) de 25% e de 50% nas taxas de câmbio usadas no cenário provável:

	31/12/2025	Cenários				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Dólar	5,5024	5,5000	6,8750	8,2500	4,1250	2,7500
Euro	6,4692	6,5450	8,1813	9,8175	4,9088	3,2725

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

ii. Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros sobre os quais incidem taxas de juros, em grande parte variáveis, o que expõe o resultado financeiro aos riscos de flutuação das taxas de juros.

A análise de sensibilidade a seguir demonstra o impacto anual projetado nas despesas com juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração das aplicações financeiras (antes dos impostos), mantidas as demais variáveis:

Exposição taxa de juros	Cenários				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	932.844	1.166.055	1.399.266	699.633	466.422
Títulos e valores mobiliários	55.949	69.936	83.923	41.962	27.974
Caixa restrito	23.350	29.187	35.025	17.512	11.675
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(831.802)	(1.011.056)	(1.247.704)	(623.923)	(415.902)
Derivativos de taxa de juros e câmbio	(1.701.805)	(2.127.257)	(2.552.707)	(1.276.354)	(850.902)
Passivos de arrendamento	(440.946)	(440.946)	(440.946)	(440.946)	(440.946)
Arrendamento e concessão parcelados	(109.119)	(136.439)	(163.678)	(81.879)	(54.559)
Outros passivos financeiros	(90.348)	(112.935)	(135.522)	(67.761)	(45.174)
Impactos no resultado do exercício	(2.161.877)	(2.563.455)	(3.022.343)	(1.731.756)	(1.301.412)

O cenário provável considera a taxas de juros estimadas, elaboradas por uma terceira parte especializada com base nas informações do Banco Central do Brasil (BACEN). Cenários estressados foram definidos aplicando variações (positivas e negativas) de 25% e 50% às taxas do cenário provável, como segue:

	Cenários				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
SELIC	13,54%	16,93%	20,31%	10,16%	6,77%
CDI	13,44%	16,80%	20,16%	10,08%	6,72%
TJLP	8,90%	11,13%	13,35%	6,68%	4,45%
IPCA	4,12%	5,15%	6,18%	3,09%	2,06%
TR	1,57%	1,96%	2,36%	1,18%	0,79%

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Risco de crédito

As operações regulares da Companhia expõem-na a potenciais descumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem honrar os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾	7.018.132	7.461.618
Títulos e valores mobiliários ⁽ⁱ⁾	416.287	812.795
Caixa restrito ⁽ⁱ⁾	173.733	117.885
Contas a receber de clientes ⁽ⁱⁱ⁾	667.291	583.349
Recebíveis de partes relacionadas ⁽ⁱⁱ⁾	138.623	124.117
Instrumentos financeiros derivativos ⁽ⁱ⁾	1.804.841	1.647.977
	10.218.907	10.747.741

- (i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é o valor registrado.
- (ii) O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada por cada segmento de negócio, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data de balanço em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários.

Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos livres de risco e outros investimentos em bancos com grau mínimo de “A”. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria, de acordo com a política da Companhia.

Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	31/12/2025
AA	9.004.849
AAA	408.144
Total	9.412.993

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas encontrem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir que, dentro do possível, sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os passivos financeiros da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes (o total da linha de empréstimos de 2024 foi reapresentado para fins de comparabilidade):

	31/12/2025				31/12/2024	
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.613.214)	(2.508.754)	(13.906.625)	(29.334.930)	(47.363.523)	(42.679.526)
Fornecedores	(1.138.378)	—	—	—	(1.138.378)	(1.777.918)
Outros passivos financeiros	(672.231)	—	—	—	(672.231)	(338.759)
Parcelamento de débitos tributários	(3.959)	—	—	—	(3.959)	(902)
Passivo de arrendamento	(735.220)	(744.033)	(429.457)	(17.761.141)	(19.669.851)	(18.935.497)
Arrendamento e concessão parcelados	(233.582)	(229.938)	(454.126)	(188.480)	(1.106.126)	(1.281.108)
Pagáveis a partes relacionadas	(215.166)	—	—	—	(215.166)	(366.186)
Dividendos a pagar	(206.977)	—	—	—	(206.977)	(11.314)
Instrumentos financeiros derivativos	(1.792.142)	(1.119.882)	(201.131)	9.223.993	6.110.838	5.273.384
	(6.610.869)	(4.602.607)	(14.991.339)	(38.060.558)	(64.265.373)	(60.117.826)

3.2 Informação por segmento

As informações por segmento são utilizadas pela Diretoria Executiva da Companhia, principal tomador de decisões, para avaliar o desempenho dos segmentos operacionais e tomar decisões com relação à alocação de recursos.

A Administração avalia o desempenho de seus segmentos operacionais com base na medida de EBITDA (lucro antes do imposto de renda e contribuição social, despesa financeira líquida, depreciação e amortização).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

Segmentos operacionais

Em 2025, a Administração da Companhia reestruturou os segmentos operacionais, com a Rumo Malha Oeste sendo transferida da Operação Sul para a Operação Norte, em razão de mudanças internas na estrutura da Companhia. Em função da imaterialidade dessa alteração, a Administração optou por não reapresentar os valores comparativos.

A gestão da Companhia está estruturada em três segmentos:

- (i) Operações Norte: composto pelas operações ferroviárias, rodoviárias, transbordo nas áreas de concessão da Companhia, da Rumo Malha Norte, da Rumo Malha Central, da Rumo Malha Paulista e da Rumo Malha Oeste.
- (ii) Operações Sul: composto pelas operações ferroviárias e transbordo na área de concessão da Rumo Malha Sul.
- (iii) Operações de Contêineres: composto pela empresa do Grupo que tem foco em logística de contêineres seja por transporte ferroviário ou rodoviário e os resultados de operações de contêineres nas malhas.

As informações por segmento foram preparadas de acordo com as mesmas práticas contábeis utilizadas na preparação das informações consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

Exercício:	31/12/2025				31/12/2024			
Resultado por Unidade de Negócio	Operações Norte	Operações Sul	Operações de Contêineres	Consolidado	Operações Norte	Operações Sul	Operações de Contêineres	Consolidado
Receita Líquida	11.111.826	1.941.834	794.116	13.847.776	11.096.559	2.154.493	685.337	13.936.389
Custo dos serviços prestados	(5.642.098)	(1.277.065)	(642.986)	(7.562.149)	(5.336.388)	(1.595.059)	(602.089)	(7.533.536)
Lucro bruto	5.469.728	664.769	151.130	6.285.627	5.760.171	559.434	83.248	6.402.853
Margem bruta (%)	49,22%	34,23%	19,03%	45,39%	51,91%	25,97%	12,15%	45,94%
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(519.240)	(107.193)	(69.369)	(695.802)	(548.657)	(96.684)	(65.343)	(710.684)
Outras receitas (despesas) operacionais e equivalência patrimonial	60.989	155.529	1.193	217.711	(105.417)	(184.077)	6.801	(282.693)
Provisão de baixa de ativos e perda por redução ao valor recuperável (nota 4.2)	—	(1.227.872)	—	(1.227.872)	—	(3.149.244)	—	(3.149.244)
Complemento de preço alienação Elevações Portuárias S.A.	—	—	—	—	168.855	—	—	168.855
Depreciação e amortização	1.904.686	199.526	109.119	2.213.331	1.696.225	488.872	118.283	2.303.380
EBITDA	6.916.163	(315.241)	192.073	6.792.995	6.971.177	(2.381.699)	142.989	4.732.467
Margem EBITDA (%)	62,24%	-16,23%	24,19%	49,05%	62,82%	-110,55%	20,86%	33,96%
Depreciação e amortização				(2.213.331)				(2.303.380)
Resultado financeiro				(3.025.182)				(2.577.844)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social				1.554.482				(148.757)
Imposto de renda e contribuição social				(689.357)				(800.485)
Resultado do exercício				865.125				(949.242)

3.2.1 Principais clientes

A Companhia possui um cliente que contribuiu individualmente com uma parcela de 10,34% da receita operacional líquida do ano de 2025 com um valor aproximado de R\$ 1.323.753. Em 2024 esse mesmo cliente contribuiu individualmente com uma parcela de 12,10% da receita líquida com um valor aproximado de R\$ 1.763.541.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

4 Transações e eventos significativos

4.1 Partes relacionadas

Política contábil:

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são firmadas em condições de mercado ou no melhor interesse da Companhia e realizadas conforme contratos estabelecidos. Os saldos em aberto no final do exercício são liquidados em dinheiro e não estão sujeitos a juros, se liquidados no prazo. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

a) Resumo dos saldos com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos				
Operações comerciais				
Rumo Malha Norte S.A.	3.687	2.374	—	—
Rumo Malha Paulista S.A.	39.259	29.776	—	—
Rumo Malha Sul S.A.	685	3.066	—	—
Rumo Malha Central S.A.	2.253	3.572	—	—
Raízen S.A. e suas controladas	21.993	19.994	37.397	31.213
CLI Sul S.A.	11.940	17.105	14.341	19.458
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	—	—	14.286	14.286
Associação Gestora da Ferrovia Interna do Porto de Santos (AG-FIPS)	—	—	49.397	36.985
Outros	220	115	2.854	723
	80.037	76.002	118.275	102.665
Ativo não circulante				
Operações comerciais				
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	—	—	8.333	21.428
CLI Sul S.A.	12.000	—	12.000	—
	12.000	—	20.333	21.428
Operações financeiras e societárias				
ALL Argentina S.A.	51.941	51.941	—	—
Outros	—	—	15	24
	51.941	51.941	15	24
	63.941	51.941	20.348	21.452
Total	143.978	127.943	138.623	124.117

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante				
Operações comerciais				
Rumo Malha Norte S.A.	16.176	13.598	—	—
Rumo Malha Sul S.A.	105	5.293	—	—
Rumo Malha Paulista S.A.	1.747	3.265	—	—
Rumo Malha Central S.A.	692	756	—	—
Terminal São Simão S.A.	220	220	—	—
Raízen S.A. e suas controladas	4.392	12.745	147.735	279.672
Cosan S.A.	3.985	632	21.325	25.706
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	—	—	1.447	6.548
Logisport Armazéns Gerais S.A.	7	7	—	—
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	—	—	95	8.149
Associação Gestora da Ferrovia Interna do Porto de Santos (AG-FIPS)	—	—	43.607	45.119
Compass S.A. e suas controladas	—	—	388	—
Outros	2.278	2.291	569	992
	29.602	38.807	215.166	366.186
Passivo não circulante				
Operações Comerciais				
ALL - Argentina S.A.	4.733	4.733	—	—
	4.733	4.733	—	—
Total	34.335	43.540	215.166	366.186

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Transações com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida				
Raízen S.A. e suas controladas ⁽ⁱ⁾	261.251	376.074	582.425	694.698
Rumo Malha Paulista S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	380.527	87.875	—	—
CLI Sul S.A.	8.674	2.134	11.723	14.182
Outros	2	211	—	—
	650.454	466.294	594.148	708.880
Venda (compra) de produtos / insumos / serviços				
Raízen S.A. e suas controladas ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(40.436)	(62.699)	(2.455.820)	(2.431.474)
Logisport Armazéns Gerais S.A.	—	(1.047)	—	—
Rumo Malha Central S.A.	(12.622)	(28.854)	—	—
Rumo Malha Paulista S.A. ^(iv)	(52.687)	(47.274)	—	—
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. ^(v)	—	—	(10.592)	(61.807)
Rumo Malha Sul S.A.	—	(11.299)	—	—
Rumo Malha Norte S.A.	432	—	—	—
Terminal Marítimo do Guarujá S.A.	—	—	(49.835)	(85.701)
Outros	(6)	(9.509)	—	—
	(105.319)	(160.682)	(2.516.247)	(2.578.982)
Receitas/ despesa compartilhada				
Cosan S.A. ^(vi)	—	—	(50.890)	(26.496)
Rumo Malha Oeste S.A.	1.301	484	—	—
Rumo Malha Paulista S.A.	19.457	7.918	—	—
Rumo Malha Sul S.A.	7.289	12.993	—	—
Rumo Malha Norte S.A.	17.084	(6.608)	—	—
Rumo Malha Central S.A.	5.077	7.730	—	—
Associação Gestora da Ferrovia Interna do Porto de Santos (AG-FIPS) ^(vii)	—	—	(134.820)	(110.610)
Raízen S.A. e suas controladas ^(vi)	—	—	(33.954)	(35.539)
Compass S.A. e suas controladas	—	—	1.654	—
	50.208	22.517	(218.010)	(172.645)
Resultado financeiro				
Raízen S.A. e suas controladas	—	—	—	(500)
COMGAS - Companhia de Gás de São Paulo	—	—	—	(753)
	—	—	—	(1.253)

- (i) A prestação de serviços no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 para a Raízen S.A. e suas controladas se refere principalmente à transporte e armazenagem, contratada em condições de mercado.
- (ii) Remuneração de investimento em ativos relacionados ao contrato de prestação de serviços de transporte ferroviário de açúcar com a Rumo Malha Paulista (vide item iv).
- (iii) Aquisição de combustíveis (diesel para uso nas locomotivas) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 junto à Raízen S.A. e suas controladas, a condições de mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (iv) Serviço de transporte ferroviário prestado pela Rumo Malha Paulista. O contrato de serviços envolveu investimentos feitos pela Companhia em ativos ferroviários da Rumo Malha Paulista, firmado em condições de mercado.
- (v) Aquisição de lubrificantes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 junto à Cosan Lubrificantes, a condições de mercado.
- (vi) Rateio do custo de atividades corporativas e do centro de serviços compartilhados Raízen.
- (vii) Rateio do resultado operacional de acordo com a utilização dos serviços.

c) Remuneração dos administradores e diretores

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave, incluindo diretores e membros do conselho, estão registradas no resultado consolidado do exercício, incluindo os encargos, como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Benefícios de curto prazo	23.580	39.799
Transações com pagamentos baseados em ações	6.429	8.808
	30.009	48.607

4.2 Perda por redução ao valor recuperável Rumo Malha Sul

No 2º trimestre de 2024, o Rio Grande do Sul foi impactado por eventos climáticos extremos. Este evento de força maior provocou danos à infraestrutura ferroviária da Rumo Malha Sul.

A extensão dos danos, associada aos altos custos de reconstrução, trouxeram incertezas sobre o processo de renovação da concessão, com vencimento inicial em fevereiro de 2027, em que pese a Companhia continuar envidando seus melhores esforços neste sentido.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 os indicadores identificados continuavam presentes, sendo reconhecido 100% de *impairment* para os ativos residuais, a provisão acumula o montante de R\$ 1.227.872.

O valor recuperável da unidade foi determinado a partir de seu valor em uso, obtido pelo fluxo de caixa descontado, elaborado com base em projeções atualizadas e aprovadas pela Administração. A última projeção realizada, até o reconhecimento integral da provisão de *impairment* dos ativos, utilizou como principais premissas:

- Prazo de projeção: até fevereiro de 2027.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

- Volume: espera-se uma queda no volume da unidade em 2025, seguida de uma recuperação com crescimento de 7,1% em 2026, com base nas expectativas da administração para o desenvolvimento do mercado.
- Preço de venda: considera uma queda de 0,8% na tarifa média de 2026 e tem como base as atuais tendências do setor e inclui as previsões de inflação para o Brasil.
- Custos variáveis e manutenção: incluídos conforme histórico e sem incrementos de capacidade.
- Os investimentos projetados referem-se à manutenção da Concessão e são baseados na experiência histórica da Administração da Rumo. Os investimentos não compreendem incrementos de capacidade. Nenhuma receita incremental ou economia de custo foi considerada no modelo de valor em uso como resultado desse dispêndio.
- A Taxa de desconto nominal e antes dos impostos foi de 14,26%, estimada pelo custo médio ponderado de capital.

4.3 Reorganização societária da Rumo Malha Norte

Em 19 de fevereiro de 2025, a Rumo S.A. e Rumo Malha Norte S.A. comunicaram a seus acionistas e ao mercado em geral que seus respectivos Conselhos de Administração aprovaram a proposta de reorganização com o objetivo de otimizar a estrutura societária das Companhias, por meio da incorporação de ações dos acionistas minoritários (0,26% do capital social) da Malha Norte S.A. pela Rumo S.A., resultando na conversão da Malha Norte em subsidiária integral da Rumo. Os atos relativos à incorporação de ações foram aprovados em 04 de julho.

Em 30 de julho de 2025, se encerrou o período de direito de recesso sem o exercício dos acionistas dissidentes da Rumo Malha Norte S.A., com isso as Companhias iniciaram o processo de operacionalização da entrega de ações, para assim a Rumo S.A. incorporar a participação dos acionistas não controladores da Rumo Malha Norte S.A.

Em 14 de agosto de 2025, a Companhia concluiu a incorporação das ações da Rumo Malha Norte S.A., adquirindo a participação remanescente de R\$ 10.849 (nota 5.11) equivalente a 0,26%, detida por acionistas não controladores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

A operação foi realizada por meio de uma relação de troca de ações, na qual a Companhia aumentou o capital social em R\$ 18.774 (nota 5.17), mediante a emissão de 3.959.668 novas ações. As novas ações emitidas foram entregues aos acionistas não controladores da Rumo Malha Norte S.A., como contrapartida à cessão de suas participações remanescentes, que passaram a ser integralmente detidas pela Companhia.

A transação resultou em um ajuste patrimonial, reconhecido na reserva de capital, no montante de R\$ 7.925 referente a diferença entre o valor do aumento de capital pela emissão de novas ações e o valor contábil da participação adquirida.

A incorporação das ações tem como objetivo promover maior eficiência e otimizar a estrutura societária e de liquidez da Companhia e da Rumo Malha Norte S.A.

4.4 Emissão de debêntures Rumo Malha Paulista S.A.

Em 28 de março de 2025 a controlada Rumo Malha Paulista captou R\$ 1.800.000 com a 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, divididas em duas séries, sendo que a primeira possui um montante de R\$ 434.949, com taxa de IPCA + 7,47% a.a., prazo de 12 anos, pagamentos de juros semestrais e amortização nos dois últimos anos, enquanto a segunda é de R\$ 1.365.051, com taxa de IPCA + 7,53% a.a., prazo de 15 anos, pagamentos de juros semestrais e amortização nos três últimos anos.

Em 29 de setembro de 2025 a controlada Rumo Malha Paulista captou R\$ 1.000.000 com a 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com taxa de IPCA + 6,58% a.a., prazo de 15 anos, pagamentos de juros semestrais e amortização nos três últimos anos.

Os recursos dessas captações serão utilizados na realização de investimentos futuros previstos no caderno de obrigações do contrato de concessão da Rumo Malha Paulista, bem como, pagamento futuro ou reembolso de gastos e/ou acordos referentes a outorga, concessão e arrendamento. Essa emissão possui as mesmas cláusulas financeiras restritivas (“financial covenants”) que as demais dívidas, conforme demonstrado na nota 5.5.

Conforme política de exposição ao risco de juros, os saldos foram objeto de swap para percentual de CDI.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

4.5 Distribuição de dividendos

Em 11 de junho de 2025 o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos com base na reserva de lucros, no montante de R\$ 1.500.000. O pagamento foi realizado em 25 de junho de 2025, sem atualização monetária ou incidência de juros entre a data da aprovação e a data do efetivo crédito.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia destinou dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 201.176, conforme nota 5.17.

4.6 Rescisão do acordo de venda de ações do Terminal XXXIX

Em 05 de junho de 2025, a Companhia comunicou que no contexto do acordo de venda de ações do Terminal XXXIX, não houve o cumprimento de determinadas condições vinculantes previstas no instrumento, tendo a Companhia decidido rescindir o acordo. A rescisão motivada pelo não cumprimento da condição precedentes isenta as partes de quaisquer ônus, multas ou obrigação e ressarcimento. Desta forma será mantida a participação acionária de 50% no T-XXXIX.

Em decorrência da rescisão do acordo firmado em 29 de maio de 2024, o ativo foi reclassificado para investimentos e houve o reconhecimento de equivalência patrimonial referente ao período em que o ativo esteve classificado como ativo mantido para venda, totalizando o montante de R\$ 50.877.

4.7 Emissão de debêntures Rumo S.A.

A Rumo S.A. concluiu a 18ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, distribuídas em quatro séries, no montante total de R\$ 2.000.000. Em 16 de dezembro de 2025, a Companhia integralizou a 1ª série, no valor de R\$ 750.000, ao custo IPCA + 7,41% ao ano, com prazo de vencimento de 15 anos. A emissão prevê pagamentos semestrais de juros e amortizações semestrais do principal a partir de junho de 2028.

Os recursos dessa captação serão utilizados para pagamento futuro ou reembolso de gastos referentes ao projeto de investimento da ferrovia do Mato Grosso. Essa emissão possui as mesmas cláusulas financeiras restritivas (*“financial covenants”*) que as demais dívidas, conforme demonstrado na nota 5.5.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

4.8 Reforma tributária sobre consumo no Brasil (IBS e CBS)

A Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, e a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, instituíram a Reforma do Sistema Tributário Nacional sobre o consumo, promovendo a substituição gradual dos tributos atualmente incidentes sobre bens e serviços — notadamente PIS, COFINS, ICMS e ISS — pelo Imposto sobre Bens e Serviços (“IBS”) e pela Contribuição sobre Bens e Serviços (“CBS”).

A legislação estabelece um período de transição a partir de 2026, com coexistência dos tributos atuais e dos novos tributos, e plena implementação prevista para os exercícios subsequentes, conforme o cronograma legal.

A Companhia, juntamente com suas controladas e coligadas, atua nos segmentos de logística, transporte e infraestrutura, bem como atividades correlatas. Tais segmentos apresentam modelos operacionais, cadeias de valor e regimes de incidência tributária distintos, o que pode resultar em efeitos diferenciados no contexto da implementação do IBS e da CBS, a depender da regulamentação específica aplicável a cada atividade.

Nesse contexto, os impactos decorrentes da Reforma Tributária podem trazer potenciais reflexos nas demonstrações financeiras consolidadas, incluindo, entre outros aspectos, a estrutura de custos, a formação de preços, a dinâmica de créditos tributários e os fluxos de caixa consolidados.

A Administração estruturou frentes internas dedicadas ao acompanhamento da Reforma Tributária, abrangendo análises normativas, avaliações econômico-financeiras e adequações sistêmicas, com apoio de assessores externos especializados. Referidas análises encontram-se em andamento e consideram, entre outros fatores, a evolução da regulamentação infralegal, as interpretações das autoridades competentes e as especificidades de cada segmento de atuação da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

Na data-base de 31 de dezembro de 2025, as avaliações relacionadas aos potenciais impactos quantitativos da Reforma Tributária sobre o Consumo encontravam-se em andamento, considerando o estágio atual de regulamentação e de definição operacional do novo sistema tributário. Dessa forma, não houve reconhecimento de efeitos contábeis nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. A Administração seguirá acompanhando a evolução da legislação e da regulamentação aplicável, bem como os desdobramentos operacionais relevantes, para avaliar oportunamente a necessidade de eventuais reconhecimentos ou divulgações adicionais.

4.9 Eventos subsequentes

4.9.1 Impacto do conflito no Irã

Em 28 de fevereiro de 2026, houve uma escalada de tensões geopolíticas decorrente de um ataque militar coordenado entre os Estados Unidos e Israel contra o Irã, que gerou confrontos e uma série de reações na região do Oriente Médio. Até a presente data, a Administração avaliou que tais eventos não resultaram em impactos diretos significativos nas operações, na posição patrimonial ou nos resultados da Companhia. Acompanharemos de forma contínua os desdobramentos desses acontecimentos e eventuais impactos sobre a cadeia de suprimentos e preços das commodities que possam impactar a Companhia.

5 Informações detalhadas sobre ativos e passivos

5.1 Ativos e passivos financeiros

Política contábil

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros se dá pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Títulos e valores mobiliários	5.3	416.287	812.795
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	1.804.841	1.647.977
		2.221.128	2.460.772
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	7.018.132	7.461.618
Contas a receber de clientes	5.4	667.291	583.349
Recebíveis de partes relacionadas	4.1	138.623	124.117
Caixa restrito	5.3	173.733	117.885
		7.997.779	8.286.969
Total		10.218.907	10.747.741
Passivos			
Custo amortizado			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	1.465.379	2.087.214
Passivos de arrendamento	5.6	4.145.148	4.032.190
Fornecedores	5.7	1.138.378	1.777.918
Outros passivos financeiros ⁽ⁱ⁾		672.231	338.759
Pagáveis a partes relacionadas	4.1	215.166	366.186
Dividendos a pagar		206.977	11.314
Arrendamento e concessão parcelados	5.16	805.884	940.215
Parcelamento de débitos tributários	5.13	3.959	902
		8.653.122	9.554.698
Valor justo por meio do resultado			
Empréstimos e financiamentos	5.5	21.658.458	17.036.005
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	1.789.709	1.918.204
		23.448.167	18.954.209
Total		32.101.289	28.508.907

- (i) Saldo consolidado antecipado por nossos fornecedores junto a agentes financeiros. Essas operações tiveram fundos e bancos de primeira linha como contrapartes, a uma taxa média de 14,13% a.a. (11,05% a.a. em 31 de dezembro de 2024). O prazo médio dessas operações gira em torno de 48 dias (35 dias em 31 de dezembro de 2024). A transferência contábil dos valores da conta de fornecedores para esta rubrica, consiste em uma transação que não envolve caixa, não sendo apresentada na Demonstração de fluxos de caixa. O fluxo de liquidação do saldo, por sua vez, é classificado em atividades operacionais ou de investimentos, de acordo com a classificação do objeto da compra. Encargos financeiros embutidos na transação são registrados em "Juros sobre contingências e contratos comerciais" no resultado financeiro, tendo representado R\$ 45.281 no exercício findo em 31 de dezembro 2025 (R\$ 48.275 em 31 de dezembro de 2024).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.2 Caixa e Equivalentes de Caixa

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento	96	4.375	149.452	49.435
Aplicações financeiras	799.398	2.399.254	6.868.680	7.412.183
	799.494	2.403.629	7.018.132	7.461.618

As aplicações financeiras são compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações em bancos				
Operações compromissadas	43.563	—	43.563	475
Certificado de depósitos bancários - CDB ⁽ⁱ⁾	733.547	2.399.254	5.511.243	7.411.708
Outras aplicações	22.288	—	1.313.874	—
	799.398	2.399.254	6.868.680	7.412.183

- (i) As aplicações financeiras da Companhia são remuneradas a taxas em torno de 101,05% da taxa de oferta interbancária brasileira (Certificado de Depósito Interbancário), ou “CDI”, em 31 de dezembro de 2025 (101,33% do CDI em 31 de dezembro de 2024). A análise de sensibilidade dos riscos de taxa de juros está na nota 3.1.

5.3 Títulos e valores mobiliários e caixa restrito

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Títulos públicos ⁽ⁱ⁾	5.927	77.402	352.853	654.768
Certificados de depósitos bancários ⁽ⁱⁱ⁾	1.019	18.378	2.228	156.915
Letras financeiras ⁽ⁱⁱⁱ⁾	—	132	61.206	1.112
	6.946	95.912	416.287	812.795

- (i) Títulos públicos classificados como valor justo por meio do resultado possuem taxa de juros atrelada a SELIC e vencimento entre dois e cinco anos.
- (ii) Certificados de depósitos bancários possuem taxa de juros atrelada ao CDI e vencimento entre dois e cinco anos, aplicados por meio de fundo exclusivo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

(iii) Letras financeiras possuem taxa de juros atreladas ao CDI.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras vinculadas a empréstimos	—	—	132.428	116.744
Valores mobiliários dados em garantia	94	84	41.305	1.141
	94	84	173.733	117.885

5.4 Contas a receber de clientes

Política contábil:

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor presente. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Mercado interno	8.724	20.355	652.454	549.760
Mercado externo	—	12.571	15.673	35.274
	8.724	32.926	668.127	585.034
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(464)	(514)	(836)	(1.685)
	(464)	(514)	(836)	(1.685)
Total	8.260	32.412	667.291	583.349
Circulante	8.260	32.412	660.428	568.577
Não circulante	—	—	6.863	14.772
Total	8.260	32.412	667.291	583.349

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	6.498	23.551	623.875	513.317
Vencidas				
Até 30 dias	1.178	8.426	32.500	58.396
De 31 a 60 dias	—	147	4.147	8.620
De 61 a 90 dias	—	75	1.731	2.271
Mais de 90 dias	1.048	727	5.874	2.430
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(464)	(514)	(836)	(1.685)
	8.260	32.412	667.291	583.349

A movimentação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2024	(1.041)	(5.526)
Provisões	(380)	(5.045)
Reversões e baixas	907	8.886
Saldo em 01 de janeiro de 2025	(514)	(1.685)
Provisões	(356)	(5.550)
Reversões e baixas	406	6.399
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(464)	(836)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.5 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Política contábil:

Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado. Caso a transação seja designada ao valor justo por meio do resultado, o registro inicial e subsequente se dá pelo valor justo.

São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Descrição	Encargos financeiros		Controladora	
	Indexador médio da dívida	Taxa média anual de juros	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos				
ACF	IPCA + 6,48%	11,03%	494.225	299.706
Debêntures	IPCA + 4,93%	9,66%	7.763.229	6.477.538
Total			8.257.454	6.777.244
Circulante			52.620	46.912
Não circulante			8.204.834	6.730.332

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

Descrição	Encargos financeiros		Consolidado	
	Indexador médio da dívida	Taxa média anual de juros	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos				
ACF	IPCA + 6,48%	11,03%	494.225	299.706
BNDES (Finem)	URTJLP + 2,06%	11,21%	1.428.087	1.861.658
BNDES (Finem)	IPCA	4,12%	27.050	—
BNDES (Finem)	TR	1,21%	27.005	—
CCB (Cédula de Crédito Bancário)	IPCA + 0,94%	5,25%	814.423	874.513
Debêntures	CDI + 0,70%	15,70%	261.172	—
Debêntures (Lei 12.431)	IPCA + 5,71%	10,23%	14.906.454	10.722.182
Export Credit Agency ("ECA")	Euribor + 0,58%	2,69%	19.543	38.525
NCE			—	276.661
Sênior Notes	Pré-fixado	4,73%	5.145.878	5.049.973
Total			23.123.837	19.123.218
Circulante			846.430	1.241.113
Não circulante			22.277.407	17.882.105

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
1 a 2 anos	898.917	—	1.425.554	529.929
2 a 3 anos	1.481.003	817.614	4.521.037	1.276.582
3 a 4 anos	2.185.111	1.353.738	3.010.725	4.366.742
4 a 5 anos	782.924	1.951.196	1.209.880	2.689.649
5 a 6 anos	255.827	639.888	498.564	1.053.651
7 a 8 anos	80.439	148.180	2.681.473	349.191
Acima de 8 anos	2.520.613	1.819.716	8.930.174	7.616.361
	8.204.834	6.730.332	22.277.407	17.882.105

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são denominados nas seguintes moedas:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Reais (R\$)	17.958.416	14.009.378
Dólar (US\$) ⁽ⁱ⁾	5.145.878	5.075.315
Euro ⁽ⁱ⁾	19.543	38.525
Total	23.123.837	19.123.218

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (i) Em 31 de dezembro de 2025, todas as dívidas denominadas em moeda estrangeira, possuem proteção contra risco cambial através de instrumentos financeiros derivativos (Nota 5.8), ou através de aplicações financeiras na mesma moeda.

Abaixo movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorrida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2024	7.027.823	18.964.841
Captações	307.066	3.019.702
Atualização de juros, valor justo, variação monetária e cambial	(117.168)	1.053.207
Amortização de principal	(64.227)	(2.671.274)
Pagamento de juros	(376.250)	(1.243.258)
Saldo em 01 de janeiro de 2025	6.777.244	19.123.218
Captações	892.642	3.872.810
Atualização de juros, valor justo, variação monetária e cambial	974.794	2.552.247
Amortização de principal	—	(1.198.849)
Pagamento de juros	(387.226)	(1.225.589)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	8.257.454	23.123.837

a) Garantias

Alguns contratos de financiamento com bancos de fomento, destinados a investimentos são também garantidos por fiança bancária com um custo médio de 0,56% a.a. ou por garantias reais (bens) e conta caução. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de fianças bancárias contratado era de R\$ 2.563.286 (R\$ 2.655.231 em 31 de dezembro de 2024).

O total de empréstimos garantidos consolidado é de R\$ 2.532.199 (R\$ 2.628.900 em 31 de dezembro de 2024). Não há empréstimos com garantias na controladora.

b) Linhas de crédito não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2025, Companhia dispunha de linhas de crédito não utilizadas (sujeitas a condições contratuais para utilização), em bancos com rating AAA, no valor total de R\$ 2.675.292 (R\$ 406.793 em 31 de dezembro de 2024).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

c) Cláusulas restritivas (“financial covenants”)

As principais linhas de empréstimos da Companhia estão sujeitas a cláusulas restritivas, com base em indicadores financeiros e não financeiros, que variam de contrato para contrato. A tabela a seguir lista as dívidas e os indicadores financeiros (os contratos possuem redações ligeiramente distintas sobre a definição dos indicadores de *covenants* e, dentre elas, os índices reportados utilizam a interpretação mais conservadora dos ajustes previstos nas fórmulas):

Indicador	Companhia	Dívida	Meta	Índice
Alavancagem = Dívida líquida ⁽ⁱ⁾ / EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾	Rumo S.A.	Sênior notes 2028	≤ 3,5x	1,94x
		Sênior notes 2032		
		ECA		
ICJ = EBITDA / Resultado financeiro ⁽ⁱⁱⁱ⁾	Rumo S.A.	Debêntures ^(iv)	≥ 2,0x	3,52x
		Debênture (11 ^a , 12 ^a , 13 ^a e 14 ^a)		
		ECA		

(i) A dívida financeira líquida é composta por dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis considerados como leasing financeiro deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito de aplicações financeiras vinculadas a empréstimos e instrumentos derivativos.

(ii) Conforme definido na nota 3.2 às demonstrações financeiras, deduzidos os resultados extraordinários.

(iii) O resultado financeiro consolidado é representado pelo custo da dívida líquida consolidada, demonstrado na nota 6.4.

(iv) As debêntures 12^a e 13^a emissões, possuem covenant contratual de alavancagem em 3,0x (três vezes). Contudo, elas possuem consentimentos prévios (waiver) que permitem à emissora extrapolar esse índice até o limite de 3,5x até 31 de dezembro de 2027.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas subsidiárias cumpriram todas as cláusulas restritivas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

d) Compromissos ESG

O *Sênior Notes* 2028 foi a primeira emissão Green do setor de ferrovias de carga na América Latina. A Companhia tem o compromisso de utilizar os recursos no financiamento total ou parcial de projetos em andamento e futuros, que contribuam para a promoção de um setor de transporte de baixa emissão de carbono e com uso eficiente de recursos no Brasil. Os projetos elegíveis estão distribuídos nas áreas de “Aquisição, substituição e atualização de material rodante”, “Infraestrutura para duplicação de trechos ferroviários, novos pátios e extensões de pátios”, e “Modernização da ferrovia”.

O *Sênior Notes* 2032 foi uma emissão em *Sustainability-Linked Bonds* (SLBs), com a seguinte meta sustentável: redução de 17,6% das toneladas de emissões diretas de gases de efeito estufa por quilômetro útil (TKU) até 2026, tendo como referência o ano de 2020. A Companhia está sujeita ao *step-up* de 25 *basis points* a partir de julho de 2027 caso não atinja essa meta, o que aumentaria a taxa de juros para 4,45% a.a.

A 2ª Debênture da Malha Paulista está atrelada a meta sustentável da redução de emissões de gases de efeitos estufa por tonelada de quilômetro útil (TKU) em 15% até 2023, tendo como ponto de partida a data base de dezembro de 2019. O cumprimento da condição para *step-down* de taxa foi verificado a partir do Relatório Anual de Sustentabilidade da Rumo (“RAS”), assim sendo, a Companhia foi beneficiada com *step-down* de 25 *basis points*, tornando o custo da 2ª série em IPCA + 4,52%.

A 17ª Debênture da Rumo S.A. está atrelada a meta sustentável da redução de (i) 17,6% das toneladas de emissões diretas de gases de efeito estufa por quilômetro útil (TKU) até 2026; e (ii) 21,6% até 2030, tendo como referência o ano de 2020. A companhia está sujeita ao *step-up* de 25 *basis points* na 1ª série e 20 *basis points* na 2ª série caso não seja atingido o SKPI em 2026 e acréscimo de 5 *basis points* na 2ª série caso não seja atingido o SKPI em 2030.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

e) Compensação de ativos e passivos financeiros

A Companhia possui recursos aplicados em *Credit Linked Notes* – *CLNs* no exterior e empréstimos de Notas de Crédito de Exportações - *NCEs* no Brasil que possuem prazos e condições idênticos, além da previsão de que os recursos utilizados pela Companhia para o pagamento de juros e principal das *NCEs* resultarão na liberação proporcional dos valores atrelados às *CLNs* pela Instituição Financeira, configurando assim, não só a intenção, como uma obrigação de liquidar os instrumentos de forma simultânea.

Uma vez que a Companhia possui o direito legalmente executável e a intenção de liquidá-los simultaneamente, efetuou a apresentação líquida dos instrumentos no balanço patrimonial e demonstração de resultados consolidados:

Consolidado		
	31/12/2025	31/12/2024
Ativos		
Credit Linked Notes	5.627.660	6.334.168
	5.627.660	6.334.168
Passivos		
NCEs	(5.627.660)	(6.334.168)
	(5.627.660)	(6.334.168)
	—	—

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.6 Passivos de arrendamento

Política contábil:

No início ou na modificação de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

A valorização subsequente do passivo de arrendamento se dá pelo custo amortizado. É mensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é mensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Arrendamentos consolidado			Total
	Financeiro	Operacionais - concessões	Operacionais - outros	
Saldo em 01 de janeiro de 2024	71.021	2.865.378	470.444	3.406.843
Adições	—	801.375	51.335	852.710
Apropriação de juros e variação cambial	18.476	354.208	78.807	451.491
Amortização de principal de arrendamento mercantil	(59.929)	(424.125)	(89.266)	(573.320)
Pagamento de juros de arrendamento mercantil	—	(139.643)	(61.758)	(201.401)
Reajuste contratual	—	82.927	15.419	98.346
Baixas	—	—	(2.479)	(2.479)
Saldo em 01 de janeiro de 2025	29.568	3.540.120	462.502	4.032.190
Adições	—	150.409	89.671	240.080
Apropriação de juros e variação cambial	15.455	387.253	48.357	451.065
Amortização de principal de arrendamento mercantil	(34.079)	(447.539)	(111.224)	(592.842)
Pagamento de juros de arrendamento mercantil	—	(171.625)	(63.923)	(235.548)
Reajuste contratual	—	178.777	73.888	252.665
Baixas	—	—	(2.462)	(2.462)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	10.944	3.637.395	496.809	4.145.148
Prazos remanescentes (em anos)	1 a 6	1 a 34	1 a 13	
Taxa de juros	IGP-M	11% a 13%	2% a 19%	
Circulante	10.232	541.272	112.345	663.849
Não circulante	712	3.096.123	384.464	3.481.299
	10.944	3.637.395	496.809	4.145.148

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em dezembro de 2058 (uma abertura por vencimento é demonstrada na nota 1.2). Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGP-M e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI e alguns dos contratos possuem opções de renovações ou de compra que foram considerados na determinação do prazo e na classificação como arrendamento financeiro.

Além da amortização e da apropriação de juros e variação cambial destacados nos quadros anteriores, foram registrados para os demais contratos de arrendamento que não foram incluídos na mensuração de passivos de arrendamentos os seguintes impactos no resultado:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Pagamentos de arrendamento variável não incluído no reconhecimento das obrigações de arrendamento	245.659	71.932
Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo	36.345	27.664
Despesas de arrendamentos de ativos de baixo valor, excluindo arrendamentos de curto prazo	10.169	10.005
	292.173	109.601

Os saldos de arrendamentos registrados pela Companhia incluem o contrato da Malha Central e o aditivo de renovação do contrato da Malha Paulista, que possuem taxa implícita identificada, sendo, portanto, prontamente determinável em tais casos. A valorização desses contratos não gera as distorções no passivo e direito de uso objeto do Ofício Circular 2/2019 da CVM. Essa particularidade da Companhia faz com que os efeitos sobre os saldos (dos passivos de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação) caso a mensuração fosse feita pelo valor presente das parcelas esperadas acrescidas da inflação futura projetada, não são relevantes para influenciarem as decisões dos usuários e, conseqüentemente, para serem apresentados nas demonstrações financeiras.

A Companhia registrou os passivos de arrendamento pelo valor presente das parcelas devidas, ou seja, incluindo eventuais créditos de impostos a que terá direito no momento do pagamento dos arrendamentos. O potencial crédito de PIS/COFINS incluído no passivo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 40.242 (R\$ 30.814 em 31 de dezembro de 2024).

5.7 Fornecedores

Política contábil:

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 45 dias do reconhecimento.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores de materiais e serviços	276.919	483.054	1.123.028	1.756.425
Outros	2.452	6.791	15.350	21.493
Total	279.371	489.845	1.138.378	1.777.918

5.8 Instrumentos financeiros derivativos

Política contábil:

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo estar designado como um instrumento de *hedge* e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de *hedge*. A Companhia designa certos derivativos como:

- (i) hedges do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (hedge de valor justo); ou
- (ii) hedge de um risco específico associado aos fluxos de caixa de transações altamente prováveis (hedge de fluxo de caixa).

No início do relacionamento de *hedge* de valor justo a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* que devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de *hedge*. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de *hedge* são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outros ganhos / (perdas).

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de *hedge* são divulgados abaixo. O valor justo total de um derivativo de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de *hedge* for menor que 12 meses.

A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge* quanto em uma base contínua, sobre se os instrumentos de *hedge* são altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis.

A Companhia utiliza instrumentos de *swap*, cujo valor justo é determinado a partir dos fluxos de caixa descontados baseados em curvas de mercado, para proteger a exposição ao risco de câmbio e ao risco de juros e inflação. Os dados consolidados são apresentados abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Nocional		Valor justo	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Derivativos de taxa de câmbio e juros				
Contratos de Swap (Juros e câmbio)	8.097.562	5.197.194	(475.746)	(23.567)
Contratos de Swap (Juros e inflação)	15.702.968	12.247.351	490.878	(246.660)
	23.800.530	17.444.545	15.132	(270.227)
Circulante			157.257	706.550
Não circulante			1.647.584	941.427
Ativos			1.804.841	1.647.977
Circulante			(1.479.408)	(1.362.291)
Não circulante			(310.301)	(555.913)
Passivo			(1.789.709)	(1.918.204)
Total de instrumentos contratados			15.132	(270.227)

A Companhia contratou operações de Swap de juros e câmbio, de forma a ficar ativa em USD + juros fixos e passiva em percentual do CDI. Já nas operações de Swap de juros e inflação, a Companhia fica ativa em IPCA + juros fixos e passiva em percentual do CDI.

Estratégias de Hedge

a) Hedge de valor justo

Atualmente, a Companhia adota o *hedge* de valor justo para algumas de suas operações, tanto os instrumentos de *hedge* quanto os itens protegidos por *hedge* são contabilizados ao valor justo por meio do resultado. Os efeitos contábeis dessa adoção são os seguintes:

Hedge risco de câmbio			Valor contábil		Valor justo acumulado dos ajustes de hedge	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Objetos	Indexador	Nocional				
Sênior Notes 2028	US\$ + 5,30%	(2.791.600)	(2.575.368)	(2.631.834)	(230.520)	(519.686)
Sênior Notes 2032	US\$ + 4,20%	(2.824.075)	(2.570.510)	(2.418.140)	(193.000)	(687.411)
NCE USD	Sofr + 1,30%	—	—	(25.341)	—	(131.663)
Hedge risco de juros						
Objetos						
Debêntures	IPCA + 5,62%	(13.657.901)	(14.220.199)	(9.719.039)	(1.544.982)	(1.851.762)
ACF	IPCA + 6,48%	(467.321)	(494.225)	(299.706)	(11.288)	(13.635)
Finem	TLP + 2,06%	(19.096)	(21.469)	(25.764)	(1.810)	(2.212)
CCB	IPCA + 0,94%	(898.651)	(814.423)	(874.513)	(78.121)	(63.520)
Total		(20.658.644)	(20.696.194)	(15.994.337)	(2.059.721)	(3.269.889)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

			Valor contábil 31/12/2025		Valor contábil 31/12/2024	
Hedge risco de câmbio						
Instrumentos financeiros derivativos						
	Indexador	Nocional	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Swap de câmbio e juros - Sênior Notes 2028	115% do CDI	2.791.600	2.591.695	(2.852.107)	2.657.287	(2.707.334)
Swap de câmbio e juros - Sênior Notes 2032	106% do CDI	2.824.075	2.612.445	(2.801.555)	4.039.312	(3.926.328)
Swap de câmbio e juros - NCE USD	Sofr + 1,3%	—	—	—	25.341	(124.097)
Hedge risco de juros						
Instrumentos financeiros derivativos						
Swap de juros - Debêntures	104% do CDI	13.657.901	14.412.764	(14.027.253)	10.016.793	(10.377.790)
Swap de juros - ACF	96% do CDI	467.321	499.641	(519.387)	304.962	(318.827)
Swap de juros - Finem	96% do CDI	19.096	21.044	(19.207)	23.552	(22.614)
Swap de juros - CCB	64% do CDI	898.651	822.384	(903.152)	882.930	(946.589)
Total derivativos		20.658.644	20.959.973	(21.122.661)	17.950.177	(18.423.579)

b) Opções por valor justo

Certos instrumentos derivativos não foram atrelados a estruturas de *hedge* documentadas. A Companhia optou por designar os passivos protegidos para registro ao valor justo por meio do resultado.

		Nocional R\$	Valor contábil R\$		Resultado Ajuste de valor justo	
Risco de inflação		31/12/2025	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivos designados						
Debêntures	IPCA + 4,68%	(60.000)	(169.600)	(248.085)	(473)	(59.916)
Debêntures	IPCA + 4,50%	(600.000)	(788.138)	(755.061)	(63.542)	(96.457)
Total		(660.000)	(957.738)	(1.003.146)	(64.015)	(156.373)
Instrumentos derivativos						
Swap de inflação e juros	107,00% do CDI	60.000	24.126	60.419	(24.126)	21.466
Swap de inflação e juros	103% do CDI	600.000	179.919	130.505	(179.919)	16.924
Total		660.000	204.045	190.924	(204.045)	38.390
Total líquido		—	(753.693)	(812.222)	(268.060)	(117.983)

		Nocional R\$	Valor contábil R\$		Resultado Ajuste de valor justo	
Risco de câmbio		31/12/2025	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivos designados						
ECA	EUR + 0,58%	(12.685)	(4.526)	(38.525)	(8)	(713)
Total		(12.685)	(4.526)	(38.525)	(8)	(713)
Instrumentos derivativos						
Swap de câmbio e juros	108% do CDI	12.685	6.000	12.253	(6.000)	(2.937)
Total		12.685	6.000	12.253	(6.000)	(2.937)
Total líquido		—	1.474	(26.272)	(6.008)	(3.650)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

c) Hedge de fluxo de caixa

Com o objetivo de mitigar os efeitos da volatilidade cambial sobre os determinados dispêndios de caixa futuros, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos, na forma de operações de *Swap*, caracterizando uma relação de *hedge* de fluxo de caixa.

A relação de *hedge* foi formalmente designada e documentada no início da operação, demonstrando que o *hedge* é eficaz na compensação das variações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco cambial. Os efeitos desse *hedge* são reconhecidos no patrimônio líquido, em "Outros Resultados Abrangentes".

Composição		Nocional	Valor contábil		(-) Tributos diferidos		Efeito no patrimônio líquido	
Instrumentos derivativos	Risco	R\$	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Swap de câmbio	Moeda	1.044.127	(109.510)	—	37.234	—	(72.276)	—

Outros resultados abrangentes				
Movimentação	Valor contábil 31/12/2024	Resultado de operações com <i>hedge</i> de fluxo de caixa	Realizações em custo	Valor contábil 31/12/2025
Instrumentos derivativos				
Swap de USD x Pré fixado 16,5%	—	(169.196)	59.686	(109.510)

A Companhia estabelece índice de cobertura próximo a 1:1. Embora historicamente imateriais, as fontes de inefetividade na contabilização de *hedge* podem decorrer dos seguintes fatores:

- (i) Desalinhamentos temporais entre os fluxos de caixa dos itens protegidos e dos instrumentos de *hedge*;
- (ii) Uso de índices de referência distintos, resultando em curvas de risco diferenciadas entre os itens protegidos e os instrumentos de *hedge*;
- (iii) Efeitos distintos do risco de crédito das contrapartes na variação do valor justo dos instrumentos de *hedge* e dos itens protegidos.
- (iv) Mudanças nas projeções dos fluxos de caixa esperados dos itens protegidos e dos instrumentos de *hedge*.

A Companhia monitora continuamente as fontes de inefetividade, utilizando análises quantitativas e qualitativas para avaliar os impactos no valor justo e na eficácia do *hedge*. Essas práticas estão alinhadas com as políticas contábeis e de tesouraria.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram registrados impactos materiais decorrentes de inefetividades na contabilização de *hedge*.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.9 Outros tributos a recuperar

Política Contábil:

Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução de futuras obrigações fiscais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
COFINS	190.846	106.918	396.387	340.630
PIS	41.468	23.419	98.919	73.273
ICMS ⁽ⁱ⁾	—	188	1.332.768	896.253
ICMS CIAP ⁽ⁱⁱ⁾	—	—	220.517	165.648
Outros	2.331	2.331	52.353	50.288
	234.645	132.856	2.100.944	1.526.092
Circulante	166.827	132.856	654.030	548.807
Não circulante	67.818	—	1.446.915	977.285
	234.645	132.856	2.100.945	1.526.092

(i) Crédito de ICMS referente à aquisição de insumos e diesel utilizado no transporte.

(ii) Crédito de ICMS oriundos de aquisições de ativo imobilizado.

Impostos indiretos acumulados a recuperar: tributos sobre o consumo (descontinuidade do PIS e da COFINS em 2027, redução gradual do ICMS a partir de 2028 até 2033 e do ISS), serão substituídos por novos impostos (IBS) e contribuições (CBS). Consequentemente, a recuperação destes impostos e o prazo de recuperação podem ser impactados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.10 Estoques

Política contábil:

Os estoques são demonstrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável (é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos custos estimados necessários para efetuar a venda).

A provisão para estoques obsoletos é feita para os riscos associados à realização e venda de estoques devido à obsolescência e mensuradas pelo valor realizável líquido ou o custo, dos dois o menor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Peças e acessórios	3.691	1.067	191.238	207.794
Combustíveis e lubrificantes	58	67	13.259	10.287
Almoxarifado e outros	1.257	422	58.992	64.499
	5.006	1.556	263.489	282.580

Os saldos estão apresentados líquidos da provisão de estoques obsoletos no montante de R\$ 5.558 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 6.548 em 31 de dezembro de 2024).

5.11 Investimentos em coligadas, controladas em conjunto e provisão para passivo a descoberto

a) Subsidiárias, coligadas e controladas em conjunto

Política contábil:

a) Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle, são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição do controle e desconsolidados quando o controle deixar de existir.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Ajustes são feitos nas demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis da Companhia.

As transações entre partes relacionadas são eliminadas integralmente na consolidação. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma, mas apenas na medida em que não haja evidência de imparidade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Coligadas e controladas em conjunto

Coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia possui influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Controladas em conjunto são acordos conjuntos através dos quais as partes que detêm controle conjunto do acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto.

Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto são tratados como ativos não circulantes e estão demonstrados ao custo menos qualquer perda por redução ao valor recuperável.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, a participação de coligadas e controladas em conjunto atribuível à Companhia no lucro ou prejuízo do exercício de tais investimentos é registrada na demonstração do resultado, em “Resultado de equivalência patrimonial”. Os ganhos e perdas não realizados decorrentes de transações entre a Companhia e as investidas são eliminados com base no percentual de participação dessas investidas.

Os outros resultados abrangentes de subsidiárias, coligadas e entidades controladas em conjunto são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em “Outros resultados abrangentes”.

Abaixo estão os investimentos em subsidiárias e coligadas que são materiais para a Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

i. Controladora

Controladora	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação
Rumo Intermodal S.A.	188.537.422	188.537.422	100%
Rumo Malha Central S.A.	4.470.908.744	4.470.908.744	100%
Rumo Malha Norte S.A.	1.189.412.363	1.189.412.363	100%
Brado Logística e Participações S.A.	12.962.963	10.065.741	77%
Paranaguá S.A.	8.875.654	8.875.654	100%
Logisport Armazéns Gerais S.A.	2.040.816	1.040.816	51%
Terminal São Simão S.A.	93.442.101	47.655.472	51%
Rumo Malha Sul S.A.	6.977.085.694.907	6.977.085.694.907	100%
ALL Argentina S.A.	9.703.000	8.825.849	91%
Rumo Luxembourg Sarl	500.000	500.000	100%
Rumo Malha Paulista S.A.	9.657.581.344.620	9.657.581.344.620	100%
ALL Armazéns Gerais Ltda.	391.960.380	391.960.380	100%
Rumo Malha Oeste S.A.	10.489.710.488	10.489.710.488	100%
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	500.000	100.000	20%
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	500.000	50.000	10%
CLI Sul S.A.	543.750.625	108.750.125	20%
Terminal XXXIX S.A.	14.200.000	7.100.000	50%
Terminal Alvorada S.A.	134.936.162	67.468.081	50%
Terminal Multimodal de Grãos e Fertilizantes S.A.	111.615.803	55.807.902	50%
Rumo Terminais S.A.	5.000	4.950	99%

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Saldo em 01 de janeiro de 2025	Resultado de equivalência	Aumento (redução) de capital / AFAC	Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	Resultado abrangente	Amortização do direito de concessão	Plano de opção de ações	Transferência do ativo não circulante disponível para venda	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2025
CLI Sul S.A.	222.791	4.415	(26.000)	—	—	—	—	—	—	201.206
Rumo Intermodal S.A.	222.271	51.035	—	(12.121)	(32)	—	—	—	(5.168)	255.985
Rumo Malha Central S.A.	2.810.725	112.421	(1.450.000)	(26.700)	—	—	—	—	—	1.446.446
Rumo Malha Norte S.A. ⁽ⁱ⁾	8.199.350	1.741.279	—	(779.653)	(37.053)	(29.872)	—	—	10.849	9.104.900
Brado Participações S.A.	364.573	37.917	—	(2.895)	—	—	1.024	—	—	400.619
Paranaguá S.A.	568	(3.510)	—	—	(1.314)	—	—	—	4.591	335
Logisport Armazéns Gerais S.A.	72.902	2.654	—	(2.607)	—	—	—	—	—	72.949
Rumo Luxembourg Sarl	51.373	(9.985)	—	—	—	—	—	—	—	41.388
Rumo Malha Paulista S.A.	7.622.634	340.046	—	(367.522)	(37.945)	(17.160)	—	—	—	7.540.053
Terminal São Simão S.A.	22.255	(1.090)	—	—	—	—	—	—	—	21.165
Rumo Malha Sul S.A.	—	(594.950)	1.600.000	—	(60)	—	—	—	(864.332)	140.658
ALL Armazéns Gerais Ltda.	87.357	10.056	—	—	—	—	257	—	—	97.670
Terminal Multimodal de Grãos e Fertilizantes S.A.	30.058	2.205	25.805	(524)	—	—	—	—	—	57.544
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	4.296	405	—	—	8	—	—	—	—	4.709
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	16.417	6.010	—	(6.700)	—	—	—	—	—	15.727
Terminal XXXIX S.A. ⁽ⁱ⁾	—	85.201	—	(35.960)	—	—	—	60.792	—	110.033
Terminal Alvorada S.A.	41.120	(7.273)	15.000	—	—	—	—	—	—	48.847
Rumo Terminais S.A.	5	—	—	—	—	—	—	—	—	5
Total do investimento	19.768.695	1.776.836	164.805	(1.234.682)	(76.396)	(47.032)	1.281	60.792	(854.060)	19.560.239
ALL Argentina S.A.	(42.478)	(2.265)	—	—	286	—	—	—	577	(43.880)
Rumo Malha Oeste S.A.	(2.600.761)	(419.348)	130.000	—	—	—	—	—	—	(2.890.109)
Rumo Malha Sul S.A.	(864.332)	—	—	—	—	—	—	—	864.332	—
Total do passivo a descoberto	(3.507.571)	(421.613)	130.000	—	286	—	—	—	864.909	(2.933.989)
Total	16.261.124	1.355.223	294.805	(1.234.682)	(76.110)	(47.032)	1.281	60.792	10.849	16.626.250

(i) Saldo reclassificado para investimento devido a rescisão do acordo de venda conforme nota 4.5.

(ii) Em 14 de agosto de 2025 a Companhia concluiu o processo de reorganização, tornando-se controladora integral da Rumo Malha Norte, resultando em um aumento do investimento de R\$ 10.849, conforme nota 4.3.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Saldo em 01 de janeiro de 2024	Resultado de equivalência	Aumento (redução) de capital / AFAC	Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	Resultado abrangente	Amortização do direito de concessão	Plano de opção de ações	Transferência para ativo não circulante disponível para venda	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2024
CLI Sul S.A.	217.738	17.953	—	(12.900)	—	—	—	—	—	222.791
Rumo Intermodal S.A.	186.113	48.852	—	(9.046)	—	—	—	—	(3.648)	222.271
Rumo Malha Central S.A.	2.622.596	246.724	—	(58.595)	—	—	—	—	—	2.810.725
Rumo Malha Norte S.A.	7.263.738	2.021.013	—	(1.056.592)	16	(28.825)	—	—	—	8.199.350
Brado Participações S.A.	355.237	7.221	—	—	—	—	2.115	—	—	364.573
Paranaguá S.A.	2.334	(2.997)	—	—	(62)	—	—	—	1.293	568
Logisport Armazéns Gerais S.A.	73.397	3.473	—	(3.968)	—	—	—	—	—	72.902
Rumo Luxembourg Sarl	43.231	8.142	—	—	—	—	—	—	—	51.373
Rumo Malha Paulista S.A.	7.316.185	422.700	—	(96.532)	16	(19.735)	—	—	—	7.622.634
Terminal São Simão S.A.	23.363	(1.108)	—	—	—	—	—	—	—	22.255
Rumo Malha Sul S.A.	2.330.121	(2.330.121)	—	—	—	—	—	—	—	—
ALL Armazéns Gerais Ltda.	5	8.082	—	—	—	—	529	—	—	8.616
Terminal Multimodal de Grãos e Fertilizantes S.A.	78.746	73	30.000	(20)	—	—	—	—	—	108.799
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	6.017	(1.721)	—	—	—	—	—	—	—	4.296
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	15.956	7.461	—	(7.000)	—	—	—	—	—	16.417
Terminal XXXIX S.A.	66.419	14.251	—	(19.878)	—	—	—	(60.792)	—	—
Terminal Alvorada S.A.	48.565	(7.445)	—	—	—	—	—	—	—	41.120
Rumo Terminais S.A.	—	—	5	—	—	—	—	—	—	5
Total do investimento	20.649.761	462.553	30.005	(1.264.531)	(30)	(48.560)	2.644	(60.792)	(2.355)	19.768.695
ALL Argentina S.A.	(43.637)	(1.166)	—	—	(30)	—	—	—	2.355	(42.478)
Rumo Malha Oeste S.A.	(2.329.895)	(350.999)	80.000	—	133	—	—	—	—	(2.600.761)
Rumo Malha Sul S.A.	—	(865.558)	—	—	1.226	—	—	—	—	(864.332)
Total do passivo a descoberto	(2.373.532)	(1.217.723)	80.000	—	1.329	—	—	—	2.355	(3.507.571)
Total	18.276.229	(755.170)	110.005	(1.264.531)	1.299	(48.560)	2.644	(60.792)	—	16.261.124

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

Informações financeiras de investidas:

	31/12/2025				31/12/2024			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e (passivo a descoberto)	Lucros (prejuízos) do exercício	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e (passivo a descoberto)	Lucros (prejuízos) do exercício
CLI Sul S.A.	2.348.302	1.700.137	648.165	34.087	2.183.550	1.390.465	793.085	66.042
Rumo Intermodal S.A.	279.304	23.319	255.985	51.037	242.367	20.096	222.271	48.852
Rumo Malha Central S.A.	7.136.642	5.690.196	1.446.446	112.423	7.166.876	4.356.151	2.810.725	246.724
Rumo Malha Norte S.A.	8.550.111	3.683.367	4.866.744	1.777.601	8.671.298	4.763.329	3.907.969	2.019.510
Brado Participações S.A.	1.207.311	593.565	613.746	59.486	1.081.998	524.708	557.290	19.753
Paranaguá S.A.	498	163	335	(3.513)	984	413	571	(3.000)
Logisport Armazéns Gerais S.A.	41.882	13.664	28.218	5.763	47.984	20.417	27.567	7.369
ALL Argentina S.A.	9.438	57.678	(48.240)	(2.489)	9.860	56.560	(46.700)	(1.282)
Rumo Luxembourg Sarl	5.637.777	5.596.389	41.388	(9.984)	6.342.090	6.290.719	51.371	8.142
Rumo Malha Paulista S.A.	22.009.625	14.427.464	7.582.161	328.115	19.090.481	11.433.544	7.656.937	406.449
Rumo Malha Oeste S.A.	86.781	2.975.486	(2.888.705)	(415.618)	75.916	2.676.677	(2.600.761)	(350.999)
Rumo Malha Sul S.A.	1.387.078	1.246.420	140.658	(594.950)	2.094.546	2.958.878	(864.332)	(3.153.561)
ALL Armazéns Gerais Ltda.	97.870	200	97.670	10.056	87.450	93	87.357	8.082
Terminal São Simão S.A.	92.529	51.029	41.500	(2.139)	101.745	58.105	43.640	(2.172)
Terminal Alvorada S.A.	172.281	74.587	97.694	(8.546)	168.239	85.998	82.241	(15.157)
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	255.599	232.054	23.545	1.413	280.950	259.472	21.478	(13.329)
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	221.055	56.784	164.271	62.033	233.962	69.789	164.173	68.477
Terminal XXXIX	523.560	266.495	257.065	105.416	—	—	—	—
Terminal Multimodal de Grãos e Fertilizantes S.A.	121.868	6.777	115.091	4.411	61.002	1.032	59.970	146
Rumo Terminais S.A.	5	—	5	—	5	—	5	—

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

ii. Consolidado

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação
Rhall Terminais Ltda.	28.580	8.574	30 %
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	500.000	100.000	20 %
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	500.000	50.000	10 %
CLI Sul S.A.	543.750.625	108.750.125	20 %
Terminal XXXIX S.A.	14.200.000	7.100.000	50 %
Terminal Alvorada S.A.	134.936.162	67.468.081	50 %
Terminal Multimodal de Grãos e Fertilizantes S.A.	111.615.803	55.807.902	50 %

	Saldo em 01 de janeiro de 2025	Resultado de equivalência	Dividendos	Aumento (redução) de capital / AFAC	Resultado abrangente	Transferência do ativo não circulante disponível para venda	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Rhall Terminais Ltda.	7.297	3.289	(3.000)	—	—	—	7.586
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	4.296	405	—	—	8	—	4.709
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	16.423	6.010	(6.700)	—	—	—	15.733
CLI Sul S.A.	222.791	4.415	—	(26.000)	—	—	201.206
Terminal Alvorada S.A.	41.120	(7.273)	—	15.000	—	—	48.847
Terminal XXXIX S.A.	—	85.201	(35.960)	—	—	60.792	110.033
Terminal Multimodal de Grãos e Fertilizantes S.A.	30.058	2.205	(524)	25.805	—	—	57.544
Total investimento em coligadas e controladas em conjunto	321.985	94.252	(46.184)	14.805	8	60.792	445.658

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Saldo em 01 de janeiro de 2024	Resultado de equivalência	Dividendos	Aumento de capital / AFAC	Transferência para ativo não circulante disponível para venda	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Rhall Terminais Ltda.	6.174	2.331	(1.208)	—	—	7.297
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	6.017	(1.721)	—	—	—	4.296
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	15.962	7.461	(7.000)	—	—	16.423
Terminal XXXIX S.A.	66.411	14.251	(19.870)	—	(60.792)	—
CLI Sul S.A.	217.738	17.953	(12.900)	—	—	222.791
Terminal Alvorada S.A.	48.565	(7.445)	—	—	—	41.120
Terminal Multimodal de Grãos e Fertilizantes S.A.	5	73	(20)	30.000	—	30.058
Total investimento em coligadas e controladas em conjunto	360.872	32.903	(40.998)	30.000	(60.792)	321.985

Informações financeiras de associadas e controlada em conjunto:

	31/12/2025				31/12/2024			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e (passivo a descoberto)	Lucros (prejuízos) do exercício	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e (passivo a descoberto)	Lucros (prejuízos) do exercício
Rhall Terminais Ltda.	38.850	9.584	29.266	11.108	26.500	10.150	16.350	7.987
CLI Sul S.A.	2.348.302	1.700.137	648.165	34.087	2.183.550	1.390.465	793.085	66.042
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	255.599	232.054	23.545	1.413	280.950	259.472	21.478	(13.329)
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	221.055	56.784	164.271	62.033	233.962	69.789	164.173	68.477
Terminal XXXIX S.A.	523.560	266.495	257.065	105.416	—	—	—	—
Terminal Alvorada S.A.	172.281	74.587	97.694	(8.546)	168.239	85.998	82.241	(15.157)
Terminal Multimodal de Grãos e Fertilizantes S.A.	121.868	6.777	115.091	4.411	61.002	1.032	59.970	146

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Participação de acionistas não controladores

Política contábil:

As transações com participações de não controladores que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio - ou seja, como transações com os proprietários na capacidade de proprietários.

A seguir, são apresentadas informações financeiras resumidas para cada subsidiária que possui participações não controladoras que são relevantes para o grupo. Os valores divulgados para cada subsidiária são antes das eliminações entre as empresas.

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação
Brado Participações S.A.	12.962.963	2.897.407	22%
Logisport Armazéns Gerais S.A.	2.040.816	1.000.000	49%
Terminal São Simão S.A.	78.000.000	38.220.000	49%

A tabela a seguir resume as informações relativas a cada uma das subsidiárias da Companhia que possui participações não controladoras relevantes, antes de quaisquer eliminações intragrupo.

	Saldo em 01 de janeiro de 2025	Resultado de não controladores	Dividendos	Plano de opções de ações	Resultado abrangente	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Rumo Malha Norte S.A.	9.814	2.982	(1.862)	—	(85)	(10.849)	—
Brado Participações S.A.	138.071	13.586	(1.048)	170	—	—	150.779
Logisport Armazéns Gerais S.A.	34.641	2.550	(2.506)	—	—	—	34.685
Terminal São Simão S.A.	21.385	(1.050)	—	—	—	—	20.335
Total investimento	203.911	18.068	(5.416)	170	(85)	(10.849)	205.799

	Saldo em 01 de janeiro de 2024	Resultado de não controladores	Dividendos	Plano de opções de ações	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Rumo Malha Norte S.A.	7.863	4.718	(2.905)	—	138	9.814
Brado Participações S.A.	134.274	3.014	—	783	—	138.071
Logisport Armazéns Gerais S.A.	35.117	3.337	(3.813)	—	—	34.641
Terminal São Simão S.A.	22.449	(1.064)	—	—	—	21.385
Total investimento	199.703	10.005	(6.718)	783	138	203.911

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

Balanco patrimonial resumido:

	Rumo Malha Norte S.A.		Brado Participações S.A.		Terminal São Simão S.A.		Logisport Armazéns Gerais S.A.	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos								
Circulante	1.935.617	2.381.398	417.891	366.482	7.330	13.318	10.322	14.169
Não circulante	6.614.494	6.289.900	789.419	715.516	85.199	88.427	31.561	33.815
Total ativo	8.550.111	8.671.298	1.207.310	1.081.998	92.529	101.745	41.883	47.984
Passivos								
Circulante	1.483.175	2.335.134	193.612	254.886	12.297	13.115	5.215	11.131
Não circulante	2.200.192	2.428.195	399.953	269.822	38.732	44.990	8.449	9.286
Total passivo	3.683.367	4.763.329	593.565	524.708	51.029	58.105	13.664	20.417
Patrimônio líquido	4.866.744	3.907.969	613.745	557.290	41.500	43.640	28.219	27.567

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

Demonstração do resultado resumida e outros resultados abrangentes:

	Rumo Malha Norte S.A.		Brado Participações S.A.		Terminal São Simão S.A.		Logisport Armazéns Gerais S.A.	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida	7.608.839	7.767.972	790.126	680.143	18.772	15.501	19.311	23.379
Resultado antes dos impostos	2.124.868	2.394.508	91.011	30.711	(3.206)	(3.301)	8.600	10.992
Imposto de renda e contribuição social	(347.267)	(374.998)	(31.525)	(10.958)	1.067	1.129	(2.837)	(3.623)
Resultado do exercício	1.777.601	2.019.510	59.486	19.753	(2.139)	(2.172)	5.763	7.369
Outros resultados abrangentes	(34.583)	2.521	—	—	1	—	—	—
Resultados abrangente total	1.743.018	2.022.031	59.486	19.753	(2.138)	(2.172)	5.763	7.369
Dividendos pagos	(1.183.951)	(915.240)	(4.691)	—	—	—	(7.001)	(6.031)

Demonstração dos fluxos de caixa resumida:

	Rumo Malha Norte S.A.		Brado Participações S.A.		Terminal São Simão S.A.		Logisport Armazéns Gerais S.A.	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	2.782.116	3.454.519	127.557	174.289	5.366	(1.686)	4.529	7.231
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento	(707.262)	(930.053)	(88.986)	(62.550)	10.450	13.628	6.523	(1.170)
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	(1.898.990)	(2.030.576)	(33.635)	(54.691)	(12.260)	(11.914)	(7.001)	(6.060)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	175.864	493.890	4.936	57.048	3.556	28	4.051	1
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	597.773	103.883	125.361	68.313	37	7	7	5
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	773.637	597.773	130.297	125.361	3.593	35	4.058	6

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.12 Ativos imobilizados, intangíveis e direitos de uso

Política contábil:

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida, diretos de uso e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de *impairment* para ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos e projeções que levam em consideração as premissas relacionadas a cada unidade geradora de caixa, tais como: estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto.

Para fins de análise de *impairment* foram definidas como unidades geradoras de caixa os contratos de concessão, cada qual registrado em uma empresa individual. A base para avaliação e testes anuais é 30 de setembro.

Análise de perda ao valor recuperável

O teste anual de *impairment* do ágio foi realizado e o valor recuperável superou o valor contábil, de forma que não há *impairment* a ser reconhecido.

Conforme nota 4.2, no segundo trimestre de 2024, foram identificados indicadores para testes de recuperabilidade de ativos não financeiros na Rumo Malha Sul, levando ao teste e provisão para ajuste ao valor recuperável dos ativos permanentes daquela unidade geradora de caixa. Tais indicadores continuam presentes para o exercício.

Não foram identificados indicadores que impactassem as demais unidades geradoras de caixa da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves que são influenciadas pelas condições de mercado, tecnológicas, econômicas vigentes no momento que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se ocorrerão perdas por redução da recuperação no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

Política contábil:

Reconhecimento e mensuração

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluam para a Companhia. Reparos e manutenção contínuos são registrados no resultado do exercício quando incorridos.

Ativos são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor contábil do imobilizado menos os valores residuais estimados utilizando-se a base linear durante sua vida útil estimada, reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Os terrenos não são depreciados. A vida útil estimada dos ativos é como seguir:

Edifícios e benfeitorias	4% - 5%
Máquinas, equipamentos e instalações	8% - 11%
Vagões	2,9% - 6%
Locomotivas	3,3% - 8%
Vias permanentes	3% - 4%
Móveis e utensílios	10% - 15%
Equipamentos de informática	20%
Outros	2% - 20%

Os métodos de depreciação, bem como vidas úteis e valores residuais, são revistos no final de cada exercício, ou quando há mudança significativa em um padrão de consumo esperado, como incidente relevante e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, se apropriado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.12.1 Imobilizado

Reconciliação do valor contábil

	Consolidado						
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas ⁽ⁱ⁾	Via Permanente	Obras em andamento ⁽ⁱⁱ⁾	Outros ativos	Total
Valor de custo:							
Saldo em 01 de janeiro de 2024	1.648.601	1.419.645	10.932.187	14.689.384	3.684.276	793.864	33.167.957
Adições	—	—	—	—	6.092.501	—	6.092.501
Baixas	(2.102)	(53.564)	(519.465)	(209.845)	(6.236)	(2.105)	(793.317)
Transferências	(27.771)	663.021	997.886	1.171.698	(2.811.437)	2.803	(3.800)
Saldo em 01 de janeiro de 2025	1.618.728	2.029.102	11.410.608	15.651.237	6.959.104	794.562	38.463.341
Adições	—	—	—	—	6.218.909	—	6.218.909
Baixas	(15.900)	(90.970)	(217.586)	(5.729)	(75.625)	(38.949)	(444.759)
Transferências	(12.595)	579.637	1.813.920	1.771.884	(3.214.310)	(285.715)	652.821
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.590.233	2.517.769	13.006.942	17.417.392	9.888.078	469.898	44.890.312
Depreciação:							
Saldo em 01 de janeiro de 2024	(548.646)	(520.192)	(6.100.617)	(6.347.531)	(13.379)	(461.206)	(13.991.571)
Adições	(33.672)	(145.685)	(627.303)	(938.312)	—	(9.109)	(1.754.081)
Baixas	364	52.919	457.597	5.104	—	2.063	518.047
Transferências	5.399	(4.749)	(23.170)	—	—	135	(22.385)
Perda por redução ao valor recuperável	—	(213.621)	(891.604)	(1.267.444)	(401.513)	(3.702)	(2.777.884)
Saldo em 01 de janeiro de 2025	(576.555)	(831.328)	(7.185.097)	(8.548.183)	(414.892)	(471.819)	(18.027.874)
Adições	(34.249)	(211.906)	(685.250)	(754.132)	—	(10.034)	(1.695.571)
Baixas	21.093	88.519	233.213	(49.980)	—	35.416	328.261
Transferências	3.884	5.181	(438.372)	55.882	—	434	(372.991)
Perda por redução ao valor recuperável (nota 4.2)	(64.945)	(109.882)	(197.843)	(513.152)	(287.603)	(139)	(1.173.564)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(650.772)	(1.059.416)	(8.273.349)	(9.809.565)	(702.495)	(446.142)	(20.941.739)
Saldo em 01 de janeiro de 2025	1.042.173	1.197.774	4.225.511	7.103.054	6.544.212	322.743	20.435.467
Saldo em 31 de dezembro de 2025	939.461	1.458.353	4.733.593	7.607.827	9.185.583	23.756	23.948.573

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (i) Em 31 de dezembro de 2025, ativos, principalmente vagões e locomotivas, ao custo de R\$ 1.390.404 (R\$ 1.390.404 em 31 de dezembro de 2024), foram dados em fiança para garantir empréstimos bancários (Nota 5.5).
- (ii) O principal projeto responsável pelo montante alocado em Obras em Andamento é o programa da Ferrovia do Mato Grosso (FMT), cuja fase 1 será concluída no exercício de 2026.

	Controladora					
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas	Obras em andamento (i)	Outros ativos	Total
Valor de custo:						
Saldo em 01 de janeiro de 2024	68.615	62.719	58.171	415.933	4.125	609.563
Adições	—	—	—	1.810.304	—	1.810.304
Baixas	—	(1.043)	—	—	—	(1.043)
Transferências	(8.506)	(41.105)	—	1.118	51.196	2.703
Saldo em 01 de janeiro de 2025	60.109	20.571	58.171	2.227.355	55.321	2.421.527
Adições	5.216	—	—	2.315.623	—	2.320.839
Baixas	—	—	—	—	(3.661)	(3.661)
Transferências	—	1.567	—	(2.521)	508	(446)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	65.325	22.138	58.171	4.540.457	52.168	4.738.259
Depreciação:						
Saldo em 01 de janeiro de 2024	(27.147)	(55.882)	(16.184)	—	(3.961)	(103.174)
Adições	(738)	(1.092)	(2.343)	—	(1.029)	(5.202)
Baixas	—	893	—	—	—	893
Transferências	1.235	(396)	—	—	(839)	—
Saldo em 01 de janeiro de 2025	(26.650)	(56.477)	(18.527)	—	(5.829)	(107.483)
Adições	(655)	(357)	(2.343)	—	(1.342)	(4.697)
Baixas	—	—	—	—	3.661	3.661
Transferências	—	37.838	—	—	(37.838)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(27.305)	(18.996)	(20.870)	—	(41.348)	(108.519)
Saldo em 01 de janeiro de 2025	33.459	(35.906)	39.644	2.227.355	49.492	2.314.044
Saldo em 31 de dezembro de 2025	38.020	3.142	37.301	4.540.457	10.820	4.629.740

- (i) Saldo composto substancialmente pelo programa da Ferrovia do Mato Grosso (FMT), cuja fase 1 será concluída no exercício de 2026.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

Capitalização de custos de empréstimos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os custos de empréstimos capitalizados foram de R\$ 367.598 (R\$ 95.138 em 31 de dezembro de 2024), utilizando uma taxa de captação média de 14,73% (11,80% em 31 de dezembro de 2024).

5.12.2 Ativos intangíveis e ágio

Política contábil:

Intangíveis são inicialmente registrados pelo valor de custo (seja por compra, no desenvolvimento ou no âmbito de uma combinação de negócios), deduzido das amortizações e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Exceto pelo ágio, os ativos intangíveis são amortizados numa base linear ao longo da sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso ou adquiridos.

Ativo intangível (exceto ágio)	Taxa anual de amortização %
---------------------------------------	------------------------------------

Licença de software	20%
Licença de operação	3,70%
Direito de concessão	1,59%

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de relatório e ajustados, se apropriado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Consolidado				Controladora	
	Ágio ⁽ⁱ⁾	Direito de Concessão ⁽ⁱⁱ⁾	Licença de operação	Licença de software e outros	Total	Total
Valor de custo:						
Saldo em 01 de janeiro de 2024	37.529	7.972.215	66.033	225.261	8.301.038	653.553
Transferências	—	—	(3.235)	29.420	26.185	(3.235)
Saldo em 01 de janeiro de 2025	37.529	7.972.215	62.798	254.681	8.327.223	650.318
Adições	—	—	—	181	181	—
Baixas	—	—	—	(87)	(87)	—
Transferências	—	—	—	34.544	34.544	444
Saldo em 31 de dezembro de 2025	37.529	7.972.215	62.798	289.319	8.361.861	650.762
Amortização:						
Saldo em 01 de janeiro de 2024	—	(1.459.612)	(18.423)	(158.860)	(1.636.895)	(417.856)
Adições	—	(120.025)	—	(19.978)	(140.003)	(38.253)
Perda por redução ao valor recuperável	—	—	—	(4.435)	(4.435)	—
Saldo em 01 de janeiro de 2025	—	(1.579.637)	(18.423)	(183.273)	(1.781.333)	(456.109)
Adições	—	(120.025)	—	(24.818)	(144.843)	(38.278)
Baixas	—	—	—	37	37	—
Perda por redução ao valor recuperável (nota 4.2)	—	—	—	(14.041)	(14.041)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2025	—	(1.699.662)	(18.423)	(222.095)	(1.940.180)	(494.387)
Saldo em 01 de janeiro de 2025	37.529	6.392.578	44.375	71.408	6.545.890	194.209
Saldo em 31 de dezembro de 2025	37.529	6.272.553	44.375	67.224	6.421.681	156.375

- (i) Ágio proveniente de combinação de negócios da controlada Logispot, apresentados somente no consolidado.
- (ii) Refere-se ao contrato de concessão da Rumo Malha Norte. O ativo foi identificado e valorizado ao valor justo na combinação de negócios entre Rumo e ALL. O valor será amortizado até o final da concessão em 2079, sendo registrado na demonstração de resultado, em custos dos serviços prestados, no grupo depreciação e amortização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.12.3 Direito de Uso

Política contábil:

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado por quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Consolidado						
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas	Software	Veículos	Infraestrutura ferroviária e portuária	Total
Valor de custo:							
Saldo em 01 de janeiro de 2024	137.135	482.966	943.428	85.949	29.967	8.096.284	9.775.729
Adições	4.946	41.969	4.420	—	—	801.375	852.710
Reajuste contratual	3.918	298	9.412	1.771	20	82.927	98.346
Saldo em 01 de janeiro de 2025	145.999	525.233	957.260	87.720	29.987	8.980.586	10.726.785
Adições	44.660	19.092	—	—	25.918	150.410	240.080
Reajuste contratual	9.737	60.571	10.494	259	(7.172)	178.776	252.665
Baixas	—	(2.462)	—	—	—	—	(2.462)
Transferências ⁽ⁱ⁾	—	—	(686.837)	—	—	—	(686.837)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	200.396	602.434	280.917	87.979	48.733	9.309.772	10.530.231
Amortização:							
Saldo em 01 de janeiro de 2024	(80.291)	(130.008)	(468.555)	(25.354)	(24.292)	(1.343.475)	(2.071.975)
Adições	(30.981)	(48.590)	(33.829)	(4.499)	(1.440)	(308.047)	(427.386)
Transferências	—	—	(2.761)	—	—	—	(2.761)
Redução ao valor recuperável	—	—	—	—	—	(184.884)	(184.884)
Saldo em 01 de janeiro de 2025	(111.272)	(178.598)	(505.145)	(29.853)	(25.732)	(1.836.406)	(2.687.006)
Adições	(22.739)	(64.576)	(16.318)	(4.788)	(18.005)	(256.778)	(383.204)
Transferência ⁽ⁱ⁾	—	—	372.463	—	—	—	372.463
Perda por redução ao valor recuperável (nota 4.2)	(627)	(134)	(253)	—	—	(39.253)	(40.267)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(134.638)	(243.308)	(149.253)	(34.641)	(43.737)	(2.132.437)	(2.738.014)
Saldo em 01 de janeiro de 2025	34.727	346.635	452.115	57.867	4.255	7.144.180	8.039.779
Saldo em 31 de dezembro de 2025	65.758	359.126	131.664	53.338	4.996	7.177.335	7.792.217

(i) Transferência para imobilizado pela execução da opção de compra prevista no contrato de arrendamento.

5.13 Outros tributos a pagar

Política contábil:

A Companhia está sujeita a diferentes impostos e contribuições, tais como tributos municipais, estaduais e federais, impostos sobre depósitos e saques de contas bancárias, impostos sobre rotatividade, taxas regulatórias e imposto de renda, entre outros, que representam despesas para a Companhia. Também está sujeita a outros impostos sobre suas atividades que geralmente não representam uma despesa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ICMS	5.708	469	10.759	3.356
INSS	8.385	6.353	28.251	23.642
PIS	2.561	2.551	4.248	4.905
COFINS	11.752	11.752	23.641	22.473
Parcelamento de débitos tributários	3.959	902	3.959	902
ISS	—	—	18.074	17.211
Outros	5.973	5.621	9.231	11.656
	38.338	27.648	98.163	84.145
Circulante	38.338	27.648	98.163	84.132
Não circulante	—	—	—	13
	38.338	27.648	98.163	84.145

Os valores devidos no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
A partir de 97 meses	—	13
	—	13

5.14 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil:

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo o efeito reconhecido no resultado, exceto se for decorrente de uma combinação de negócios, ou de itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Imposto corrente

É o imposto sobre o lucro tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

ii. Imposto diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- a) diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal;
- b) diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- c) diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

iii. Exposição fiscal

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

iv. Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.003.776	(863.209)	1.554.482	(148.757)
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(341.284)	293.491	(528.524)	50.577
Ajustes para cálculo da taxa efetiva				
Equivalência patrimonial	460.776	(256.758)	32.046	11.187
Resultado de empresas no exterior	—	—	(5.477)	1.258
Lucro da exploração ⁽ⁱ⁾	—	—	346.386	407.231
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas ⁽ⁱⁱ⁾	(259.565)	(120.566)	(599.979)	(1.311.232)
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	(1.440)	—	(4.099)	—
Efeito de amortização do ágio	(16.869)	(16.869)	1.271	1.271
Selic sobre indêbito	5.078	4.736	17.856	15.508
Outros	(3.415)	(72)	51.163	23.715
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(156.719)	(96.038)	(689.357)	(800.485)
Taxa efetiva - %	15,61%	11,13%	44,35%	538,12%

- (i) A Companhia obteve através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM o direito à redução de 75% do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas - IRPJ e adicionais não restituíveis apurado sobre o lucro da exploração, por estar localizada na área de abrangência da Amazônia Legal e por ser o setor de transporte considerado empreendimento prioritário para o desenvolvimento regional. Os incentivos fiscais são registrados, pelo valor justo, quando há razoável segurança de que: (a) a Companhia irá atender aos requisitos relacionados ao incentivo; (b) o incentivo será recebido. Os efeitos são registrados ao resultado para se contrapor aos custos ou despesas que o incentivo pretende compensar.
- (ii) Refere-se principalmente a prejuízos fiscais e diferenças temporárias da Companhia, da Rumo Malha Sul e da Rumo Malha Oeste, que nas condições atuais não reúnem os requisitos para a contabilização do referido ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos pela falta de previsibilidade de geração futura de lucros tributários.

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Créditos ativos de:				
Prejuízos fiscais	131.948	83.518	1.359.614	1.292.215
Base negativa de contribuição social	47.501	30.067	490.055	466.028
Diferenças temporárias:				
Provisão para demandas judiciais	27.403	50.510	139.953	148.420
Provisão para perda ao valor recuperável	12.444	18.666	14.628	20.850
Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa	158	175	6.778	7.047
Provisão para não realização de impostos	—	—	33.058	33.213
Provisão para participação nos resultados	731	731	34.539	57.646
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	1.432	2.856	140.472	321.351
Ajuste valor justo sobre a dívida	—	—	1.798	—
Combinação de negócios - imobilizado	1.854	1.854	1.854	1.854
Transações com pagamentos baseado em ações	74.739	63.033	74.739	63.033
Passivos de arrendamento	1.372	1.139	106.279	126.259
Resultado não realizado com derivativos	—	—	423.793	271.389
Diferenças temporárias sobre outras provisões	21.641	21.009	84.894	70.374
Outros	5.732	9.326	49.446	97.477
Tributos diferidos - Ativos	326.955	282.884	2.961.900	2.977.156
Créditos passivos de:				
Diferenças temporárias:				
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	—	—	(24.778)	(347)
Combinação de negócios - imobilizado	—	—	(29.887)	(26.571)
Ágio fiscal amortizado	—	—	(2.068)	(2.068)
Passivos de arrendamento	—	—	(9.493)	(9.889)
Resultado não realizado com derivativos	(198.844)	(32.364)	(244.200)	(133.526)
Ajuste valor justo sobre a dívida	(485.702)	(452.337)	(559.450)	(801.022)
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	(10.847)	(9.351)	(662.672)	(400.649)
Combinação de negócios - Intangível	(53.846)	(53.846)	(2.188.779)	(2.229.639)
Outros	—	—	(154.630)	(141.191)
Tributos diferidos - Passivos	(749.239)	(547.898)	(3.875.957)	(3.744.902)
Total de tributos diferidos	(422.284)	(265.014)	(914.057)	(767.746)
Diferido ativo	—	—	1.681.258	1.709.521
Diferido passivo	(422.284)	(265.014)	(2.595.315)	(2.477.267)
Total	(422.284)	(265.014)	(914.057)	(767.746)

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui imposto de renda e contribuição social diferidos não registrados sobre prejuízo fiscal e base negativa para controladora e consolidado respectivamente nos montantes de R\$ 885.124 (R\$ 625.559 em 31 de dezembro de 2024) e R\$ 4.349.261 (R\$ 3.867.334 em 31 de dezembro de 2024). O montante está concentrado na controladora e nas subsidiárias Rumo Malha Sul e Rumo Malha Oeste, que nas condições atuais não reúnem os requisitos para a contabilização do referido ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos pela falta de previsibilidade de geração futura de lucros tributários.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

c) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia avaliou o prazo para compensação de seus créditos de tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias através da projeção de seu lucro tributável para o prazo das concessões. A projeção foi baseada em premissas econômicas de inflação e juros, volume transportado baseado no crescimento da produção agrícola e da exportação projetados nas suas áreas de atuação e condições de mercado de seus serviços, validadas pela administração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia continuou monitorando os impactos dos conflitos internacionais e julgou que os potenciais efeitos não devem afetar as projeções de médio e longo prazos a ponto de prejudicar a realização dos saldos.

	<u>Diferido ativo</u>
2026	199.884
2027	170.219
2028	223.012
2029	159.127
2030 a 2035	929.016
Total	<u>1.681.258</u>

d) Movimentações no imposto diferido

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2024	(523.516)
Resultado	(244.264)
Passivo atuarial	(1)
Outros	35
Saldo em 01 de janeiro de 2025	(767.746)
Resultado	(202.607)
Hedge accounting de fluxo de caixa	37.234
Prejuízo fiscal	19.509
Valor justo de passivos financeiros atribuível a alterações no risco de crédito	(3.588)
Outros	3.141
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>(914.057)</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

e) Incertezas sobre tratamento de tributo sobre o lucro

A Companhia mantém discussões de natureza administrativa e judicial com as autoridades fiscais no Brasil, relacionadas a certas interpretações e posições fiscais adotadas na apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"). A determinação final dessas questões é incerta e pode ser influenciada por fatores externos à Companhia, tais como alterações na jurisprudência e modificações na legislação tributária.

Em conformidade com o IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro ("IFRIC 23/ICPC 22"), a Companhia avalia, para cada posição fiscal incerta, se é provável que a autoridade fiscal venha a aceitar o tratamento adotado ou planejado na apuração dos tributos.

Somente nos casos que a Companhia conclui não ser provável a aceitação do tratamento fiscal pela autoridade competente é que são reconhecidos os efeitos da incerteza, com base no melhor método de previsão da resolução da questão - seja pelo valor mais provável ou pelo valor esperado.

As posições fiscais adotadas pela Companhia são respaldadas por pareceres de consultores jurídicos especializados. A Companhia está sujeita à revisão das autoridades fiscais em relação ao imposto de renda por um período de até dez anos, dependendo da jurisdição em que opera.

O montante total dos valores autuados e em discussão com as autoridades fiscais relativos a posições fiscais incertas para as quais é provável a aceitação pelo fisco está demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Operações envolvendo ágio	655.094	637.151
Operações financeiras no exterior	14.704	13.910
Pagamento de débitos com prejuízo fiscal	184.820	176.580
	854.618	827.641

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

f) Movimentação analítica do imposto diferido

i. Impostos diferidos ativos

	Prejuízo fiscal e base negativa	Provisões	Variação cambial	Combinação de negócios - imobilizado	Transações com pagamentos baseado em ações	Passivos de arrendamentos	Resultado não realizado com derivativos	Outros	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2024	1.780.592	214.923	85.100	24.795	51.659	142.901	408.097	209.744	2.917.811
(Cobrado) / creditado									
do resultado do exercício	(22.349)	52.253	—	(22.941)	11.374	(16.642)	(136.708)	(41.893)	(176.906)
Diferenças cambiais	—	—	236.251	—	—	—	—	—	236.251
Saldo em 01 de janeiro de 2025	1.758.243	267.176	321.351	1.854	63.033	126.259	271.389	167.851	2.977.156
(Cobrado) / creditado									
do resultado do exercício	91.426	(38.220)	—	—	11.706	(19.980)	152.404	5.074	202.410
dos outros resultados abrangentes	—	—	—	—	—	—	—	(36.787)	(36.787)
diferenças cambiais	—	—	(180.879)	—	—	—	—	—	(180.879)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.849.669	228.956	140.472	1.854	74.739	106.279	423.793	136.138	2.961.900

ii. Impostos diferidos passivos

	Ágio fiscal amortizado	Variação cambial	Revisão de vida útil de ativo imobilizado	Ajuste a valor justo da dívida	Combinação de negócios - imobilizado	Combinação de negócios - Intangível	Passivos de arrendamentos	Resultado não realizado com derivativos	Outros	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2024	(2.068)	(124.542)	(308.011)	(281.784)	(21.817)	(2.270.500)	(10.034)	(299.965)	(122.606)	(3.441.327)
(Cobrado) / creditado										
do resultado do exercício	—	—	(92.638)	(519.238)	(4.754)	40.861	145	166.439	(18.585)	(427.770)
Diferenças cambiais	—	124.195	—	—	—	—	—	—	—	124.195
Saldo em 01 de janeiro de 2025	(2.068)	(347)	(400.649)	(801.022)	(26.571)	(2.229.639)	(9.889)	(133.526)	(141.191)	(3.744.902)
(Cobrado) / creditado										
do resultado do exercício	—	—	(262.023)	241.572	(3.316)	40.860	396	(110.674)	(13.439)	(106.624)
diferenças cambiais	—	(24.431)	—	—	—	—	—	—	—	(24.431)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(2.068)	(24.778)	(662.672)	(559.450)	(29.887)	(2.188.779)	(9.493)	(244.200)	(154.630)	(3.875.957)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.15 Provisão para demandas e depósitos judiciais

Política contábil:

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 a Companhia registra provisões para demandas judiciais em relação a:

Provisão para demandas judiciais				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Tributárias	7.452	7.304	111.183	107.306
Cíveis, regulatórias e ambientais	19.880	78.210	555.324	585.830
Trabalhistas	50.939	59.753	387.166	402.008
	78.271	145.267	1.053.673	1.095.144

Depósitos judiciais				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Tributárias	62.763	57.863	114.042	104.817
Cíveis, regulatórias e ambientais	3.885	3.615	117.672	97.680
Trabalhistas	5.777	5.448	99.476	99.229
	72.425	66.926	331.190	301.726

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

Movimentação das provisões para demandas judiciais:

	Controladora			
	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2024	8.768	50.338	45.923	105.029
Provisionados no exercício	1.104	10.471	14.660	26.235
Baixas por reversão ou pagamento	(1.550)	(9.914)	(16.326)	(27.790)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	2.256	27.315	15.496	45.067
Saldo em 31 de dezembro de 2024	10.578	78.210	59.753	148.541
Provisionados no exercício	92	4.931	10.272	15.295
Baixas por reversão ou pagamento	(558)	(82.073)	(34.197)	(116.828)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	704	18.812	15.111	34.627
Transferência	(3.364)	—	—	(3.364)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	7.452	19.880	50.939	78.271

	Consolidado			
	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2024	106.283	354.002	307.183	767.468
Provisionados no exercício	10.188	133.273	141.884	285.345
Baixas por reversão ou pagamento	(23.567)	(215.596)	(172.809)	(411.972)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	17.676	314.151	125.750	457.577
Saldo em 31 de dezembro de 2024	110.580	585.830	402.008	1.098.418
Provisionados no exercício	2.155	57.154	105.834	165.143
Baixas por reversão ou pagamento	(4.459)	(288.284)	(221.385)	(514.128)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	6.271	200.624	100.709	307.604
Transferência	(3.364)	—	—	(3.364)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	111.183	555.324	387.166	1.053.673

(i) Inclui baixa de juros por reversão.

A Companhia possui débitos garantidos por bens ou, ainda, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia.

a) Perdas prováveis

- **Tributárias:** Os principais processos tributários para os quais o risco de perda é provável são descritos abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ICMS ⁽ⁱ⁾	—	—	48.301	46.526
PIS e COFINS	—	—	11	10
INSS	829	777	12.697	10.934
IPTU	3.684	3.355	12.715	11.631
Outros	2.939	3.172	37.459	38.205
	7.452	7.304	111.183	107.306

- (i) O valor provisionado refere-se especialmente a autos de infração relativos a créditos de ICMS oriundos de materiais utilizados no processo produtivo, que, no entendimento fazendário, estariam classificados como “uso e consumo”, não gerando direito ao crédito.

- **Cíveis, ambientais e regulatórias:** As principais provisões cíveis ambientais e regulatórias estão relacionadas a Ações Cíveis Públicas, discussões comerciais com antigos clientes, indenizatórias relacionadas a alegados danos, execuções fiscais decorrentes de autuações de órgãos ambientais e agentes reguladores.

b) Perdas possíveis

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Tributárias	879.332	823.991	2.834.468	3.230.931
Cíveis, regulatórias e ambientais	378.089	721.865	4.439.277	4.311.369
Trabalhistas	75.492	65.026	662.955	593.378
	1.332.913	1.610.882	7.936.700	8.135.678

- **Tributários:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Multa isolada tributo federal ⁽ⁱ⁾	698.460	654.073	850.675	847.582
ICMS ⁽ⁱⁱ⁾	—	—	897.334	1.086.539
IRRF ⁽ⁱⁱⁱ⁾	77.409	71.489	79.089	73.101
PIS/COFINS ^(iv)	19.497	18.047	633.266	712.316
Plano de opção de compra de ações ^(v)	33.387	32.087	33.387	32.087
IOF sobre mútuo ^(vi)	21.233	20.114	52.905	195.098
IPTU ^(vii)	6.295	5.517	143.077	128.700
Outros	23.051	22.664	144.735	155.508
	879.332	823.991	2.834.468	3.230.931

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (i) As demandas relacionadas à multa isolada se referem, substancialmente, aos seguintes itens a) lavratura de autos de infração sobre alegada ausência de recolhimento de tributos federais (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS), e alegado creditamento indevido de crédito-prêmio de IPI, com aplicação de multa isolada; e b) a Companhia foi autuada em razão da desconsideração dos benefícios fiscais do REPORTO (suspensão de PIS e COFINS), sob a alegação de que as locomotivas e vagões adquiridos no ano de 2010 a 2012 foram utilizados fora dos limites da área portuária. Por consequência, foram exigidos PIS e COFINS, além da multa isolada correspondente a 50% do valor dos bens adquiridos.

- (ii) As demandas de ICMS estão relacionadas, substancialmente, aos seguintes itens a) Autos de Infrações lavrados pelas Secretarias de Fazendas do Estaduais por suposta falta de recolhimento do ICMS nas prestações de serviço de transporte ferroviário de mercadorias destinadas à exportação; creditamento indevido de ICMS por suposta escrituração no Livro Registro de Entradas de valores superiores aos apurados nos Livros Fiscais; creditamento indevido de ICMS por aquisições supostamente enquadradas como uso e consumo. Também foram incluídas multas de 50% do valor do imposto e 100% do valor do crédito considerado indevido. Todas as autuações foram contestadas, uma vez que existe posicionamento favorável aos contribuintes consolidado nos tribunais superiores, com base na Súmula 649 do STJ, bem como na Constituição Federal e na Lei Complementar 87/1996. Em 2025, um dos processos relacionados à matéria sofreu redução de multa e juros no contencioso administrativo; b) o Fisco do Estado do Mato Grosso promoveu a lavratura de diversos Termos de Apreensão e Depósito (TADs) visando a cobrança de ICMS e de multa de 50% sobre o valor das operações autuadas, sob o equivocado entendimento de que as operações de saída de mercadorias destinadas à exportação estariam com os DACTEs (Documento Auxiliar do Conhecimento do Transporte Eletrônico) cancelados, com a suposta caracterização de documentação inidônea, nos termos dos artigos 35-A e 35-B da Lei Estadual 7098/98. A Companhia contesta as autuações e procura demonstrar ao Fisco que as mercadorias transportadas se encontravam devidamente acobertadas por documentação fiscal idônea; c) cobrança de ICMS, dos anos de 2018 e 2019, na aquisição de vagões em decorrência da alegada não isenção prevista pelo Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – REPORTO pelo fisco paulista.

- (iii) A Rumo Malha Paulista teve parte de sua compensação de saldo credor de IRPJ glosada pela Receita Federal com base no argumento de que a Companhia não teria direito à compensação do IRRF sobre operações de swap.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (iv) As demandas administrativas de PIS e COFINS estão relacionadas, substancialmente, às glosas de créditos de PIS e COFINS pelo sistema da não cumulatividade relativas aos seguintes itens: a) créditos lançados extemporaneamente desacompanhados de prévia retificação de declarações fiscais; b) créditos sobre custos decorrentes de contratos de tráfego mútuo; c) créditos relativos a gastos com serviços classificados como insumos na atividade desenvolvida pela empresa que supostamente não foram comprovadas durante a Fiscalização; d) créditos sobre gastos com transporte de colaboradores; e) créditos relativos às despesas com energia elétrica; f) créditos sobre gastos com locações de máquinas e aluguéis que não foram comprovadas no curso da Fiscalização; g) créditos sobre gastos na aquisição de máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado da empresa; h) créditos sobre desembolsos com contrato de concessão para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário; i) créditos sobre gastos com contrato de arrendamento de bens vinculados à prestação de serviço público de transporte ferroviário; j) créditos sobre os dispêndios decorrentes do Contrato Geral de Investimento, Transporte e Outras Avenças para aumentar a capacidade das malhas ferroviárias; e k) multa isolada correspondente a 50% do valor dos créditos. Em 2025, dois processos encerraram favoravelmente e foram lavrados outros autos de infração relativos às matérias supramencionadas.
- (v) Autos de infração lavrados contra a Companhia para a cobrança de contribuição previdenciária (20% sobre o valor pago) de valores referentes ao Plano de Opção de Compra de Ações concedido para empregados, administradores e terceiros. O fundamento principal da autuação é a suposta natureza remuneratória.
- (vi) As demandas de IOF estão relacionadas, substancialmente, aos seguintes itens a) O Fisco federal pretende fazer prevalecer a incidência de IOF sobre as contas correntes mantidas pela controladora para as coligadas/controladas (parte mais substancial da autuação). No entendimento do fisco, à utilização de uma rubrica contábil como de adiantamentos de despesas a empresas ligadas, sem contrato formal de mútuo, caracteriza a existência de uma conta corrente, devendo-se apurar o IOF devido segundo as regras próprias das operações de crédito rotativo. Os autos de infração ainda estão sendo questionados no âmbito administrativo, e b) Auto de Infração lavrado pelo Fisco Federal em face da Rumo Malha Norte por suposta ausência de recolhimento de IOF no período de 2017 e 2018, relativo à cobrança em alegadas transações financeiras entre as companhias do grupo, essencialmente sobre remessa de valores decorrentes de tráfego mútuo entre Malha Norte e Malha Paulista, contratos com a Raízen e outros valores elencados em demais contas contábeis. No exercício de 2025 o processo de maior valor teve desfecho favorável à Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

(vii) As cobranças de Imposto Predial e Territorial Urbano ("IPTU") são relativas aos imóveis ferroviários arrendados ou cedidos à empresa em razão do contrato de concessão e à faixa de domínio ferroviária. Os municípios desconsideram, entre outros, os principais argumentos de que os imóveis são de propriedade da União e que, portanto, estão sujeitos à imunidade tributária. A matéria está em discussão no STF e um resultado desfavorável deverá gerar nova cobrança (inclusive de municípios que atualmente não cobram o mencionado tributo), em valores que ainda não é possível mensurar e, caso isso ocorra, será possível ajuizar demanda para restabelecer o equilíbrio econômico do contrato de concessão mencionado.

• **Cíveis, regulatórias e ambientais:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis ⁽ⁱ⁾	248.250	256.548	1.146.349	1.461.570
Regulatórias ^{(ii) (iv)}	57.773	403.405	1.989.230	1.496.714
Ambientais ^{(iii) (v) (vi) (vii) (viii) (ix) (x)}	72.066	61.912	1.303.698	1.353.085
	378.089	721.865	4.439.277	4.311.369

As principais contingências cíveis ambientais e regulatórias estão relacionadas a Ações Cíveis Públicas, discussões comerciais com antigos clientes, indenizatórias relacionadas a alegados danos, autuações pelos órgãos ambientais e reguladores. No que tange a grandes demandas, seguem abaixo principais casos:

- (i) A Rumo Malha Sul é parte em execução de termo de ajustamento de conduta firmado com o Ministério Público Federal, na qual este alega que a Rumo não estaria realizando transporte de cargas na região de Presidente Prudente e, em razão disto requereu a realização de execução de multa diária, bem como a majoração do valor da multa. Rumo, por sua vez, ajuizou ação declaratória para dar a correta interpretação ao TAC, uma vez que seu compromisso foi de tentar conseguir carga em volume suficiente para realização do transporte. Periodicamente a Companhia realiza seminários na região, mas até o momento não conseguiu angariar interessados na prestação dos serviços. As demandas encontram-se em primeira instância, aguardando decisão judicial. Houve pedido de suspensão da demanda para tentativa de acordo e, em paralelo, a Malha Sul, União e ANTT celebraram acordo com vistas a adequar os critérios utilizados para apuração de valor para devolução de trecho. A contingência total do caso é de R\$ 130.239, sendo que 50% dos valores encontram-se provisionados e o restante está classificado como possível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (ii) Em novembro de 2021 o CADE, no julgamento do processo administrativo instaurado a partir de representação de ex-cliente, dentre outros pontos, condenou a Companhia ao pagamento de multa no valor atualizado de R\$ 339.811 decisão que foi mantida no julgamento dos embargos de declaração. A fixação de tal valor contraria precedentes do próprio CADE, seja com relação à base de cálculo, seja em relação à alíquota utilizada, razão pela qual a Companhia ajuizou ação anulatória de tal decisão. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia mantinha provisão no valor de R\$ 31.262 tendo, no exercício de 2025, celebrado acordo judicial para encerramento da discussão pelo valor de R\$ 18.173.
- (iii) A Rumo Malha Sul foi autuada, em 2014, pelo IBAMA por supostos derramamento de óleo em desacordo com normativos. Houve apresentação de recurso administrativo, tendo sido proferida decisão no exercício de 2025 acolhendo o pedido da Rumo Malha Sul para anular a referida autuação em reconhecimento da prescrição administrativa. O valor envolvido era de R\$ 211.377 sendo o referido processo foi arquivado.
- (iv) A Malha Paulista é parte em ação indenizatória, ajuizada pela antiga Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), sucedida pela União, em razão da desativação do sistema de tração elétrica da ferrovia, o valor dos pedidos soma R\$ 96.922, para o qual não há provisão. Em fevereiro de 2023 houve prolação de sentença de improcedência. Em dezembro de 2024, foi proferido acórdão por meio do qual foi dado parcial provimento à apelação da União, sendo interposto recurso especial pela Rumo em face da condenação e dos parâmetros de cálculo.
- (v) A Rumo Malha Paulista foi autuada, em 2013, pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais) por supostos danos em recursos hídricos. Houve apresentação de defesa e recurso administrativos, que foram indeferidos apesar da arguição da prescrição intercorrente. Aguarda-se intimação para ajuizamento das medidas judiciais cabíveis. O valor envolvido é de R\$ 219.869.
- (vi) A Rumo Malha Paulista é ré, junto ao Município de Jales e outros, em ação civil pública, na qual o MPF alega falta de estrutura de passagens em nível ao longo dos municípios da subseção de Jales, bem como uso indiscriminado de buzina. Foi proferida sentença de parcial procedência da demanda tendo sido reconhecida a inconstitucionalidade da lei municipal que impunha restrição de horário para utilização de buzinas em razão da segurança do tráfego ferroviário, bem como afastado o pedido de indenização por dano moral pleiteado pelo Ministério Público. O valor envolvido na demanda é de R\$ 151.503.
- (vii) A Rumo Malha Sul foi autuada, em 2014, pelo IBAMA por supostos derramamento de óleo em desacordo com normativos. Houve apresentação de recurso administrativo e no exercício de 2025 foi reconhecida a prescrição administrativa e anulado o referido auto de infração. Aguarda-se o arquivamento para posterior baixa. O valor envolvido é de R\$ 131.301.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (viii) A Rumo Malha Sul é parte em ação civil pública movido pelo Estado do Paraná por suposto dano causado a bem de valor cultural (Ponte São João) em um acidente ocorrido na região de Morretes/PR. Houve a reversão de parte do valor provisionado face a decisão proferida pelo STJ que determinou que o índice monetário para ações indenizatórias deve ser a SELIC. Saldo atual provisionado é de R\$ 30.931.
- (ix) A Rumo Malha Oeste foi atuada em 2024 em razão de uma queimada acidental provocada por um terceiro durante a realização de serviços de manutenção de via em Corumbá/MS. A partir da manutenção da multa na esfera administrativa foi ajuizada ação anulatória. O valor envolvido de R\$ 64.975.
- (x) A Rumo Malha Norte é parte em ação civil pública em razão de um acidente ferroviário com vazamento de produtos ocorrido em 2013 no município de Inocência/MS. Apesar da demanda ter sido ajuizada em 2019, a Rumo somente foi citada em 2025. O valor envolvido é de R\$ 36.587.

• **Trabalhistas:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Reclamações trabalhistas	75.492	65.026	662.955	593.378
	75.492	65.026	662.955	593.378

Em 2010, a Prumo Engenharia Ltda. ("Prumo Engenharia"), empresa prestadora de serviço da então ALL – América Latina Logística S.A. ("ALL"), foi acusada de incorrer em práticas trabalhistas irregulares durante a execução de serviço de engenharia para a subsidiária da Companhia, atual Rumo Malha Paulista. Apesar de a Prumo Engenharia ter assumido a responsabilidade integral pela condição dos trabalhadores em questão, a Rumo Malha Paulista foi incluída indevidamente, na visão da Companhia, no cadastro de empregadores do Ministério do Trabalho, sendo concedida medida liminar determinando a exclusão do referido cadastro até o trânsito em julgado do processo judicial, que tramita em segredo de justiça. A Rumo celebrou acordo com a Advocacia Geral da União (AGU) pelo qual se comprometeu a pagar R\$ 3.000 ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); além de criar um programa de monitoramento continuado em direitos humanos e trabalhistas por dois anos, para cumprimento de obrigações trabalhistas, bem como promover dois programas sociais, além de patrocinar a capacitação de trabalhadores em estado de vulnerabilidade e, por fim, pagar indenizações individuais no valor de R\$ 510. O acordo foi firmado pela 83ª Vara do Trabalho de São Paulo e após a homologação o Ministério Público do Trabalho apresentou recurso buscando anular referido acordo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

O recurso do MPT não foi provido e a decisão que homologou o acordo celebrado transitou em julgado. A Rumo comprovou nos autos o cumprimento das obrigações estipuladas no acordo ao longo dos anos de 2023 e 2024. Apresentada manifestação pela União indicando o cumprimento integral do acordo celebrado. Proferida decisão declarando a extinção da ação, diante da notícia de cumprimento do acordo.

O Ministério Público do Trabalho ainda ajuizou uma ação civil pública (ACP) contra a Malha Paulista, sem a inclusão da Prumo na lide, requerendo o pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 100.000 (entre outros compromissos), julgada parcialmente procedente condenando a Companhia em obrigações de fazer e não fazer, bem como, ao pagamento de indenização por dano moral coletivo de R\$ 15.000. Além de demonstrar que a Companhia não teve participação na prática das irregularidades, a Companhia entende que a ação deveria ser ajuizada contra a Prumo, o que se discutiu em recurso. A Rumo celebrou acordo com o Ministério Público do Trabalho, no qual assumiu o compromisso com o cumprimento de diversas obrigações ligadas à condições de trabalho, bem como efetuou o pagamento de indenização no valor de R\$ 20.000, destinados a diversas entidades sociais.

O acordo foi homologado judicialmente pelo Tribunal Superior do Trabalho. Após a homologação, a Advocacia Geral da União interpôs recurso questionando, apenas e tão somente, a destinação da indenização arbitrada, uma vez que, na visão da Advocacia Geral da União, tal indenização deveria ser destinada ao FAT. O recurso foi julgado e não provido mantendo-se a destinação dos valores conforme acordo firmado. A Companhia comprovou o pagamento, bem como apresentou evidências do cumprimento das obrigações do acordo nos autos e aguarda declaração do pleno cumprimento do acordo pelo Tribunal.

Em 2025, o Ministério Público do Trabalho ajuizou Ação Rescisória contra a Rumo e a União Federal (AGU), postulando a desconstituição de duas cláusulas do acordo: (i) inscrição de empresas no Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à escravidão e (ii) divulgação do acordo no site governamental do Ministério do Trabalho e Previdência. A defesa apresentada aguarda julgamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.16 Passivos, provisões e compromissos com o Poder Concedente

A Companhia, através de suas controladas, é parte em contratos de subconcessão e arrendamento com o Poder Público. Os principais passivos e provisões gerados pelos contratos são:

a) Arrendamentos e concessões em litígio e parcelados

Política contábil:

A Companhia registra nesta conta o saldo das parcelas de arrendamento envolvidas em litígios com o poder concedente. O registro inicial ocorre pelo valor da parcela no vencimento, mediante transferência da conta de "Passivos de arrendamentos". Posteriormente os valores são corrigidos por Selic.

Nessa conta são mantidos ainda, saldos parcelados com o Poder Concedente. O registro inicial se dá pelo valor que restou devido a partir da resolução do litígio. Os valores são corrigidos por Selic até o pagamento.

Também são registrados nesta conta os saldos a pagar a título de outorga por direitos de concessão ("Concessões e outorgas"), registrados inicialmente em contrapartida ao intangível (Nota 5.12.3). A mensuração posterior ocorre pela taxa efetiva.

	31/12/2025	31/12/2024
Arrendamento e concessão em litígio:		
Rumo Malha Oeste S.A.	2.786.696	2.442.600
	2.786.696	2.442.600
Arrendamentos parcelados:		
Rumo Malha Paulista S.A.	805.884	940.215
	805.884	940.215
Concessões e outorgas:		
Rumo Malha Sul S.A.	61.339	68.487
Rumo Malha Paulista S.A.	298.340	238.146
Rumo Malha Central S.A.	35.986	31.742
	395.665	338.375
Total	3.988.245	3.721.190
Circulante	189.076	166.273
Não circulante	3.799.169	3.554.917
	3.988.245	3.721.190

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

Arrendamento e concessão em litígio:

Em 21 de julho de 2020 a Companhia protocolou junto a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), pedido de adesão a um processo de relicitação à terceiros do objeto do Contrato de Concessão celebrado entre a Malha Oeste e a União, por intermédio do Ministério dos Transportes ("Processo de Relicitação"), nos termos da Lei nº 13.448 de 5 de junho de 2017 e regulamentada pelo Decreto nº 9.957 de 07 de agosto de 2019. Foi celebrado aditivo ao contrato de concessão e, em razão deste processo, houve a suspensão, por decisão conjunta das partes, da ação de reequilíbrio econômico e financeiro ajuizada pela Malha Oeste contra a União, a qual teve sentença de procedência em primeira instância e aguardava julgamento de recurso perante o Tribunal Regional Federal.

Em razão do pedido de relicitação, no qual ficou ajustado entre União, a Concessionária e ANTT que as partes devem, dentre outros pontos, chegar a um acordo sobre a ação de reequilíbrio. Houve pedido conjunto de suspensão do processo, para dar andamento às tratativas negociais.

Os depósitos judiciais associados aos litígios de arrendamento e concessão totalizam:

	31/12/2025	31/12/2024
Rumo Malha Oeste S.A.	30.202	27.897
	30.202	27.897

b) Arrendamentos e outorgas enquadrados no IFRS16 (Nota 5.6)

	31/12/2025	31/12/2024
Arrendamentos:		
Rumo Malha Sul S.A.	175.328	309.269
Rumo Malha Paulista S.A.	295.476	363.588
Rumo Malha Oeste S.A.	17.412	82.331
	488.216	755.188
Outorgas:		
Rumo Malha Paulista S.A. (renovação)	1.834.965	1.673.889
Rumo Malha Central S.A.	1.314.214	1.111.043
	3.149.179	2.784.932
Total	3.637.395	3.540.120
Circulante	541.272	547.492
Não circulante	3.096.123	2.992.628
	3.637.395	3.540.120

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

c) Compromissos de investimento

Os contratos de subconcessão em que a Companhia, através de suas subsidiárias, é parte, frequentemente incluem compromissos de executar investimentos com certas características durante o prazo do contrato. Podemos destacar:

O 2º termo aditivo de renovação da concessão da Malha Paulista, assinado em 27 de maio de 2020, previa a execução ao longo da concessão de um conjunto de projetos de investimento em aumento de capacidade e redução de conflitos urbanos, estimado pela agência em R\$ 6.100.000 (valor atualizado até dezembro de 2017). Parte deste montante compõe o caderno de obrigações citados no 2º termo aditivo.

Em 27 de maio de 2024, através do 6º termo aditivo ao contrato de concessão da Malha Paulista, ocorreu a repactuação das obras e dos prazos do caderno de obrigações assumido por ocasião da celebração do 2º Termo Aditivo ao Contrato.

O contrato de subconcessão da Malha Central prevê investimentos com prazo determinado (de um até três anos a contar da assinatura do contrato ocorrida em 31 de julho de 2019), estimados pela ANTT em R\$ 645.573.

5.17 Patrimônio líquido

a) Capital social

Política contábil:

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias são reconhecidos como dedução ao capital próprio. O imposto de renda relacionado a custos de transação de uma transação patrimonial é contabilizado de acordo com a política descrita na Nota 5.14 - Imposto de renda e contribuição social.

O capital subscrito e inteiramente integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 12.579.726 (R\$ 12.560.952 em 31 de dezembro de 2024) e está representado por 1.858.828.617 (1.854.868.949 em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

Em 14 de agosto de 2025 a Companhia aumentou seu capital social em R\$ 18.774 em decorrência da reorganização societária da Rumo Malha Norte, mediante a emissão de 3.959.668 (três milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e sessenta e oito) novas ações de emissão da Companhia, conforme a Relação de Troca (nota 4.3).

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia é composto pelo seguinte:

Acionistas	Ações ordinárias	
	Quantidade	%
Cosan S.A.	377.829.490	20,33%
Julia Arduini	71.005.654	3,82%
Administradores	253.464	0,01%
Ações em tesouraria	3.042.509	0,16%
Free float (em negociação na bolsa de valores)	1.406.697.500	75,68%
Total de ações em circulação	1.858.828.617	100,00%

b) Reservas

A movimentação do exercício é composta pelas transações abaixo:

- Acréscimo de R\$ 34.460 de transações com pagamento baseado em ações (R\$ 34.717 em 31 de dezembro de 2024);
- Decréscimo de R\$ 38.035 pelas opções de ações exercidas (R\$ 43.096 em 31 de dezembro de 2024);
- Destinação de R\$ 1.500.000 da reserva de lucro para pagamento de dividendos.
- Decréscimo da reserva de capital de R\$ 7.925, referente ao resultado transação com não controladores devido a reorganização societária da Rumo Malha Norte (nota 4.3).
- Constituição de reserva legal no montante de R\$ 42.353 (não houve em 31 de dezembro de 2024). A reserva é composta por 5% do lucro líquido até o limite de 20% do capital social, de acordo com a Lei 6.404/76;

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

- Constituição de reserva especial de R\$ 603.528 (não houve em 31 de dezembro de 2024), destinada a reforçar o capital de giro e financiar a manutenção e expansão, conforme previsão estatutária. até o limite do capital social subscrito.

c) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía 3.042.509 ações em tesouraria (4.172.689 em 31 de dezembro de 2024), cujo preço de mercado era de R\$ 14,76 (R\$ 17,84 em 31 de dezembro de 2024).

d) Dividendos

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia destinou dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 201.176, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	847.057	—
Reserva legal	(42.353)	—
Base de cálculo para dividendos mínimos obrigatórios	804.704	—
Dividendos mínimos obrigatórios	201.176	—

6 Informações detalhadas sobre demonstração de resultado

6.1 Receita operacional líquida

Políticas contábeis

i. Receita de serviços

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas na medida em que a Companhia transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como, quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável.

Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de frete ferroviário, de transporte de contêineres, motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos na medida em que o serviço logístico é prestado.

ii. Receita diferida

A Companhia possui receita diferida em razão do caixa recebido antecipadamente de clientes visando investimento em ativo permanente em contrapartida de um contrato de serviço de transporte ferroviário, exigindo desempenho futuro de serviços pela Companhia.

As atividades da Companhia estão sujeitas à sazonalidade natural das *commodities* agrícolas. A exportação da safra de soja, em sua maioria, ocorre entre os meses de janeiro e agosto, enquanto o transporte da safra de milho (destinado principalmente à exportação), está concentrado entre os meses de maio e dezembro. Essas oscilações têm um impacto significativo na demanda pelo transporte dessas *commodities*. Por esta razão, a Companhia normalmente tem um maior volume transportado no segundo e terceiro trimestres de cada ano, e um menor volume transportado no período de entressafra, isto é, no primeiro e quarto trimestres de cada ano.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

A seguir, é apresentada a composição da receita da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta na venda de serviços	951.090	1.125.210	14.692.319	14.610.500
Impostos e deduções sobre venda de serviços	(60.941)	(60.924)	(844.543)	(674.111)
Receita operacional líquida	890.149	1.064.286	13.847.776	13.936.389

A Companhia presta serviços no mercado interno brasileiro, para entidades privadas. Os acordos com clientes estabelecem preços substancialmente fixos por toneladas transportada ou elevada. Os serviços prestados pela Companhia possuem curtíssimo prazo de execução, sendo a receita auferida e registrada na medida em que os serviços são executados. Quanto à natureza dos serviços prestados, a receita líquida tem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Transporte de carga e acessórios	890.149	1.056.841	13.431.832	13.549.432
Serviço de transbordo	—	—	18.553	15.501
Direito de passagem	—	—	277.082	245.137
Outros	—	7.445	120.309	126.319
Receita operacional líquida	890.149	1.064.286	13.847.776	13.936.389

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

6.2 Custos e despesas por natureza

As despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação das despesas por natureza / finalidade é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Material de uso e consumo	(1.060)	(699)	(222.781)	(161.801)
Despesa com pessoal	(73.509)	(38.553)	(1.585.258)	(1.456.100)
Depreciação e amortização	(100.909)	(99.925)	(2.213.331)	(2.303.380)
Despesas com serviços de terceiros	(21.619)	(14.588)	(534.821)	(544.196)
Despesas com transporte e transbordo	(423.147)	(690.467)	(3.260.552)	(3.129.514)
Outras despesas	(27.896)	(30.507)	(441.208)	(649.229)
	(648.140)	(874.739)	(8.257.951)	(8.244.220)
Custo dos serviços prestados	(611.823)	(828.698)	(7.562.149)	(7.533.536)
Despesas comerciais	(4.112)	384	(58.352)	(49.006)
Despesas gerais e administrativas	(32.205)	(46.425)	(637.450)	(661.678)
	(648.140)	(874.739)	(8.257.951)	(8.244.220)

6.3 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Efeito líquido das demandas judiciais	1.060	(20.347)	(99.025)	(224.437)
Receita de aluguéis e arrendamentos	719	2.876	—	—
Resultado na venda de sucatas e eventuais	28.346	—	94.567	35.595
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado e intangível	5.216	(150)	(19.055)	2.773
Créditos fiscais extemporâneos ⁽ⁱ⁾	—	—	130.433	6.030
Ganhos e perdas com reestruturação societárias	—	168.855	—	168.855
Reversão venda terreno	(8.172)	—	(8.172)	—
Indenização securitária ⁽ⁱⁱ⁾	—	—	130.271	—
Reforma de ativos alocados ao resultado	—	—	(35.112)	(26.636)
Outros	(21.655)	(11.564)	(70.448)	(108.921)
	5.514	139.670	123.459	(146.741)

(i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu o montante total de R\$ 151.758 de créditos fiscais extemporâneos, dos quais R\$ 21.325, relativos ao exercício corrente, foram reconhecidos no custo, sendo R\$ 130.433, referentes a exercícios anteriores, reconhecidos em outras receitas.

(ii) Principal montante é referente ao reconhecimento da indenização securitária recebida em decorrência de lucros cessantes relacionados aos danos causados pelos eventos climáticos no Rio Grande do Sul.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

6.4 Resultados financeiros

Política contábil:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custo da dívida bruta				
Juros e variação monetária	(773.903)	(754.366)	(1.929.740)	(1.791.739)
Variação cambial líquida sobre dívidas	—	1.037	696.191	(1.426.911)
Resultado com derivativos e valor justo	(232.743)	26.534	(1.967.399)	1.018.114
Prêmio de liquidação antecipada e custos de captação	(23.652)	(19.884)	(64.130)	(57.273)
Fianças e garantias sobre dívidas	(162)	(469)	(16.130)	(20.624)
	(1.030.460)	(747.148)	(3.281.208)	(2.278.433)
Rendimentos de aplicações financeiras	156.970	334.487	1.004.368	933.906
	156.970	334.487	1.004.368	933.906
Custo da dívida, líquida	(873.490)	(412.661)	(2.276.840)	(1.344.527)
Outros encargos e variações monetárias				
Juros sobre outros recebíveis	307.575	76.925	464.190	168.230
Arrendamento e concessão em litígio	—	—	(517.452)	(387.044)
Passivos de arrendamento	(5.565)	(6.250)	(455.340)	(460.332)
Despesas bancárias e outros	(4.892)	(3.884)	(50.148)	(29.145)
Juros sobre contingências e contratos comerciais	(5.973)	(40.038)	(165.401)	(386.461)
Derivativos	—	—	68.709	—
Variação cambial	3.911	(17.512)	(10.154)	(28.937)
Outros encargos e juros	(20.536)	(33.836)	(82.746)	(109.628)
	274.520	(24.595)	(748.342)	(1.233.317)
Resultado financeiro, líquido	(598.970)	(437.256)	(3.025.182)	(2.577.844)
Reconciliação				
Despesas financeiras	(834.683)	(858.727)	(3.281.087)	(3.242.246)
Receitas financeiras	464.545	411.412	1.468.558	1.102.136
Variação cambial	3.911	(16.475)	686.037	(1.455.848)
Derivativos e valor justo	(232.743)	26.534	(1.898.690)	1.018.114
Resultado financeiro, líquido	(598.970)	(437.256)	(3.025.182)	(2.577.844)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

6.5 Pagamento com base em ações

Política contábil:

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios.

O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição (que não são de mercado) serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*).

Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

a) Descrição dos acordos

A Companhia possui um Plano de Remuneração Baseada em Ações, prevendo a distribuição de ações de emissão da Companhia, a executivos e administradores da Companhia e de suas sociedades controladas, através do “Plano de Ações” ou do “Plano de Opções”.

O plano de remuneração prevê a distribuição de até 3% do capital social da Companhia na data de aprovação do plano (3% do capital de 31 de dezembro de 2024), já considerando o efeito de diluição da distribuição das ações outorgadas no âmbito do plano. O plano tem como objetivos: (i) atrair, reter e motivar os beneficiários; (ii) gerar valor para os acionistas; (iii) incentivar a visão de empreendedor do negócio; e (iv) incentivar a execução do plano de expansão da Companhia.

Os programas (ações/opções) são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, ou, a seu critério, por um Comitê, dentro dos limites estabelecidos nas diretrizes para a elaboração e estruturação de cada programa e na legislação aplicável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

Cabe ao Conselho determinar os beneficiários e o número de ações/opções a serem concedidas no Plano de Remuneração Baseado em Ações, ações que serão transferidas mediante o pagamento do preço de exercício (R\$ 0,01), uma vez cumprido o período de carência estipulado sob os termos de cada programa de outorga de ações, sendo a quantidade ajustada pelo número proporcional aos dividendos pagos no período. A metodologia *Black-Scholes* é usada para determinar o valor justo das opções entregues.

Os programas de opções concedidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2025 podem ser agrupados de acordo com prazos e condições em:

Programas anteriores à 2020: Programas de opções, sem *lock-up*, com entrega das ações ao final do período de carência de cinco anos, condicionada apenas à manutenção do vínculo empregatício (*service condition*).

Programa especial 2021: Programa de opções, sem *lock-up*, com entregas anuais das ações durante o período de carência de cinco anos, condicionada i) parte das opções à manutenção do vínculo empregatício (*service condition*) e ii) parte ao atingimento de cada uma das métricas que compõem as metas de desempenho (*performance conditions*).

Programa Investe 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025: Programas de opções, sem *lock-up*, com entrega das ações ao final do período de carência de três anos, condicionada i) parte das opções à manutenção do vínculo empregatício (*service condition*) e ii) parte ao atingimento de cada uma das métricas que compõem as metas de desempenho (*performance conditions*), sendo que a quantidade das opções de performance outorgadas que poderá variar entre 0% e 200% a depender do desempenho.

Os seguintes parâmetros foram utilizados na valorização dos planos de pagamento baseados em ações vigentes na data do balanço:

Planos de opções	Período de carência (anos)	Data da outorga	Taxa de juros	Volatilidade	Ações outorgadas	Exercidas / canceladas	Vigentes em 31/12/2025	Preço de mercado na data de outorga - R\$	Valor justo na data de outorga - R\$
Plano de 2020	5	11/11/2020	6,94%	41,03%	776.142	(776.142)	—	20,02	20,01
Especial de 2021	5	05/05/2021	7,65%	26,06%	1.481.000	(1.481.000)	—	20,85	20,84
Plano de 2022	3	01/09/2022	11,53%	27,70%	1.781.640	(1.781.640)	—	20,37	20,36
Plano de 2023	3	06/09/2023	10,41%	25,84%	1.724.867	(277.097)	1.447.770	21,87	21,86
Plano de 2024	3	22/08/2024	11,67%	26,29%	2.433.432	(134.748)	2.298.684	23,38	23,37
Plano de 2025	3	01/10/2025	13,27%	28,19%	2.350.620	(9.093)	2.341.527	15,74	15,74
					10.547.701	(4.459.720)	6.087.981		

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Reconciliação de opções de ações outorgadas em circulação

O movimento no número de opções em aberto e seus preços de exercício médios ponderados relacionados são os seguintes:

	Quantidade de opções ⁽ⁱ⁾
Saldo em 01 de janeiro de 2024	6.426.029
Outorgadas	2.433.432
Perdidas / canceladas	(1.659.678)
Exercidas / entregues	(1.338.054)
Saldo em 01 de janeiro de 2025	5.861.729
Outorgadas	2.350.620
Exercidas / entregues	(1.983.039)
Perdidas / canceladas	(141.329)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	6.087.981

(i) O preço médio de exercício é de R\$ 0,01 (um centavo) para os programas concedidos pela Companhia.

c) Despesa reconhecida no resultado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram reconhecidos R\$ 34.630 como despesas relativas à apropriação dos programas de opções (R\$ 35.365 em 31 de dezembro de 2024).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

6.6 Lucro por ação

Política contábil:

a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- i. o lucro atribuível aos proprietários da empresa, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e
- ii. pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações em tesouraria caso possua.

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta:

- i. o efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e
- ii. o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares, exceto valores por ação) nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

	31/12/2025	31/12/2024
Numerador		
Resultado básico do período atribuído aos acionistas controladores	847.057	(959.247)
Efeito de diluição:		
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação	1.856.609	1.850.048
Efeito de diluição:		
Efeito dilutivo - Remuneração baseada em ações	1.457	—
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação - diluído	1.858.066	1.850.048
Resultado básico por ação ordinária	0,45624	(0,51850)
Resultado diluído por ação ordinária	0,45588	(0,51850)

7 Compromissos assumidos

7.1 Seguros

A Companhia e suas subsidiárias mantêm em vigor seguros de riscos patrimoniais, responsabilidade civil, lucros cessantes, dentre outros. Tais apólices possuem as seguintes coberturas e limites:

Apólice	Tipo de Cobertura	Limite máximo de indenização - R\$
Riscos operacionais	Danos materiais e lucros cessantes	1.000.000
Responsabilidade civil geral	Danos e/ou prejuízos causados à terceiros na operação ferroviária	114.000
Responsabilidade civil do transportador ferroviário	Danos e/ou prejuízos causados à terceiros no transporte	125.000
Risco de engenharia FMT	Danos e/ou prejuízos na obra de expansão	3.442.000
Responsabilidade civil obras FMT	Danos e/ou prejuízos causados à terceiros na obra de expansão	50.000
Outros	Danos e/ou prejuízos próprios e/ou à terceiros diversos	83.238

Pareceres e declarações

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

RESULTADOS DO ANO DE 2025

O Conselho Fiscal da **RUMO S.A.**, por unanimidade, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado (i) as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 (“DFs 2025”), considerando os trabalhos realizados ao longo do exercício, bem como o relatório da Administração da Companhia, o relatório do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia e o relatório dos Auditores Independentes, o qual não contém ressalvas, opina que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

São Paulo, 04 de março de 2026.

Paulo Clovis Ayres Filho
Presidente

Guido Barbosa de Oliveira

Reginaldo Ferreira Alexandre

Marcelo Curti

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - 2025

O Comitê de Auditoria Estatutário (“CAE” ou “Comitê”) da Rumo S.A. (“Rumo” ou “Companhia”) é um órgão estatutário de funcionamento permanente, dentro das melhores práticas de Governança Corporativa.

Os membros do Comitê são eleitos anualmente pelo Conselho de Administração, podendo ter o mandato renovado, a critério do Conselho de Administração, por, no máximo, 10 (dez) anos, devendo ser igualmente observados os limites e requisitos de independência previstos no Regimento Interno do Comitê e regulamentação aplicável. Todos os membros são independentes, sendo que 1 (um) deles, a saber, a Sra. Vanessa Claro Lopes, atua como conselheira de administração e Coordenadora do CAE e a Sra. Carla Alessandra Trematore atua como especialista financeiro.

De acordo com Regimento Interno cabe ao Comitê zelar pela: (i) qualidade e integridade das demonstrações contábeis da Rumo S.A.; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria independente e da auditoria interna; e (iv) pela qualidade e efetividade do sistema de controles internos e da administração de riscos.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações fornecidas pela Administração da Companhia, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, dos gestores dos canais de denúncia e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (“PWC” ou “Auditores Independentes”), é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, conforme normas profissionais emanadas do Conselho Federal de Contabilidade – CFC - e certos requisitos específicos da Comissão de Valores Monetários – CVM. Os auditores independentes são igualmente responsáveis pela revisão especial dos informes trimestrais (ITRs) enviados para a Comissão de Valores Mobiliários – CVM durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. O relatório dos auditores independentes reflete o resultado de suas verificações e apresenta a sua opinião a respeito da fidedignidade das demonstrações contábeis do exercício em relação aos princípios de contabilidade oriundos do CFC em consonância com as normas emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), normas da CVM e preceitos da legislação societária brasileira. Com relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, os referidos auditores independentes emitiram relatório em 04 de março de 2026 contendo opinião sem ressalvas.

Os trabalhos de Auditoria Interna são realizados por equipe interna. O Comitê de Auditoria Estatutário é responsável pela aprovação do plano de auditoria interna que na sua execução é acompanhado e orientado pela gerente da área de auditoria e riscos e desenvolve sua atuação de forma ampla, observando, principalmente, a cobertura das áreas, processos e atividades que apresentam os riscos mais sensíveis à operação e impactos mais significativos na implementação da estratégia da Companhia.

Atividades do Comitê de Auditoria em 2025:

O Comitê reuniu-se 8 (oito) vezes no período de fevereiro de 2025 a fevereiro de 2026.

Dentre as atividades realizadas durante o exercício e assuntos discutidos, cabe destacar os seguintes aspectos:

- a) aprovou e acompanhou o Programa Anual de Trabalho da Auditoria Interna, inclusive quanto a integração com as demais atividades relacionadas à gestão de riscos e *Compliance*;
- b) tomou conhecimento dos pontos de atenção e das recomendações decorrentes dos trabalhos da Auditoria Interna, bem como fez o acompanhamento das providências saneadoras adotadas pela Administração;
- c) monitorou o sistema de controles internos quanto a sua efetividade e processos de melhoria, realizou o monitoramento de riscos de fraudes com base nas manifestações e reuniões com os Auditores Internos e com os Auditores Independentes, com a área de Controles Internos, *Compliance* e Canal de Ética;
- d) acompanhou a metodologia adotada para gestão de riscos e dos resultados obtidos, de acordo com o trabalho apresentado e desenvolvido pela área especializada e por todos os gestores responsáveis pelos riscos sob sua gestão, com o objetivo de garantir a evidenciação dos riscos relevantes para a Companhia;
- e) analisou e acompanhou o Planejamento Anual dos Trabalhos da Auditoria Independente, incluindo escopo, cronograma e principais áreas de risco, e sua execução tempestiva;
- f) analisou as demonstrações financeiras por meio de reuniões com os administradores e com os Auditores Independentes para discussão das informações trimestrais (ITRs) e demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025;
- g) acompanhou o reporte do canal de denúncias, aberto a acionistas, colaboradores, estabelecimentos, emissores, fornecedores e ao público em geral, com responsabilidade da área de *Compliance* e Canal de Ética da Companhia no recebimento e apuração das denúncias ou suspeitas de violação ao Código de Ética, respeitando a confidencialidade e independência do processo e, ao mesmo tempo, garantindo os níveis apropriados de transparência;

h) realizou reuniões com os principais executivos da Empresa, a fim de tomar conhecimento das principais estratégias de negócio, bem como acompanhar as melhorias operacionais e sistêmicas para fortalecimento do processamento e segurança das transações;

i) monitorou, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com as partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações;

j) acompanhou os programas de *Compliance* e do processo de gestão de riscos;

k) avaliou a independência de novo auditor independente, que procedeu com a análise das demonstrações financeiras, anuais e intermediárias, relativas ao exercício social que se encerrou em 31 de dezembro de 2025.

Conclusão:

O Comitê não teve ciência da ocorrência de denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade operacional da Companhia ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Rumo, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do próprio Comitê, procederam à análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório anual da administração relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Tomando em conta as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela PWC, considerando que este reflete adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e de suas controladas, e recomendam, por unanimidade, a aprovação nos termos do artigo 10, Parágrafo único, III da Resolução CVM 81, de 29 de março de 2022, pelo Conselho de Administração da Companhia.

São Paulo, 04 de março de 2026.

Vanessa Claro Lopes
Coordenadora do Comitê de Auditoria

Carla Alessandra Trematore
Membro do Comitê de Auditoria da Rumo S.A

João Ricardo Ducatti
Membro do Comitê de Auditoria da Rumo S.A

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

PARECER DE RECOMENDAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Os membros do Comitê de Auditoria da Rumo S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Parecer sem ressalvas dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, e considerando as informações e esclarecimentos prestados pela administração da Companhia e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. ("PWC"), opinam, por unanimidade e sem ressalvas, que os referidos documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, e recomendam a aprovação, nos termos do artigo 10, Parágrafo único, III da Resolução CVM 81, de 29 de março de 2022, pelo Conselho de Administração da Companhia.

São Paulo, 04 de março de 2026.

Vanessa Claro Lopes
Presidente da Mesa e Coordenadora do Comitê de Auditoria

Carla Alessandra Trematore
Membro do Comitê de Auditoria

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Nos termos do artigo 27, parágrafo 1º, inciso 'vi' da Resolução CVM nº 80/2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2025.

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Nos termos do artigo 27, parágrafo 1º, inciso 'v' da Resolução CVM nº 80/2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com opiniões expressas no relatório do auditor independente emitido em 04 de março de 2026 pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.